



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE ECONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA
MESTRADO EM ECONOMIA

ÁLVARO MAIA BATISTA

**DIFERENTES TEORIAS ECONÔMICAS E SUAS LEITURAS SOBRE A CRISE:
INSTITUCIONALISTAS, NEO-SCHUMPETERIANOS, PÓS-KEYNESIANOS E
MARXISTAS**

SALVADOR

2016

ÁLVARO MAIA BATISTA

**DIFERENTES TEORIAS ECONÔMICAS E SUAS LEITURAS SOBRE A CRISE:
INSTITUCIONALISTAS, NEO-SCHUMPETERIANOS, PÓS-KEYNESIANOS E
MARXISTAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Economia da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Economia.

Área de concentração: Economia Regional e Meio Ambiente.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Antônio de Freitas Balanco.

SALVADOR

2016

Ficha catalográfica elaborada por Vânia Magalhães CRB5-960

Batista, Álvaro Maia

B326 Diferentes teorias econômicas e suas leituras sobre a crise: institucionalistas, neo-schumpeterianos, pós-keynesianos e marxistas./ Álvaro Maia Batista.- Salvador, 2016.

152 f. . il. ; graf.; quad.; fig.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Economia, 2016.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Antônio de Freitas Balanco.

1. Teoria econômica. 2. Crise econômica. I. Balanco, Paulo Antônio de Freitas. II. Título. III. Universidade Federal da Bahia.

CDD – 330



Universidade Federal da Bahia
Faculdade de Economia
Programa de Pós-Graduação em Economia
Mestrado e Doutorado em Economia

TERMO DE APROVAÇÃO

ÁLVARO MAIA BATISTA

"DIFERENTES TEORIAS ECONÔMICAS E SUAS LEITURAS SOBRE A CRISE:
INSTITUCIONALISTAS, NEO-SCHUMPETERIANOS, PÓS-KENESIANOS E
MARXISTAS"

Dissertação de Mestrado aprovada como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Economia no Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Economia da Universidade Federal da Bahia, pela seguinte banca examinadora:

Prof. Dr. Paulo Antônio de Freitas Balanco
(Orientador - PPGE/ECO/UFBA)

Prof. Dr. Luiz Antônio Matos Filgueiras
(PPGE/ECO/UFBA)

Profa. Dra. Elsa Sousa Kraychete
(UFBA)

Aprovada em 08 de julho de 2016.

AGRADECIMENTOS

A Priscila, Antonio, Marly e Alexandre, pela parceria incondicional. Mais uma conquista nossa.

A Damiana pela paciência e cuidado em todos os momentos. De agora em diante as ausências físicas deixarão de existir.

Ao meu orientador, professor Paulo Balanco, pela confiança e generosidade desde nosso primeiro contato.

Aos demais professores do Programa, que dentro e fora de sala de aula me ensinaram muito. Destaco esse agradecimento citando os professores João Damásio, Carlos Gentil e Henrique Tomé que tão pacientemente me receberam um sem número de vezes, bem como o professor Luiz Filgueiras, sempre aberto ao diálogo e que prontamente aceitou o convite para participar da banca para esta dissertação. À professora Elsa, por suas críticas e comentários que serão incorporados na continuação dessa pesquisa.

Aos colegas do PPGE, aos membros do GEPODE e do NEC, pelos debates e incontáveis horas de estudo. De modo especial agradeço ao Waldemar pela enorme generosidade.

Aos funcionários que realizam o suporte às atividades de pesquisa: biblioteca, secretaria e administração. Marina, Max, Genilza e Jaqueline na secretaria do PPGE são uma amostra desse time nota 10.

Aos funcionários que trabalham para a manutenção da estrutura que temos o privilégio de utilizar: seguranças, recepcionistas, limpeza e todos os envolvidos.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro concedido para a realização do curso.

RESUMO

O trabalho investiga as elaborações teóricas de Institucionalistas, Neo-Schumpeterianos, Pós-Keynesianos e Marxistas, no âmbito da Economia. É uma proposta meta teórica, na medida em que, através da hermenêutica, realiza a análise de autores que contribuem para a fundamentação das quatro correntes citadas, ao tempo em que procura capturar suas leituras no tocante ao fenômeno da crise. Essa abordagem metodológica permite atestar a existência de quatro leituras distintas sobre a crise, cujas diferenças não permitiriam uma síntese coerente para formular um único discurso ou uma única, objetiva e imparcial análise (ao gosto da tradição positivista).

Palavras-chave: Teoria. Crise. Metodologia. Epistemologia econômica.

ABSTRACT

The work investigates the theoretical elaborations of Institutionalists, Neo-Schumpeterians, Post-Keynesians and Marxists, in the context of Economics. It's a meta-theoretical proposal, to the extent that, through hermeneutics, performs the analysis of authors who contribute to the explanation of the four cited frameworks while seeks to capture their outlooks with regard to the phenomenon of the crisis. This methodological approach grants to attest the existence of four distinct readings about the crisis, whose differences do not allow a coherent synthesis to formulate a single speech or a single, objective and impartial analysis (to the taste of the positivist tradition).

Key-words: Theory. Crisis. Methodology. Economic epistemology.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1	Micro Meso e Macroeconomia	69
Figura 1	Maiores bolhas, recessões e eras de ouro	80
Gráfico 1	Taxa de Lucro: Corporações Estadunidenses	121
Gráfico 2	Taxa de Lucro Mundial (World) e Taxa Média de Lucro para países centrais (Core) e periféricos (Peripheral) (1869-2010)	123
Gráfico 3	Preço das moradias nos Estados Unidos (variação percentual anual)	124

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	09
2	CONHECIMENTO E HISTORICIDADE	11
2.1	RACIONALIDADE E HISTORICIDADE	11
2.2	REALIDADE E COMPLEXIDADE	17
2.3	O PLURALISMO METODOLÓGICO	22
2.4	A HERMENÊUTICA COMO INSTRUMENTO DE ANÁLISE	25
2.5	ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	31
3	A CRISE ECONÔMICA NO PARADIGMA INSTITUCIONALISTA	33
3.1	O PARADIGMA INSTITUCIONALISTA	33
3.2	O ANTIGO INSTITUCIONALISMO	35
3.3	A NOVA ECONOMIA INSTITUCIONAL (NEI)	39
3.3.1	Custos de transação e contratos	44
3.4	O NEO-INSTITUCIONALISMO	46
3.4.1	Racionalidade dos agentes	49
3.5	CRISE	51
3.5.1	Veblen e Mitchell	53
4	A CRISE ECONÔMICA NO PARADIGMA NEO-SCHUMPETERIANO	58
4.1	O PARADIGMA SCHUMPETERIANO	58
4.1.1	Schumpeter	58
4.1.2	Neo-schumpeterianos	62
4.2	MICROFUNDAMENTOS	64
4.3	MESOFUNDAMENTOS	68
4.4	MACROFUNDAMENTOS	72
4.4.1	Paradigmas tecnoeconômicos	72
4.4.2	Revoluções tecnológicas	74
4.4.3	Ondas de desenvolvimento	76
4.5	CRISE	78
5	A CRISE ECONÔMICA NO PARADIGMA PÓS-KEYNESIANO	82
5.1	O PARADIGMA PÓS-KEYNESIANO	82
5.1.1	Ontologia	84
5.1.2	Epistemologia	85
5.1.3	Ética	87
5.1.3.1	Keynes	87
5.1.3.2	Pós-Keynesianos	88
5.2	MICROASPECTOS	89
5.2.1	Investimentos	90
5.2.2	Incerteza e Risco	92
5.3	MACROASPECTOS	94
5.3.1	Moeda, Juros e Poupança	94
5.3.2	Emprego e Políticas Econômicas	98
5.3.3	Economia internacional	101
5.4	CRISE	103

6	A CRISE ECONÔMICA NO PARADIGMA MARXISTA	108
6.1	A OBRA DE MARX E ENGELS	108
6.2	O PARADIGMA MARXISTA	109
6.2.1	O materialismo dialético	110
6.2.1.1	A realidade capitalista	111
6.2.2	A luta de classes	113
6.2.3	A teoria do valor-trabalho	115
6.3	CRISE	117
6.3.1	Marxistas Marxianos	117
6.3.2	Marxistas Keynesianos	125
6.3.3	As causas estruturantes das crises	131
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	134
	REFERÊNCIAS	138

1 INTRODUÇÃO

As diferentes leituras sobre a realidade, estudadas na academia, revelam-se cada vez mais complexas. Por isso a intersubjetividade e o contato com diferentes teorias, proporcionados pelas universidades, são oportunidades para enriquecimento mútuo através do debate. As críticas externas são capazes de pôr em destaque aspectos e facetas que passam despercebidos ou não recebem a devida atenção no interior das correntes teóricas.

É pacífica nos meios científicos a aceitação da diversidade de opiniões como um elemento benéfico para o progresso do saber, a própria noção de crítica supõe o embate entre teorias diferentes e sua tolerância. Entretanto, a materialização desse ideal pluralista traz consigo as divergências e as especificidades de cada contexto.

Na Economia isso não é diferente. Parte do desafio parece residir na capacidade de representantes das diferentes linhas epistemológicas estabelecerem um diálogo aberto e construtivo. Abertura que não significa abdicação de ideias ou ideais e sim o comprometimento em compreender melhor o fenômeno estudado.

A postura metodológica pluralista e os esforços pela hermenêutica nos estudos em Economia representam a busca por tornar construtiva a gama de perspectivas teóricas que caracterizam o estado atual dessa ciência. As diversas correntes no pensamento econômico contemporâneo revelam a riqueza de posicionamentos no debate atual. Compreender a maneira como elas explicam e apontam alternativas para a crise econômica permite o aperfeiçoamento das formas de pensar e agir sobre a realidade. Ao mesmo tempo, a comparação entre elas possibilita identificar as possíveis convergências e/ou divergências - quais os consensos e dissensos são passíveis de serem identificados na Ciência Econômica de hoje.

Este trabalho é elaborado com o intuito de melhor compreender as perspectivas construídas por marxistas, institucionalistas, pós-keynesianos e neo-schumpeterianos, além de verificar suas formas de abordagem ao fenômeno da crise econômica. O estudo sobre a crise é utilizado aqui, quase como uma chave de leitura, um recurso metodológico auxiliar para a identificação das diferenças entre essas perspectivas. Não se quer aqui fazer a apologia de alguma delas e nem seu “julgamento” a partir de algum modelo ideal e sim entendê-las a partir de si mesmas,

a partir da valorização de seus argumentos. Para tanto, será empreendida uma pesquisa bibliográfica com análise hermenêutica de textos especializados da área. Serão estudados os autores mais destacados, cuja produção esteja acessível, bem como serão utilizadas as informações de obras vinculadas a cada uma das linhas de pensamento. Este poderia ser classificado como um esforço meta-teórico, na medida em que, através da hermenêutica, busca compreender diferentes teorias.

O trabalho será dividido em cinco capítulos. O primeiro será um aprofundamento epistemológico da justificativa para se utilizar o pluralismo metodológico e a hermenêutica. A ideia é que, diante de uma realidade complexa e historicamente construída, os métodos utilizados para sua compreensão precisam ser adequados a essa tarefa.

Em seguida, nos quatro capítulos subseqüentes, as diferentes abordagens (institucionalista, neo-schumpeteriana, pós-keynesiana e marxista) serão descritas e analisadas. Será feito um esforço em localizar os principais autores em cada paradigma, a despeito de alguns deles transitarem entre mais de um. De cada paradigma serão trabalhados os conceitos necessários para entender sua descrição e entendimento do processo de crise. É um esforço a ser entendido como meio para melhor compreensão do tema, como criação de um referencial epistemológico; o trabalho não deve ser visto como exercício desconstrutivista.

2 CONHECIMENTO E HISTORICIDADE

Sobra pouco espaço para o confronto de ideias quando uma ciência é definida por sua metodologia. Na Economia isso ocorre quando se diz, por exemplo, que ela deve ser uma contribuição matemática ao aperfeiçoamento de modelos ou um estudo que deve pressupor a escassez ou uma noção bem particular de racionalidade. As discussões epistemológicas, nesse caso, são reduzidas a saber quem são os pesquisadores mais coerentes com o cânone, ou quais aqueles que respeitam os axiomas. São tolerados certos desvios, mas os princípios devem permanecer intactos.

Ao proceder dessa maneira o debate se restringe aos especialistas e exclui-se da discussão os leigos, como se os assuntos tratados não interessassem a todos. Por isso, é importante ressaltar que *“nuestra ciencia, como ya hemos visto, tiene su origen, a semejanza de todas las demás, en investigaciones particulares de fenómenos dignos de atención que plantean problemas, incluso para los profanos”*. (SCHUMPETER, 1967, p.53).

Ao invés de buscar fundamentação em princípios não discutíveis, defende-se aqui que as ciências devem sempre passar pela prova da realidade e, ao se depararem com ela, serem capazes de verificar suas falhas e lacunas. O reconhecimento da historicidade e contingência dos esforços científicos permite que se trabalhe de forma a não transformar uma determinada narrativa em crença religiosa: coerente internamente, mas cega para a realidade.

No presente capítulo essas questões que envolvem a capacidade humana de entender o mundo são discutidas através do resgate de um debate bastante profícuo que se insere no campo da epistemologia (ou ontologia, como alguns autores sugerem). Defende-se aqui que a historicidade do conhecimento deve ser considerada em toda teoria e por isso a hermenêutica é um instrumento adequado para seu estudo. Ela permitirá uma análise pluralista (que busca a compreensão de pontos de vista diversos) das quatro concepções teóricas nos capítulos subsequentes.

2.1 RACIONALIDADE E HISTORICIDADE

Racionalidade e historicidade são os termos utilizados por Bombassaro (1992) para classificar

as tradicionais tendências epistemológicas: a tendência analítica e a tendência histórica. A primeira se aproxima das correntes racionalistas modernas que desembocam nas posturas ligadas ao neopositivismo. A segunda está associada às correntes que tomam a história como elemento ineludível do fazer e pensar humano.

Tomando de empréstimo duas metáforas conhecidas no âmbito do pensamento filosófico: é possível vincular o racionalismo à busca de uma visão clara e distinta da realidade, ao esforço em adequar interior e exterior na construção do conhecimento. Por outro lado, o conhecimento histórico, em sua constante reelaboração e provisoriidade se relaciona melhor com outra metáfora, a da audição: já que o ouvinte precisa se esforçar para captar e distinguir os sons no curto intervalo de sua enunciação.

A tendência analítica está ligada àquilo que Hilary Putnam chamou de concepção criterial de racionalidade.

Dois elementos centrais constituem a definição de Putnam: em primeiro lugar, a “aceitabilidade racional”, e, em segundo lugar, as “normas institucionalizadas”. Para Putnam a racionalidade somente pode ser definida se levarmos em conta a reunião destes dois elementos. (BOMBASSARO, 1992, p. 49).

O primeiro problema de se seguir essa concepção criterial é que ela gera um círculo vicioso na argumentação. Só é racional aquilo que eu aceito como tal e, aceito como tal, quando obedece aos critérios que minha racionalidade estabelece. É um argumento auto referencial, sem possibilidade de confirmação externa.

O segundo problema é que ao institucionalizar os critérios sem uma perspectiva de provisoriidade não sobra espaço para o progresso nas ciências. Se a tendência analítica é levada ao extremo, não há forma de se fazer história da ciência ou realizar mudanças estruturais. A única tarefa aceitável seria o aperfeiçoamento dos modelos, o desenvolvimento de seus corolários.

Esse é um tipo de pensamento encontrado em diversos momentos da história do ocidente. Durante a Idade Média, por exemplo, os teólogos desenvolviam seus pensamentos dentro da tradição católica e desvios não eram aceitos. A tarefa dos pesquisadores era, com base nos

dogmas, contribuir para dar as razões de sua fé.

Com o final do período medieval, o esforço humanista em colocar os seres humanos no centro das preocupações rendeu vários frutos, um dos quais é a projeção de suas características aos demais seres. Os seres humanos passam a ser o critério a partir do qual todos os demais seres são avaliados e medidos.

Evidentemente que, como bons herdeiros dos gregos, os pensadores modernos entendiam que o ideal de ser humano é o homem europeu adulto. Por isso a natureza deveria ser tratada como contendo características femininas, sendo tarefa dos cientistas (homens) o total domínio e esquadramento dela. Na tradição aristotélica, mulheres e crianças eram vistas como ligeiramente superiores aos cães, mas inferiores aos homens (LAQUEUR, 1994).

O fascínio desempenhado pelos avanços da tecnociência geraram a busca por uma prática ideal que permitisse a instrumentalização do mundo. A oposição entre cultura e natureza se adapta bem a esse discurso que em sua forma mais extrema apregoa a missão humana de dominar o mundo. Não deve restar espaço que não tenha sido medido e pesado.

É nesse mesmo sentido que Japiassu (2013) destaca o esforço da tradição racionalista em afastar o pensamento científico das mazelas da imaginação e dos equívocos gerados pelos sentimentos. O erro viria das representações confusas, geradas pelo não apartamento dos sentimentos ou utilização de instrumentos inadequados. Ao conceito de imaginação foi associado o de fantasia, ambos remetendo à puerilidade infantil que se opõe à seriedade do cientista. “Contudo, se examinarmos as reais condições de produção da ciência, percebemos que ela é o produto do imaginário, que é filha da imaginação!” (JAPIASSU, 2013, p. 15).

Como Popper (1982) já havia demonstrado, as credences acríticas e o chamado senso comum são a origem histórica de muitas “descobertas” científicas, antes de passarem pelo filtro da “demarcação”. Além disso, conforme demonstrou Hilton Japiassu (2013), o trabalho de grandes nomes da história da ciência está ligado a práticas que hoje seriam chamadas de supersticiosas: Kepler (o místico), Bacon (o profeta) e Newton (o mágico).

Apesar da noção herética de criatividade ter sido incorporada ao discurso científico, ela ainda

é vista com desconfiança, sendo aceita apenas como apêndice adjetivo. Já que criatividade remete a conteúdos emocionais e à ludicidade (infantis portanto) ela fica excluída do mundo dos “adultos”. Como os estudos de Thomas Kuhn (2003) e Imre Lakatos (1977) revelaram, os grupos científicos criam regras e restrições rígidas que chegam a atravancar seu próprio desenvolvimento.

Essa tendência séria, analítica, ganhou forte impulso com o movimento iluminista. Tratava-se de destruir as trevas da ignorância medieval com as luzes da razão. O ser humano passa a ser visto como capaz de grandes realizações quando se dedica ao cultivo de sua racionalidade, cuja máxima expressão, acontece nas ciências.

Esse ser racional com objetividade imaculada não existe. Reações químicas no sistema nervoso, sentimentos, valores e pulsões sempre afetam as atividades humanas. “Não podemos cortar o pensamento em dois, de um lado, o saber científico 'objetivo' dos fatos, do outro, o subjetivo com seus juízos de valor e opiniões.” (JAPIASSU, 2013, p. 310).

Por isso é sempre bom lembrar que as ciências são atividades humanas. Elas são produzidas por seres com um conjunto de características que os tornam distintos de outras espécies na natureza. Dentre essas características está a capacidade imagética, central no desenvolvimento cerebral e nas diferentes formas de socialização: jogos, comunicação e conhecimento.

Segundo Rorty (2002), tal como ocorre com a linguagem, os conhecimentos deveriam ser vistos como “práticas sociais expansíveis”. Os grupos humanos em sua interação geram culturas e estas podem ser expandidas e melhoradas através do esforço e cooperação. São práticas que ocorrem em tempos e circunstâncias específicas e que não podem ser eludidas nos esforços por compreendê-las, ainda que sua compreensão possa não ser unívoca.

Temos, portanto, três vias de acesso à questão da historicidade, quando tratamos do conhecimento produzido pela investigação científica. Podemos considerar que a historicidade se manifesta nos enunciados produzidos, na produção destes enunciados e naquele que os produz. (BOMBASSARO, 1992, p. 78).

A concepção baseada na historicidade, também chamada de não-criterial, é aquela cuja ênfase reside na contingência da produção do conhecimento. Os critérios de cientificidade seriam

sempre localizados social e historicamente, o que abre espaço para a discussão sobre a incomensurabilidade das formulações teóricas.

Se os critérios e a linguagem em que determinado conhecimento A foi gerado, divergem daqueles em que outro conhecimento B surgiu, temos a incomensurabilidade (falta de equivalência). Dessa forma, paradigmas distintos podem seguir cada um sua própria trajetória e gerar resultados e conclusões bastante diferentes. Paradigmas diferentes podem conviver em um mesmo departamento, independentemente da escolha por dialogar ou não entre si.

A percepção das próprias limitações que se manifesta desde o ato inicial de observação ou coleta de dados é importante. Os sujeitos não são tábulas rasas que vão ao mundo para que este lhes imprima conhecimentos. Sujeitos são seres dotados de visões de mundo, sendo aquela que subjaz na linguagem a mais sutil delas.

São inegáveis as conquistas que as ciências proporcionam às sociedades, basta pensar nos avanços da medicina ou da informática no decorrer do século XX. No entanto, é igualmente inegável que essas mesmas conquistas foram feitas atreladas a valores e propósitos das pessoas que colaboraram direta ou indiretamente em seu desenvolvimento.

Recorrentemente os cientistas são questionados com relação aos propósitos e consequências do trabalho que realizam, não obstante seus esforços em escapar de qualquer responsabilidade. A investigação desinteressada é uma investigação irresponsável porque se torna cega diante das consequências políticas e sociais que carrega.

A comunidade científica deve ser compreendida como aquela que produz e chancela o conhecimento produzido. Se determinado enunciado não for aceito por ela, poderá ser classificado como crença, opinião, superstição, ou outro nome qualquer, mas nunca será honrado com o título de científico.

La pregunta ¿qué es la ciencia? No tiene respuesta científica. El último descubrimiento de la epistemología anglosajona es que lo científico es lo reconocido como tal por la mayoría de los científicos. Es decir, que no existe ningún método objetivo para considerar a la ciencia como objeto de ciencia y a científico como sujeto. (MORIN, 1984, p. 89).

Algumas críticas feitas à incorporação da história nas ciências apontam o relativismo epistemológico e a irracionalidade como frutos dessa postura. Sendo incomensuráveis os pontos de vista, não haveria referência para o julgamento já que todos os enunciados seriam igualmente aceitáveis.

Esse é um raciocínio ao qual se chega através da lógica formal, base da racionalidade analítica. Se o raciocínio segue pela senda da dialética, o resultado seria diferente. A lógica dialética é construída sobre a noção de movimento, incorporando a história como momento privilegiado de manifestação do processo de jogo dos contrários que representa.

Todo acontecer humano se processa na história, as escolhas dos agentes econômicos e as direções a que elas conduzirão só pode ser compreendida pelo estudo dos contextos específicos em que ocorrem. Teorias econômicas que se pretendem aistóricas e atemporais não contribuem para a compreensão de sociedades fora daquelas em que foram concebidas.

É preciso ir além do esforço em construir modelos econométricos retrospectivos. Os economistas precisam assumir a tarefa de incorporar em suas análises as contribuições que os historiadores (econômicos ou não) podem aportar. Apesar de economistas e historiadores viverem em “incômoda coexistência” (HOBSBAWM, 2013), esta não deve impedir o mútuo enriquecimento que pode vir de sua colaboração.

A tradição científica ocidental é herdeira do pensamento moderno, entranhadamente ligada ao humanismo e sua crença nas capacidades humanas em gerar progresso. O modernismo nasce com a rejeição da ideia de tradição, vendo essa rejeição como necessária na superação de formas atrasadas que impedem o avanço e desenvolvimento das potencialidades dos sujeitos. A negação da tradição implicou em rejeitar o passado e como ele a história. O foco é deslocado para o homem e sua realidade interna, composta de consciência e racionalidade.

A valorização do internalismo como fonte do conhecimento foi largamente difundida e atinge seu ápice no pensamento iluminista. Os estudos epistemológicos foram embebidos desses ideais e somente o tempo (destacando-se o advento do hegelianismo) permitiu que a tradição e a história fossem recuperadas.

Uma vez postos na arena da história e a ela confinados, a questão da fundamentação da verdade parece ter-se convertido num confronto entre problemas de ideologia. Há, no entanto, como resultado da consciência de nossa condição histórica e do desafio da crítica das Ideologias, uma aspiração e uma vontade do pensamento humano de salvar nelas a universalidade e a continuidade da reflexão através de duas posturas teóricas que se comensuram com as condições de contingência do pensamento histórico: é aí que podemos situar a questão da dialética como método e a questão da hermenêutica como tentativa de inventar a verdade mesma para além do método. (STEIN, 1983, p. 21).

Dialética e hermenêutica trabalham com a noção de movimento como estrutura elementar na compreensão da realidade. A fluidez da realidade precisa estar refletida na fluidez dos enunciados e das posturas teóricas que não mais podem se pretender conclusivas, como se representassem um ponto de vista isento capaz de a tudo julgar e classificar.

2.2 REALIDADE E COMPLEXIDADE

A racionalidade que fundamenta a postura analítica em epistemologia tem como um de seus principais elementos a separação entre sujeito e objeto, tão cara ao arcabouço teórico da modernidade. Uma das mais destacadas formulações dessa linha de pensamento foi construída por August Comte e seus adeptos. O conhecimento teria valor na medida em que fosse capaz de fazer a descrição dos fenômenos tal como estes se apresentam na realidade. Uma formulação objetiva, onde não houvesse interferência da subjetividade. Seria uma descrição que pudesse ser feita e repetida por qualquer outro observador nas mesmas condições, respeitando o princípio da intersubjetividade.

Enfim, o sujeito da ciência moderna é fruto da estrutura lógica que exigia uma consciência soberana que transcendesse os limites de tempo e espaço (MORIN, 1996). Não é o sujeito real, vivente, vacilante, aleatório e modesto, com uma consciência histórica e finita.

Seja pelos fundamentos biológicos do conhecimento ou pelos limites da linguagem, há sempre uma inadequação entre a descrição que os sujeitos fazem da realidade e a realidade mesma. Pode-se ir um passo adiante na verificação dos limites linguísticos do conhecimento e revisar a utilização da linguagem metafórica, a qual está sempre em busca de fundamento e ancora-se na tradição metafísica do pensamento ocidental. A utilização alternativa da linguagem como “figuração lógica dos fatos” conforme proposta por Wittgenstein (1968) se

mostrou inviável e o recurso à metonímia exige uma mudança cultural (uma nova linguagem).

Foi preciso inventar um observador ideal, um fotógrafo experimentador, fora do campo, situado numa posição ótima de observação (MORIN, 1977). Quando esse ponto de vista supremo é abandonado, surge a exigência de voltar-se sobre o observador e conhecê-lo melhor: seus segredos, capacidades e limitações. A linguagem pode ser vista como a primeira das limitações e Edgar Morin desenvolve sua reflexão sobre o tema tratando-o como uma esfera (noosfera) que conecta observador e observado ou emissor e receptor.

Ao utilizar a analogia da informação é possível fazer a crítica sobre sua transferência sem ruído ou distorção. Em qualquer transmissão informativa há o esforço feito pelas duas extremidades no sentido de uma comunicação clara, um esforço sem fim, independentemente de o canal ser a linguagem natural ou um conjunto de equações.

Desse modo, estamos nos movendo no espaço da metonímia, isto é, nunca possuímos o todo, ele apenas se manifesta na parte. E, quando falamos da parte, só o podemos porque já a englobamos pela diferença com o todo. Desse modo, a diferença ontológica se constitui como o núcleo de uma nova linguagem, que é a linguagem não-metafórica, e que remete para o campo da metonímia. (STEIN, 2004, p. 302).

O objetivo é simplesmente destacar as restrições dos instrumentos utilizados na descrição do mundo, apesar de sabermos que a crítica de Ernildo Stein vai além da proposta de Morin e situa a discussão na tarefa da busca por uma linguagem em um mundo pós metafísico. No âmbito da Economia, Henderson (1994) se dedicou a esse problema.

Essa mudança é relevante porque a metonímia é capaz de manter o falante no mesmo domínio conceitual, enquanto que a metáfora seria a conexão entre domínios conceituais diferentes. Mantendo o discurso sem recursos metafóricos seria possível explorar melhor suas possibilidades e identificar seus limites enquanto conexões. Por isso o todo deve ser visto como maior que a simples soma das partes, as relações entre partes e todo formam uma realidade complexa que precisa de uma abordagem correspondente.

A perspectiva baseada na complexidade, bem como na interdisciplinaridade é melhor entendida como um desafio. Ela revela a incerteza e a insuficiência dos recursos humanos e

gera o paradoxo de ser um método que gera desordem e desorganização. Um método onde cada qual pensa por si mesmo e incita os outros a fazerem o mesmo.

A complexidade se recusa a deixar-se definir de forma simples enquanto está em curso. Existem dois polos complexos: um polo empírico e um polo lógico. O polo empírico é o das desordens, perigos, emaranhados, das inter-retro-ações dos fenômenos. O polo lógico é o da causalidade retroativa, contradições inevitáveis que levaram ao conhecimento racional-empírico dos impronunciáveis em sistemas lógicos, da complexidade da identidade. (MORIN; LE MOIGNE, 1999, p. 212).

O ser humano racional que calcula todas as possibilidades e consequências em suas escolhas é um construto apenas teórico. Um tipo ideal que com o passar do tempo acabou sendo hipostasiado e referendado pelas comunidades científicas, convencidas de que o varão ocidental materializava tudo isso. Seguindo a esteira cartesiana, a ciência é o domínio do exato, do universal, que não faz distinção entre classes, raças, gênero ou política. O sujeito cognoscente não possui moral, consciência ou interesses – um ser que praticamente se abstém da reflexão em suas tarefas.

A ciência inaugurada na modernidade criou uma tradição que opera com base na departamentalização dos saberes e utilização do método hipotético dedutivo (a indução como complemento). Opera, dessa forma, um reducionismo nas observações realizadas para moldá-las e fazê-las encaixar nesse esquema mental.

Esquemas esses que entram em cheque a cada crise pela qual passam as sociedades. Sejam as crises do tipo que forem (econômicas, morais, religiosas etc.). A racionalidade iluminista ideal foi um projeto que se mostrou inviável. A racionalidade humana é sempre imperfeita e a intersubjetividade apenas pode assegurar que não serão cometidos inadvertidamente erros vulgares. Sem ter a pretensão de discutir o problema da adequação do pensamento à realidade é possível se perguntar: “...*can complex systems be adequately understood through such reductionist or reconstructive methodologies?*” (SHIOZAWA, 2001, p. 36).

Ao aceitar a argumentação de que o universo é um todo indissociável, como um grande sistema, passa a ter mais sentido a ideia de que qualquer tentativa no sentido de conhecê-lo precisa ser multidisciplinar e multirreferenciada. Multidisciplinar porque apenas uma disciplina não será suficiente para compreender de maneira minimamente significativa os

fenômenos cujo acontecer ultrapassam seu escopo. Multirreferenciada porque procura se ancorar numa perspectiva plural, não priorizando um tipo de racionalidade (esquema mental) em detrimento de outros.

Outras perspectivas podem ser desenvolvidas partindo dessa mesma constatação. Eleutério Prado (2011), por exemplo, compreende que o universo é constituído por um conjunto estruturado de interações. Essas interações ocorrem de maneira bastante diversa e são irreversíveis, tudo está em processo de contínua mudança e a repetição do idêntico não é possível. Há no mundo uma hierarquia emergente de níveis de complexidade entre três estruturas: inorgânica, orgânica e social. Os seres humanos, no estrato social, devem partir da historicidade (a forma como os processos chegam à consciência) para obterem uma correta compreensão dos fenômenos.

Prado (2009), seguindo Karl Ludwig von Bertalanffy e sua teoria geral dos sistemas, distingue três concepções de complexidade: dedutivista, saltacionista e estrutural. Qualquer uma das três supera a diferenciação cartesiana entre *res (ego) cogitans* e *res extensa* – entre o sujeito cognoscente e o objeto de seu conhecimento.

Essa diferenciação ainda é observada no trabalho de economistas que relacionam a Ciência Econômica à escassez dos recursos produtivos. Segundo essa concepção, os desejos e necessidades humanas são infinitos e o mundo está à disposição da ciência e da técnica. Dentro desse raciocínio não se observa que a realidade humana não pode ser apreendida apenas com instrumentos da lógica matemática.

The most fundamental of all scarcities which we face is the scarcity of our cognitive powers: the possibility of constrained optimization is itself severely constrained by the limitations of human cognition. This is what Herbert Simon meant by 'bounded rationality'. (LOASBY, 2009, p. 14).

Essas críticas deságuam numa epistemologia da complexidade, uma abordagem abrangente que possui interfaces importantes com aquela conhecida como “economia da complexidade”. Um conjunto de linhas de pensamento que procuram englobar uma série de perspectivas, ao invés do esforço em criar um corpo teórico único. A economia da complexidade, de acordo com Foxon e outros (2013), comporta cinco elementos que agrupam perspectivas que não necessariamente coincidem em todos seus desdobramentos. É um desenvolvimento que se

aproxima da linha seguida por economistas como Richard Nelson e Nicholas Georgescu-Roegen. Os cinco elementos são os seguintes:

- (i) *Dynamics: economies are open, dynamic systems, far from equilibrium.*
- (ii) *Agents: they are made up of heterogeneous agents, lacking perfect foresight, but able to learn and adapt over time.*
- (iii) *Networks: agents interact through various networks.*
- (iv) *Emergence: macro patterns emerge from micro behaviours and interactions.*
- (v) *Evolution: evolutionary processes create novelty and growing order and complexity over time.* (FOXON *et al.*, 2013, p. 190).

Não obstante as contribuições de Georgescu-Roegen serem citadas, Foxon e outros (2013) defendem a noção de sustentabilidade como elemento importante ligado à ideia de sistema complexo. Por outro lado, o princípio da entropia trabalhado pelo economista romeno liga-se aos conceitos de irreversibilidade e degradação dos recursos naturais, desafiando a análise convencional de sustentabilidade (CECHIN; VEIGA, 2010).

A irreversibilidade da história é tratada por Morin e Le Moigne (1999, p. 63) como um dos nove princípios importantes no pensamento complexo que o opõem ao pensamento tradicional (1), mas não só isso, já que “o pensamento complexo confronta não somente o tempo, mas também o problema da politemporalidade em que aparecem ligadas a repetição, o progresso e a decadência”.

O paradigma da complexidade se opõe ao paradigma da simplificação que busca “legislar” sobre o funcionamento do universo (2); que opera através da redução às partículas elementares para o estudo (3); que vê a desordem como insuficiência de conhecimento (4); que enxerga a causalidade como linear e exterior aos objetos (5); prima pela organização a partir das partes (6); faz a disjunção entre objeto e meio ambiente (7); suprime as noções de ser e existência (8); e possui uma fé absoluta na lógica para expressar a verdade intrínseca das teorias que são baseadas empiricamente de acordo com os princípios de verificação (9).

Esses nove princípios do pensamento complexo pretendem mostrar a importância de não deixar-se levar por tentações simplificadoras universalizantes. Uma abordagem pluralista nas ciências deve caminhar no mesmo sentido, contribuindo para uma postura dialógica no processo de construção do conhecimento.

2.3 O PLURALISMO METODOLÓGICO

A aproximação epistemológica pela perspectiva da finalidade ou escopo permite que diferentes métodos se debrucem sobre o mesmo problema. De modo contrário, a aproximação epistemológica pelo método único, permitiria uma única abordagem a diversos problemas.

A primeira posição, aproximação pela finalidade, é mais promissora e adequada à discussão realizada até o momento. A tarefa da Economia, nesse sentido, seria dupla: “descrever os acontecimentos econômicos no nosso mundo social e nas ordens sociais passadas e fornecer explicações científicas destes acontecimentos” (NUNES, 1996, p. 19).

A sugestão de Uskali Mäki (1997) “*The one world and the many theories*” é bastante esclarecedora. O mundo sobre o qual diversas teorias são desenvolvidas é o mesmo e essa é a principal convergência das diversas ramificações. O conjunto de diferentes abordagens compõem uma rede complexa de interações e não uma hierarquia de modelos, por isso uma boa forma de fazê-las funcionar conjuntamente é conhecer os limites e os principais temas de cada uma delas.

Isso não implica a defesa de um relativismo gnoseológico radical, segundo o qual não haveria diferença entre conhecimentos científicos e não científicos. É sim, um esforço por perceber a historicidade que pervade todas as formas de conhecer.

A abordagem pluralista busca valorizar os diferentes esforços no sentido de compreender os fenômenos econômicos. Precisam ser considerados todos os aspectos das proposições; há o entendimento de que deve haver espaço para esclarecer quais ideologias residem no fundamento das elaborações teóricas (FERNANDEZ, 2011).

É importante esclarecer que o termo ideologia é tomado no sentido de pressuposto, de conjunto de ideias. É aquilo que subjaz a toda forma de pensamento e que nem sempre fica patente, correspondendo ao que Gadamer (1988) chamou de preconceito. A análise pluralista se esforçará por colocar em evidência e tornar claros os posicionamentos e seus fundamentos.

Dessa forma, “*on the most general level, the pluralist believes that the primary purpose of*

methodological work in economics is to enhance our understanding of what economic science is all about and, with luck, by so doing, to improve it” (CALDWELL, 1988, p. 234). Além disso, quando compreende-se com clareza os princípios é possível centrar o diálogo nos elementos mais importantes sem desperdiçar energia.

Há mais de um século atrás, em 1890, John Neville Keynes propôs um tom conciliador entre metodologias conflitantes para estimular o progresso do conhecimento. Em sua obra *The scope and method of political economy* trata como falaciosa a atitude do pesquisador que refuta visões diferentes pela pouca afinidade entre estas e suas próprias ideias, ele advoga a necessidade de uma análise profunda e cuidadosa das diferentes posições para que se possa criticá-las de modo construtivo.

Diferentes escolas representam diferentes visões de mundo e métodos diferentes de trabalho,

The importance of recognizing the methodological differences between schools of thought in this full sense is evident from debates which resort to traditional logical-positivist ideas of methodology as the ultimate arbiter. Modern methodology instead seeks to illuminate practice and the principles underlying it on the principle that awareness of methodological difference provides a better basis for constructive debate. (DOW, 2013, p. 5).

As categorias e classificações entre diferentes escolas e correntes ajudam na medida em que contribuem para melhor compreender os agrupamentos. Não há pretensão de fazer com que as observações e as tipologias coincidam perfeitamente, ao contrário, busca-se deixar bem claras suas particularidades. É uma forma de prática da *Sprachethik* (ética do discurso) habermasiana, como referido por Paulani (1999) a qual pode ser encarada como um imperativo ético na atividade de pesquisadores.

Além disso, o interessado em compreender as metodologias econômicas pode contribuir com algo a mais, gerando espaços de diálogo entre diferentes tradições. Nas palavras de Sheila Dow (2013, p.5): *“It is the task of the methodologist to assist communication and understanding as far as possible, although methodologists too have their own philosophical paradigms”*.

Bruce Caldwell organiza seu pluralismo crítico em quatro pontos que procuram conduzir os

metodólogos em sua atividade:

- *The starting point of methodological analysis is the rational reconstruction of the methodological content both of the writings of economic methodologists and of the various research programs within the discipline.*
- *The next step is the critical assessment of the methodological content revealed in the rational reconstruction.*
- *This latter task is achieved by the critical discussion of the strengths (if any) and the limitations of the rationally reconstructed methodological positions under examination.*
- *Such programs should be criticized either on their own terms, or for failing to show how they can be compared to other programs. (CALDWELL, 1994, p. 245).*

Essa abordagem pluralista possui interfaces importantes com outras construções em epistemologia. Ela procura identificar os elementos centrais e acessórios nas posições teóricas, aqueles que caracterizam cada uma delas e ao mesmo tempo as distinguem umas das outras (LEIJONHUFVUD, 1976). Se aproxima assim da noção de Programa de Investigação Científica elaborada por Imre Lakatos (1970, 1977).

O pensamento epistemológico de Lakatos trabalha com a ideia de que os programas são compostos de

...um '**núcleo firme**' (conjunto de hipóteses ou teoria irrefutável por decisão dos cientistas), de uma '**heurística**' que instrui os cientistas a modificar o '**cinturão protetor**' (conjunto de hipóteses auxiliares e métodos observacionais) de modo a adequar o programa aos fatos. (SILVEIRA, 1996, p. 219).

As revoluções científicas, nesse sentido, seriam os processos de superação de um programa por outro, já que sua existência é marcada pelo contínuo conflito entre si. Apesar disso, a noção de conteúdo empírico é importante nessa concepção, pois o programa que possua a maior porção desse conteúdo será aquele que subsistirá: será capaz de explicar e prever mais fatos que seus rivais, gerando o crescimento do conhecimento.

Do mesmo modo, poderiam ser verificadas aproximações entre o pluralismo e os trabalhos de Paul Feyerabend. Suas obras advogam a ideia de que os cientistas em sua prática não estão presos a padrões epistemológicos. A estipulação dos chamados “fatos científicos” depende de diversas contingências que podem não ter nada que ver com a idílica atividade desinteressada do “cientista monge”. O conhecimento precede a teoria e para progredir precisa se

desvincular das normas e regras que são idealizações, capazes de afastar o pesquisador daquilo que de fato importa na investigação científica: a realidade.

O anarquismo metodológico de Feyerabend, também chamado de pluralismo metodológico, evidencia as limitações de toda e qualquer metodologia. Já que toda forma de conhecimento é tão válida quanto qualquer outra, não há hierarquia entre elas. Gera-se um relativismo epistemológico e, ainda mais importante, uma humanização de todas as formas de conhecer.

Não obstante essa postura feyerabendiana, Oliveira (2014) destaca a convergência existente entre o pensamento de Paul Feyerabend e Imre Lakatos. O projeto original da obra *Contra o Método* era concebido em duas partes: na primeira, caberia a Feyerabend fazer a crítica aos métodos e sua racionalidade; a segunda parte seria a defesa da racionalidade científica elaborada por Lakatos. Qual o ponto de convergência entre os dois? A ideia de historicidade em todo conhecimento.

O reconhecimento de que toda atividade humana é histórica pode beneficiar os economistas de diferentes formas. Um primeiro benefício é a capacidade em pensar de forma alternativa e propositiva, não se limitando à descrição da realidade imediata. Reconhecer os pressupostos (e consequências) de diferentes tradições é outra habilidade adquirida pelo conhecimento histórico, o que permite um diálogo construtivo com opções aos próprios pontos de vista. Além disso, a perspectiva histórica fornece ao seres humanos a capacidade de relativização de sua própria posição e evita assim a tentação de pensarem em si mesmos e seus trabalhos como definitivos.

2.4 A HERMENÊUTICA COMO INSTRUMENTO DE ANÁLISE

Hermenêutica vem do grego ερμηνεία (*hermenéia*) e significa interpretar, anunciar, esclarecer ou traduzir (FERRARIS, 2000). Tradicionalmente o termo é referido ao deus Hermes que seria o mensageiro entre os deuses e os homens. Como intermediário, Hermes é o intérprete entre os dois mundos, o responsável pela comunicação entre ambos.

Atualmente há pelo menos três grandes linhas no pensamento filosófico sobre hermenêutica. A primeira se relaciona ao filósofo francês Paul Ricoeur que desenvolve o que chama de dois

caminhos na fundamentação da hermenêutica. O primeiro, o caminho ontológico, também chamado de caminho curto, foi desenvolvido por Heidegger e os adeptos de seu pensamento. O segundo caminho, o caminho longo, parte da linguagem e através da semântica busca encontrar convergências a um eixo comum.

A segunda linha se relaciona à tradição que remete ao filósofo italiano Emilio Betti (1890 – 1968). De acordo com essa postura, a interpretação válida precisa ser metódica e criteriosa. Busca-se, dessa forma, garantir a objetividade no ato de interpretar. O hermeneuta deveria seguir um método que gerasse resultados reproduzíveis se repetido em iguais condições.

Uma terceira concepção, aquela que é seguida neste trabalho, foi desenvolvida por Hans-Georg Gadamer que através da hermenêutica se propôs a compreender não apenas a semiologia como também as estruturas prévias de sua compreensão. Seu estudo dá atenção à compreensão, ao diálogo e à argumentação, gerando um amplo desdobramento nos temas abordados.

Utilizando o diálogo e o jogo como modelos de compreensão, Gadamer (1977; 1992) desenvolve uma hermenêutica ancorada na história, cujos resultados são sempre localizados em determinados contextos. O jogo é uma figura importante pelas duas dimensões que sempre o compõem (o lúdico e a regra) e que constituem duas características presentes nas culturas humanas. O diálogo também pode ser visto como um aspecto elementar do mundo humano, através do qual partilhamos e modificamos o mundo pela linguagem.

É importante notar que as hermenêuticas se desenvolvem e fundamentam em perspectivas diferentes. Podemos traçar sua história desde os trabalhos de Aristóteles e acompanhar seu desenvolvimento ininterrupto na história do pensamento ocidental. Não é possível portanto concordar com a crítica feita por Rothbard (1987) que relaciona o surgimento do que entende por hermenêutica em estudos de relatos bíblicos.

Rothbard quer discutir a presença dos hermeneutas em termos conflituosos, como se existisse uma guerra a ser travada:

Discipline after discipline, from literature to political theory to philosophy to history, have been invaded by an arrogant band of hermeneuticians, and now even economics is under assault. Hence, this article is in the nature of a counterattack. (ROTHBARD, 1987, p. 45).

A noção de hermenêutica criticada por Rothbard não é a mesma utilizada por Gadamer, Ricoeur ou Betti e por isso seus argumentos se perdem. O chamado contra-ataque é na verdade um ataque, já que o inimigo imaginário foi gerado em sua pena e ali permaneceu.

A interpretação feita por Madison (1990) dialoga melhor com as elaborações teóricas realmente feitas por Gadamer e Ricoeur. De modo especial sua referência aos desdobramentos metodológicos que atingem a economia concorda com a necessidade de superar a dicotomia sujeito-objeto relacionada à tradição positivista.

Sem a pretensão de aprofundar para além dos aspectos metodológicos a discussão sobre as aplicações da hermenêutica realizadas na economia, cabe mencionar as obras de Don Lavoie e Ludwig M. Lachmann. Os trabalhos desenvolvidos por eles vão além dos temas epistemológicos (incluem sua própria leitura do processo produtivo, da formação de preços, bem-estar etc.) e organizam uma revisão ampla das Ciências Econômicas contemplando diferentes abordagens da hermenêutica.

Pela maior familiaridade o trabalho de Gadamer é aqui a referência quando se falar em hermenêutica e suas implicações nas formulações teóricas das ciências sociais, grupo do qual a Economia faz parte (BACKHOUSE; FONTAINE, 2010). Acima já foi discutida a importância do contexto social no conhecimento, neste espaço interessa mais discutir os fundamentos epistemológicos que envolvem a análise econômica.

No estudo sobre o problema da consciência histórica surge um ponto de contato entre a obra gadameriana e a tradição dialética. Das relações entre sujeito e objeto aparece uma nova realidade, qualitativamente melhor. É um processo histórico no qual o hiato entre as duas partes é questionado e melhor compreendido. Essa nova compreensão, ao mesmo tempo em que conserva as etapas anteriores, supera-as e as eleva a um novo patamar.

O sujeito se altera por modificar sua compreensão sobre si mesmo. Modifica-se também o objeto porque já não é o mesmo após ser melhor compreendido. Sujeito altera objeto e objeto

altera sujeito, é um movimento de mão dupla, uma relação marcada pelo contínuo fluir e que gera um processo ascendente (para um saber melhor). Um processo ininterrupto cujo horizonte é a própria história.

Em um artigo dedicado à hermenêutica, Stein (2002) utiliza como título uma mensagem que reflete bem o desdobramento epistemológico do pensamento gadameriano: compreender em vez de fundamentar. Trata-se de uma postura diferente que surge da consciência da parcialidade e temporalidade dos próprios enunciados, uma atitude que altera o referencial axiológico do pesquisador.

Nesse mesmo sentido, mas agora no âmbito dos estudos sobre as relações entre dialética e hermenêutica, Ernildo Stein põe em evidência a complementaridade que há entre ambas. Seguindo a tradição heideggeriana, Stein sugere um aspecto importante para a discussão deste espaço que é a indicação da busca de unidade associada ao trabalho do hermeneuta. A crítica é um elemento do qual não se prescinde, mas é apenas um dos momentos que compõem a elaboração de novas proposições.

O método crítico se apresenta basicamente como um instrumento para detectar a ruptura do sentido, enquanto o método hermenêutico busca nos muitos sentidos a unidade perdida. (STEIN, 1983, p. 25).

A unidade referida é aquela que se encontra através do diálogo e da argumentação. É a unidade da compreensão de diferentes perspectivas, apesar de elas permanecerem diferentes. Sendo particular a história do sujeito e de sua comunidade (científica), também será a experiência que a compõe. As teorias, dessa forma, expressam uma grande multiplicidade e o seu contato pode conduzir ao mútuo aperfeiçoamento (um ganho qualitativo).

O reclamo feito a Gadamer por uma definição breve e clara de hermenêutica é respondido através da sugestão de modelos estruturais como o jogo e o diálogo, que sugerem movimento e troca. É no próprio ato de dialogar que a interpretação acontece, na troca contínua de impressões e na elaboração argumentativa dos participantes. O conhecimento é gerado na e pela comunidade.

O que ocorre é uma guinada no foco das discussões. O tema já não é a disputa dos métodos para saber qual é o melhor ou mais adequado. Parte-se de uma outra noção de racionalidade

que se desdobra em uma outra concepção de conhecimento.

Dialética e hermenêutica representam os dois caminhos através dos quais o debate atual sobre a questão do método como instrumento de produção de racionalidade, através da convergência entre filosofia e ciências humanas, se desenvolve numa esfera que transcende a fragmentação dos procedimentos científicos em geral. É possível, portanto, desenvolver uma questão filosófica relevante, pela análise das relações, das diferenças e do universo comum do pensamento crítico-dialético e da hermenêutica filosófica. (STEIN, 1983, p. 22).

Os estudos sobre hermenêutica exigem que o pesquisador se questione sobre as bases filosóficas de sua atividade. A pessoa que se coloca numa postura dialógica tem a oportunidade de se deixar questionar e avançar na compreensão de sua atividade e das atividades dos colegas. No interior de uma mesma ciência convivem perspectivas diferentes que podem enriquecer-se mutuamente através da argumentação dialógica profunda e perseverante.

As correntes neo-schumpeteriana, institucionalista, pós-keynesiana e marxista se inserem em tradições de pensamento que buscam o confronto constante com a observação dos fenômenos. O estudo da forma como entendem e explicam os fatos econômicos permite uma atitude coerente com a tradição hermenêutica.

Essas escolas têm em comum a noção de que a Economia é uma ciência social, caracterizada pela historicidade e, portanto, pelo envolvimento entre diferentes sujeitos na pesquisa. Há nas ciências sociais a presença ineludível da relação, já que esta afetarà o modo como os sujeitos percebem e compreendem aquilo que estudam.

Essa dimensão social põe em evidência sua diferença com respeito a outras ramificações,

[..] as ciências experimentais de hoje, que constroem alguns modelos simples dos fenômenos estudados e deduzem, pela linguagem rigorosa da matemática, as consequências numéricas que são seguramente compatíveis com as premissas das quais elas surgem necessariamente¹. (COUTROT, 2000, p. 134).

1 No original: “[...] des sciences expérimentales d'aujourd'hui, qui construisent quelques modèles simples des phénomènes étudiés, et en déduisent par ce langage rigoureux qu'est le calcul, des conséquences chiffrées, sûrement compatibles avec les prémisses d'où elles découlent nécessairement”. Tradução nossa.

A compreensão historicamente situada é capaz de uma maior aproximação aos fenômenos sociais quando comparada a equações matemáticas. Sobretudo quando se quer compreender o comportamento de indivíduos ou de instituições.

Evidentemente que há espaço para a elaboração de modelagens matemáticas que procuram representar o mundo social, mas elas são apenas uma das possíveis abordagens. Elas precisam saber bem qual o seu lugar e não extrapolar. Por outro lado, a fascinação que os discursos científicos causam não deveria despertar nas pessoas a tentação por assumir o “ponto de vista do olhar de Deus” (que tudo julga e avalia).

Bombassaro (1992), na linha de Richard Rorty e Karl-Otto Apel, põem em evidência a complementaridade entre epistemologia (explicação) e hermenêutica (compreensão). Enquanto a primeira está interessada no resultado que se chega após a investigação e argumentação, o foco da segunda é o processo que pode conduzir ou não a uma conclusão aceita por todos os participantes no debate.

Cabe destacar ainda o vínculo entre a economia e os demais ramos de estudo da sociedade. A explicação econômica é uma parte apenas da explicação sobre os fenômenos sociais, estes são mais complexos e exigem um tratamento coerente. Os binarismos, sociais-exatas, sujeito-objeto, epistemologia-hermenêutica, podem ser superados por uma concepção que compreenda o conhecimento como um processo que ocorre dentro da comunidade de comunicação.

Desde as origens da Economia como Economia Política até os dias de hoje, essa ciência passou por diversas transformações. Apesar disso, ela conseguiu manter o esforço na busca por entender as diferentes maneiras como as sociedades se organizam para garantir sua subsistência e gerar bem-estar. São preocupações que têm repercussão direta nas vidas de todos e por isso envolvem escolhas que não podem se furtar de implicações éticas e morais.

For a discipline that traces its roots to moral and social philosophy, this is a remarkable metamorphosis. It resonates with the impression, confirmed by historical analysis, of a disciplinary trajectory characterized not only by an increasing autonomy in respect to neighbouring disciplines and alternative approaches, but also by an increasing autonomy from (its) history. (ARENA; DOW; KLAES, 2009, p. 1).

Os estudos de economistas contribuem nas formulações dos discursos que compõem os esquemas mentais das pessoas interessadas pelo assunto. É bom lembrar que esses estudos são financiados por recursos de terceiros e são motivados pelos interesses dos financiadores e dos próprios grupos de pesquisa. Os esforços de pesquisadores somam-se uns aos outros e permitem aproximações aos fenômenos, mas suas teses e formulações são sempre limitadas (PRADO, 2014).

O risco do reducionismo na busca pela compreensão da totalidade cresce proporcionalmente ao entrincheiramento das ciências. Quanto maior a interação entre as diversas disciplinas, melhor será a compreensão do trabalho que se realiza e de suas implicações. Apesar dos métodos simplificarem a compreensão da realidade, ela permanece complexa.

2.5 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O estudo dos fenômenos econômicos tem sempre um caráter contingencial, mesmo contemplando diferentes perspectivas metodológicas. É preciso lembrar que as teorias também são históricas e passageiras, o que não significa defender a inutilidade de seus esforços, ao contrário: um estudo mais autoconsciente de suas limitações fornece instrumentos mais adequados para a análise e ação sobre o mundo.

A hermenêutica contribui nesse sentido, já que ela propõem-se a tarefa de compreender os diferentes discursos procurando respeitar as diferentes fundamentações. Em um mundo complexo, com sujeitos marcados pela contingencialidade da história e que convivem com diferentes leituras sobre os fenômenos, torna-se importante a abertura ao diálogo.

A escolha das quatro teorias econômicas não é acidental. Em primeiro lugar, as correntes neo-schumpeteriana, institucionalista, pós-keynesiana e marxista partilham da ideia segundo a qual a Ciência Econômica deve permanecer no grupo das Ciências Sociais. Segundo, incorporam a noção de historicidade (incerteza) em suas construções teóricas. Terceiro, os fenômenos sociais (como os econômicos) são vistos como parte de um todo complexo que é melhor compreendido interdisciplinarmente.

Os três aspectos destacados servem como orientação preliminar e provisória para o estudo.

Com isso não se pretende esgotar as semelhanças ou apontar conformidade plena entre cada um dos três itens e as correntes de pensamento estudadas. No interior do pensamento institucionalista, por exemplo, há diferenças importantes entre o Institucionalismo Original, o Neo-institucionalismo e a Nova Economia Institucional.

Da mesma forma podem ser apresentadas divergências no interior de cada uma das outras três abordagens e convergências entre elas. Há uma prolífica produção de pesquisas e análises que unem em seu referencial elementos de institucionalismo com a visão evolucionária, por exemplo. Os economistas que se dedicam a entender e modificar sua conjuntura utilizam-se criativamente dos recursos que encontram disponíveis.

A atitude dialógica é a única capaz de dirimir conflitos e gerar colaboração diante de esquemas mentais diferentes. As razões para a abertura ao debate podem ser buscadas na Teoria do Conhecimento, na Ontologia ou outra disciplina, não obstante, assumi-lo como valor fundamental parece ser a postura mais promissora.

3 A CRISE ECONÔMICA NO PARADIGMA INSTITUCIONALISTA

A expressão “economia institucional” passa a ser utilizada no período entre guerras para designar os economistas que desde o final do século XIX orientaram seu foco ao estudo das instituições. Sua preocupação em compreender os eventos e funcionamento da realidade econômica, utilizando um referencial interdisciplinar, gera desde então uma grande leva de informações. Não obstante os inúmeros estudos e pesquisas, os institucionalistas carecem ainda de um corpo teórico que unifique esse esforço empírico. Eles reconhecem a importância das teorias gerais, mas sublinham também suas limitações práticas e explicativas.

3.1 O PARADIGMA INSTITUCIONALISTA

Seguindo a proposta de Conceição (2000)² podemos falar em um paradigma institucionalista como sendo representativo de diversas escolas e abordagens. No institucionalismo econômico há a separação entre o Antigo Institucionalismo, a Nova Economia Institucional e o Neo-institucionalismo. Essa diversidade deve ser encarada como um sinal de riqueza já que é capaz de incorporar opiniões diferentes que, ainda assim, são perpassadas todas elas pela noção de instituição.

É justamente o conceito de instituição adotado o que distingue uma abordagem de outra. Elas definem instituições "ora como normas de comportamento, ora como formas institucionais, ora como padrão de organização da firma ou como direito de propriedade" (CONCEIÇÃO, 2000, p. 26). Por esse motivo não caberia buscar um único conceito para instituição, pois esta seria a forma mais direta de empobrecimento para a análise institucionalista.

As instituições econômicas são fenômenos humanos, históricos e dinâmicos e, por isso, são analisadas conjuntamente com outras dimensões constituintes da vida social (direito, política e cultura, por exemplo). Os contextos onde os arranjos institucionais estão inseridos são também parte fundamental da análise e devem ser considerados “diversos capitalismos”

² É uma proposta não consensual, como o próprio Octavio Conceição (2008) destaca. Vale destacar a divergência entre Simon e Williamson (WILLIAMSON, 2002a; 2002b) e a visão de que há um enorme distanciamento entre a Nova Economia Institucional e o Antigo Institucionalismo (PARADA, 2003).

quando se pretende comparar as diversas regiões.

Normalmente, três elementos são encontrados nas abordagens da economia institucional como justificadores da constituição desse paradigma:

inadequação da teoria neoclássica em tratar as inovações, supondo-as “dadas”, e, portanto, desconsiderando as condições de sua implantação; na preocupação, não com o “equilíbrio estável”, mas em como se dá a mudança; e, na ênfase ao processo de evolução econômica e transformação tecnológica. (CONCEIÇÃO, 2007, p. 623).

Dessa forma, as instituições são entendidas como realidades históricas. Elas refletem as circunstâncias em que se inserem e são modificadas por elas, num processo de aprendizagem e adaptação que também pode ser chamado de evolucionário (CASTELLI; CONCEIÇÃO, 2014). Não se deve pensar nas instituições como constrangimentos conservadores, mas sim como base e condicionantes para a mudança.

Expandindo a perspectiva para outras áreas além da Economia, percebe-se que durante o século 20 houve um movimento que procurou superar a dicotomia “indivíduo x coletivo” através do estudo centrado nas instituições. Assim, as relações entre individualidade e estrutura receberam uma forma de tratamento importante que é utilizada também em outras ciências sociais:

(...) o novo institucionalismo representa uma reação em considerar o sujeito social como um ator autônomo e todo poderoso ou como um elemento passivo, absolutamente sujeitado pelas estruturas sociais que delimitam suas possibilidades de ação. (NASCIMENTO, 2009, p. 98).

Por isso este paradigma é visto mais alinhado à heterodoxia que ao chamado *mainstream* em Economia (CONCEIÇÃO, 2002). Seu diálogo permanente com outros saberes - numa atitude de pesquisa transdisciplinar - reflete seu esforço em melhor compreender a realidade, ao invés de procurar basear-se em pressupostos irrealistas. “*En efecto, si el institucionalismo tuviera una teoría general, sería una que indicaría cómo desarrollar análisis específicos y diversos sobre fenómenos concretos.*” (HODGSON, 2007, p.53).

O institucionalismo econômico pode ser considerado um arcabouço teórico ainda em construção. Pela forma como tem sido elaborado não é conveniente trabalhá-lo através da

tradicional divisão entre micro e macroeconomia. O esforço em encaixá-lo em uma dessas partes seria infrutífero, sendo mais adequado o reconhecimento de seu caráter pervasivo (DEQUECH, 2013).

Não obstante, há um debate atual intenso, já que certos autores entendem ser a abordagem das instituições eminentemente microeconômica, enquanto outros autores advogam ser o espaço institucional pervasivo às duas esferas tradicionais e, mais recentemente, observa-se uma terceira posição, que procura destacar os aspectos macroeconômicos do institucionalismo.

3.2 O ANTIGO INSTITUCIONALISMO

Essa corrente é também conhecida como Economia Institucional Original (EIO), tendo como destacados representantes nomes como Thorstein Veblen, John R. Commons, Wesley C. Mitchell e Clarence Ayres. Essa é a vertente estadunidense desse movimento que foi desenvolvido concomitantemente em outros lugares por nomes como Karl Polanyi, Theda Skocpol e Karl William Kapp. Seus trabalhos possuíam um caráter descritivo; mas, também outras elaborações teóricas importantes devem ser destacadas, como as de Veblen e Commons.

Seu núcleo de pensamento relaciona-se aos conceitos de instituições, hábitos, regras e sua evolução, tornando explícito um forte vínculo com as especificidades históricas e com a abordagem evolucionária. A constituição de uma teoria econômica com instituições, oriunda da relação entre a atividade humana, as instituições e a natureza evolucionária do processo econômico, definiria diferentes tipos de economia. (CONCEIÇÃO, 2002, p. 81).

Daí sua crítica aos economistas que supunham indivíduos e instituições dadas, sem considerar seu processo de construção. É a interação entre os diversos agentes inseridos em contextos específicos o que molda as instituições e as diferentes realidades sociais, da mesma forma que gera as condições para o surgimento das preferências, objetivos e mentalidades. “*El individuo es tanto el productor como el producto de su circunstancia*”. (HODGSON, 2007, p.64).

Por isso, sua análise abandona as abordagens construídas sobre a noção de equilíbrio estável, centrando-se nas especificidades históricas e suas dinâmicas. As relações entre instinto e

cultura (inato *versus* adquirido) estão presente nas discussões, em consonância com os debates que existiam em seu período de elaboração.

Instituições são entendidas como “*prevalent habits of thought with respect to particular relations and particular functions of the individual and of the community*” (VEBLEN, 2007, p. 126). As instituições de hoje dependem de sua trajetória até o momento (*path dependence*) e por isso não podem estar plenamente adaptadas às solicitações do presente. Toda mudança histórica requer uma nova adaptação e seleção, criando uma estrutura que passa a ser o ponto de partida para um novo processo. É um processo chamado evolutivo, mas sem a conotação positiva que a expressão carrega. A mudança ocorrida não significa para a EIO que as novas instituições sejam boas ou melhores que as anteriores.

Esses primeiros institucionalistas foram influenciados pela Escola Histórica alemã em sua crítica ao dedutivismo como princípio metodológico. Ao assumir a indução como referência, os estudos históricos e o interesse pelos padrões de desenvolvimento presentes em diferentes contextos passam a ter precedência nas pesquisas (PARADA, 2001).

As tensões entre ruptura e manutenção institucionais nas sociedades é outra dimensão que aparece nesses estudos históricos, apesar de seu interesse maior serem os problemas que apareciam na esfera econômica. Seus estudos empíricos eram consoantes com a noção de ciência objetiva, em voga na época, e lhes permitiu o acesso aos recursos financeiros de diversos financiadores (RUTHERFORD, 2011).

As sociedades, no afã de se adaptarem às mudanças exigidas pelo meio e garantir sua manutenção, realizam mudanças e melhorias em suas tecnologias. Dessa constatação partem os estudos sobre a importância do crescimento econômico. A primeira necessidade que os seres humanos precisam suprir diz respeito às condições materiais de sua existência, mas os mecanismos e formas para atingir esse objetivo mudam conforme o tempo e o espaço se diferenciam. Por esse motivo pode ser atribuído aos Institucionalistas Originais o título de evolucionários (CONCEIÇÃO, 2002).

Thorstein Bunde Veblen (1857-1929) influenciou largamente o paradigma institucionalista.

Sua influência se estende por temas como a abordagem comportamentalista do consumidor, os custos de transação, o capital humano, fornecendo também *insights* para o posterior desenvolvimento da noção de “racionalidade limitada”. A distinção feita por Veblen entre atividades pecuniárias (predatórias) e atividades industriais (produtivas) teve grande influência na EIO, servindo como referência para diferentes reelaborações e desdobramentos (PARADA, 2001).

Dessa forma, Veblen constrói uma explicação para o predomínio do caráter pecuniário das instituições estadunidenses. Não é decorrência de uma natureza diferente ou mandato e sim o resultado de uma trajetória histórica específica, com as mudanças e adaptações institucionais realizadas por indivíduos e grupos buscando seus objetivos.

Wesley Clair Mitchell (1874-1948) construiu uma obra que combina as influências recebidas de Veblen e as recebidas em seu treinamento quantitativo. Segundo ele, as regularidades que os métodos estatísticos tentam captar decorrem das instituições, as quais possibilitam o condicionamento do comportamento humano. Os ciclos econômicos (Business Cycles) estudados por esse autor são entendidos como fenômenos que aparecem fora dessas regularidades, representando a dimensão dinâmica do sistema capitalista (RUTHERFORD, 2001).

John Rogers Commons (1862-1945) toma como unidade básica de análise as transações, entendidas como relações entre indivíduos. Essas transações são realizadas conforme as regras vigentes na sociedade, as quais são geradas historicamente. Além disso, Commons desenvolveu uma teoria de direitos de propriedade e tratou temas como comportamento organizacional, comportamento das cortes, sistema jurídico e poder econômico (PARADA, 2001).

Clarence Edwin Ayres (1862-1945) é profundamente influenciado em sua abordagem pelo pensamento de Veblen, mas sua atenção se dirige para sua insatisfação com relação à noção de valor utilizada pelos economistas neoclássicos. Compreendia que nem os preços relativos (com sua obsessão pelo equilíbrio), nem a utilidade naturalizada eram fundamentos adequados para essa tarefa. Ele desenvolve então uma teoria do valor onde cada meio social

determina sua própria noção de utilidade.

Para Ayres, a Economia não pode ser reduzida a uma teoria de alocação de recursos, destacando que ela precisa ser capaz de contribuir para a distinção entre valores que são progressivos e aqueles que são irracionais e falsos. A tecnologia é vista como uma força progressiva que está em contínuo conflito com as forças cerimoniais (status, crenças, convenções, superstições) que se opõem à mudança. Esse conflito também se materializa no encontro do conhecimento científico (progressivo) com as tradições e crenças (irracionais) (PARADA, 2001).

O Institucionalismo Original seguiu diversos temas de pesquisa, levando-o a revisar muitos dos princípios considerados intocáveis pela prática econômica da época. Sua abordagem desnuda as estruturas sociais e relações de poder que ficam ocultos quando o processo de tomada de decisão é tomado como jogo entre iguais. As decisões sobre bem-estar coletivo, distribuição da riqueza e organização da vida social são realizadas no interior de cada sociedade e nesses processos políticos entram em ação as diversas forças econômicas buscando seus interesses.

Os interesses são buscados de acordo com hábitos e valores adquiridos na experiência coletiva. Assim, os valores e símbolos têm um importante papel na destinação e utilização dos recursos. Os conceitos e axiomas atemporais (como maximização da utilidade e mercados eficientes) não contribuem nessa perspectiva, pois não são fruto de observações e experiências empíricas.

A EIO destacava a complexidade da vida econômica e isso a levava a uma abordagem holística e sistêmica, contemplando as dimensões econômica, jurídica e política, no intuito de bem compreender a vida social como um todo. Os aspectos econômicos fazem parte de um sistema aberto que não pode ser explicado com recursos do individualismo ou coletivismo metodológico. A sociedade não é a simples agregação de indivíduos e esses não são engrenagens que obedecem ao todo.

Siguiendo a destacados psicólogos y filósofos de su tiempo, los institucionalistas tempranos ubicaron al hábito como la base de la acción y la creencia humanas. El hábito puede definirse como una propensión, principalmente no deliberativa y autoactuante, que encaja en una pauta de comportamiento previamente adoptada. Un hábito es una forma de comportamiento no reflexiva, autosustentada, que surge en situaciones reiteradas. (HODGSON, 2007, p.65).

Os hábitos são importantes porque sua repetição cria as estruturas heurísticas que as pessoas utilizam na interpretação das informações e resolução de problemas cotidianos. Além disso, eles fornecem a manutenção e reforço necessários para a estabilidade institucional, ao mesmo tempo em que também são influenciados por ela, criando um mecanismo de reciprocidade estruturante. O que não significa dizer, como visto acima, que inexistem mudanças.

Todos esses aspectos são coerentes com os princípios filosóficos do pragmatismo que tanto influenciou os institucionalistas estadunidenses. A preocupação com os valores e implicações práticas do agir, sempre consoantes com a utilidade daí auferida, está na base da concepção de que a estrutura econômica será sempre social e culturalmente determinada (ARVANITIDIS, 2004).

Mais tardiamente, a partir da década de 1930, o institucionalismo estadunidense perde sua perspectiva transdisciplinar e seus teóricos começam a migrar para perspectivas subconsumistas, menos liberais politicamente, ou para o keynesianismo. Apesar de Commons e Ayres continuarem trabalhando, suas obras desse período receberam muitas críticas de outros institucionalistas. Merecem destaque os trabalhos de Karl Polanyi que mantém as linhas e o vigor do movimento.

3.3 A NOVA ECONOMIA INSTITUCIONAL (NEI)

Alguns dos trabalhos mais destacados nessa perspectiva pertencem a Ronald Coase, Oliver Williamson, Douglass North, Harold Demsetz, Armen Alchian e Robert Sudgen. Esses autores pretendem superar a microeconomia tradicional ao enfatizar os custos de transação, as falhas de mercado e a tecnologia como fundamentais para o estudo das firmas (CONCEIÇÃO, 2000).

As instituições são concebidas como um conjunto de regras e normas, formais e informais, que estruturam as relações humanas. Elas não podem ser compreendidas ou explicadas por critérios de utilidade. São mais amplas que as organizações, pois as últimas são criadas com alguma finalidade explícita, formando uma entidade coletiva que participa do jogo de interesses (NORTH, 2010).

As regras são formais ou informais no sentido de serem sancionadas pelas sociedades ou não. A formalidade aqui não diz respeito à modelagem matemática da realidade, visto que a compreensão subjacente está em consonância com a ideia de que a realidade é não-ergódica (NORTH, 1999).

Isso não significa que exista um rompimento dessa perspectiva institucionalista com os esforços em construir modelos matemáticos; ao contrário, entende-se que é uma atividade bastante frutífera. Como não há recursos para a construção de uma teoria dinâmica com precisão, inspirada na teoria do equilíbrio geral, procura-se compreender o funcionamento das instituições no decorrer do tempo (NORTH, 2010).

Uma observação importante dentro da NIE é a necessidade de transformar as instituições a partir de dentro. Isso quer dizer que transformações disruptivas tendem a gerar problemas de maior instabilidade e violência descontrolada. Sem instituições funcionais não há regras que coordenem as trocas humanas, prevalecendo a tendência ao caos e desordem.

Nesse sentido, as instituições são importantes porque, em última análise, são os incentivos, os estímulos e as orientações que uma sociedade produz. É dessa forma que as sociedades se organizam para solucionar o problema de prover o necessário para a sobrevivência de seus partícipes e ao mesmo tempo aumentar sua produtividade.

Na verdade, a maioria das sociedades ao longo da história ficou “presa” a uma matriz institucional que não evoluiu para a troca impessoal, que é essencial para capturar os ganhos de produtividade proveniente da especialização e da divisão do trabalho que tem produzido a riqueza das nações. (NORTH, 2010, p.22).

Os mercados são realidades históricas que precisam ser construídas pelas sociedades. São o resultado da decisão por realizar trocas e estabelecer contratos efetuada pelos agentes

econômicos. Dessa forma, eles não mais podem ser vistos como fundamento para a existência das relações econômicas, deixando essa precedência aos agentes.

Dentre os agentes que operam no mercado, as organizações recebem uma atenção preferencial por representarem a maneira mais tradicional de ação dos grupos. As questões abordadas nos estudos organizacionais abrangem temas cujo tratamento exige dos pesquisadores uma abordagem com sólido referencial sociológico, pois se trata de compreender comportamentos humanos complexos que não podem ser replicados em sistemas de equações (WILLIAMSON, 1995).

Em vez de debruçar-se sobre problemas de otimização escolhe-se a questão das influências que o direito de propriedade tem sobre o funcionamento do sistema econômico. A eficiência das normas é um tema importante porque está intrinsecamente ligada à eficiência do sistema como um todo: as fricções, custos de transação e destinação dos recursos obedecem às regras (formais e informais) vigentes.

A NEI é uma teoria em construção, uma tarefa que continua a ser trabalhada e discutida entre seus pesquisadores.

Indeed in some ways new institutional economics is still more of a movement than a field, a movement that is characterized by its stress on rules and norms, by its examination of the microanalytics of firm and market organizations and the ramifications for public policy, by its search for dynamic rather than static explanations of economic evolution, and by its openness towards interdisciplinary approaches and towards case studies and other less mathematical methodologies. (MÉNARD; SHIRLEY, 2012, p. 3).

Por esse motivo a história econômica e os conhecimentos de sociologia ganham relevância. Essas disciplinas põem em destaque os diversos níveis em que os problemas precisam ser abordados para que se possa compreendê-los e propor caminhos e soluções. O trabalho do economista deve acontecer em constante diálogo com as outras ciências e saberes, postura deve contribuir para a melhor compreensão da complexidade que o cerca e também na formulação de políticas factíveis.

Através da NEI entende-se que o foco da análise deve se deslocar da tecnologia para as transações e seus custos respectivos. Agrega-se a isso a racionalidade dos agentes que

decidem e enxergam a realidade de acordo com suas estruturas heurísticas (COASE, 1937; 1998; WILLIAMSON, 2000).

Há uma competição permanente entre interesses diversos nas sociedades. Os diferentes grupos e organizações buscam projetar poder a fim de garantir a prevalência das propostas que mais lhes favoreçam. Quanto mais claras e reguladas forem as regras do jogo entre esses interesses antagônicos, mais isonômicas elas tendem a ser.

Isso não impede que os grupos que conseguem se sobressair e amealhar maior poder tentem continuamente mudar as instituições em seu favor. É importante destacar que na NEI os indivíduos modificam as instituições, as instituições fornecem informações e restrições, mas não modificam os indivíduos (PARADA, 2003).

Os valores, a cultura e a história de cada região moldam a visão de mundo e condicionam as perspectivas de mudança. Os interesses em jogo se esforçam em fazer prevalecer os objetivos e organizações que lhes são afins. Nesse sentido é possível a pergunta sobre a quem servem as regras e instituições nesse momento existentes.

Tempo é a dimensão indelével de toda experiência humana. A Economia, como produto da ação humana, deve estar sempre situada e consciente em sua contingencialidade. A dinâmica que envolve todas as organizações conduz seus agentes ao desenvolvimento de estratégias com vistas à manutenção e consecução de interesses.

Cultura é o conjunto das crenças e interações humanas que moldam a compreensão que as pessoas têm sobre si mesmas e sobre o mundo em que vivem no presente. Dessa forma, ela também é condicionadora das perspectivas e anseios sobre o futuro.

A velocidade da mudança econômica é uma função da taxa de aprendizagem, mas a direção dessa mudança é uma função do *pay-off* esperado para a aquisição de diferentes tipos de conhecimento. Os modelos mentais que os jogadores desenvolvem configuram as percepções sobre os *pay-offs*. (NORTH, 2010, p.19).

As crenças e percepções são importantes porque são o fruto dos esforços em compreender o mundo e seus fenômenos. Os esquemas mentais que as pessoas desenvolvem são os

responsáveis por organizar e relacionar os acontecimentos fornecendo sentidos e valores para seu agir.

Cada grupo social, a partir de seus valores e crenças, cria os mecanismos e regras que tornarão possível seu desenvolvimento. A subsistência material é sempre a preocupação elementar, de cuja satisfação dependerão as demais necessidades. As sociedades precisam encontrar a forma de combinar os fatores e recursos à sua disposição, agregando os conhecimentos que desenvolveram em sua trajetória e aqueles aprendidos no contato com outros povos.

Os países com maior sucesso nessa tarefa acabam servindo como referência para aqueles em pior situação. No entanto, não existe o arcabouço institucional ideal, a fórmula que garanta o sucesso para todos. Ainda prevalece a incerteza e a tarefa de cada sociedade encontrar o caminho mais adequado para seu próprio desenvolvimento. Essa é uma postura que gera implicações teóricas importantes no entendimento do desempenho econômicos das diferentes nações (NORTH, 2010).

Todas as escolhas são condicionadas por uma gama de fatores, dentre os quais a trajetória (*path dependence*) do tomador de decisão. Essa expressão *path dependence* deve ser usada com cuidado, pois ela é polissêmica, servindo a diferentes interpretações: nos usos que a tradição institucionalista dela tem feito eles geralmente estão relacionados à história dos agentes. Essa história não se refere apenas ao aprendizado no passado, mas também às irreversibilidades (tecnológicas e cognitivas) de muitas dessas decisões (DAVID, 2007). O que não significa dizer que a dependência do passado seja absoluta, pois os agentes sempre têm a possibilidade de escolher novos caminhos e mudar sua trajetória (CORIAT; DOSI, 2002).

Dessa forma, a abordagem institucional é vista como um importante ferramental para o entendimento dos diversos processos de desenvolvimento. A ela devem ser agregados os avanços que os estudos em direito econômico têm feito nos últimos anos. As transações econômicas ocorrem em ambientes normativos específicos e sua desconsideração pode conduzir a equívocos de entendimento não desprezíveis. “Por transação, se entende toda transferência de direitos de uso sobre bens e serviços entre unidades tecnologicamente

separáveis” (MÉNARD, 2010)³.

3.3.1 Custos de transação e contratos

Há um entendimento de que devido à complexidade da vida social, aos interesses conflitantes dos agentes e às limitações, de ordem cognitiva e informacionais, não é possível uma mensuração perfeita de todos os riscos contratuais envolvidos nas transações. Daí aparece a importância do Direito como ferramenta para entendimento e aperfeiçoamento das relações econômicas. Esse aperfeiçoamento diz respeito à redução de custos e conflitos, bem como estabelecimento de normas e rotinas que orientem e facilitem as tomadas de decisão.

Nesse sentido, é possível definir a firma como um conjunto de contratos o que implica encará-la como uma instituição regida por normas e regras cuja finalidade é dirimir os conflitos oriundos nas relações entre os agentes. As normas e regras podem ser formais ou informais e são criadas com a finalidade de garantir o funcionamento organizacional e a consecução de seus objetivos.

A firma é vista como composta por um conjunto de indivíduos, cada um em busca de seus próprios interesses. Esses interesses podem estar em conflito entre si e, inclusive, não coincidir com os objetivos organizacionais. Os contratos preveem custos para os participantes que o descumprirem, funcionando como estímulo (ou coerção) à cooperação.

O conjunto de contratos deve ser organizado de forma a gerar como resultado o sucesso financeiro da firma. Uma má gestão deles pode gerar ineficiência e até mesmo o comprometimento dos resultados. A teoria dos contratos trata as empresas como um conjunto de instituições inserido em um conjunto ainda maior de instituições, a saber, o Estado. Por isso os legisladores devem criar o arcabouço legal que permita às firmas sua constituição e implantação das regras de coerção que garantam o cumprimento dos termos contratuais.

Através da redução dos custos de transação e da realização de trocas impessoais entre os

³ No original: “Par transaction, on entend tout transfert de droits d’usage sur des biens et des services entre unités technologiquement séparables”. (Tradução nossa)

indivíduos são formados os diferentes modos institucionais. Os mecanismos de governança são o conjunto de regras e normas formais e informais que são utilizadas para garantir a eficácia das transações. Supondo que os agentes são de racionalidade limitada e oportunistas, ocorrem custos de transação e esses custos podem ser maiores ou menores de acordo com o nível de coordenação dos agentes, tendo em vista a finalidade da organização em que participam (WILLIAMSON, 1996).

É um conjunto de transações orientado por uma estrutura legal que explicita os direitos, responsabilidades e retornos para os envolvidos. Ao mesmo tempo há um processo contínuo de aprendizado que torna as organizações dinâmicas e específicas, não podendo ser replicada pela simples reprodução de sua estrutura formal.

Da tentativa de cooperação entre as partes, marcada por conflitos e comportamentos oportunistas, aparece o problema chamado de “principal-agente”. Ele está definido no contexto das relações contratuais, onde o “principal” contrata o “agente” e delega a este alguma responsabilidade, sem transferir com ela toda informação de que dispõe.

A assimetria de informação pode gerar seleção adversa e conflitos de interesse, já que principal e agente podem possuir informações qualitativamente diferentes. Questões de risco moral (moral hazard) são apontados como fatores gerados pela impossibilidade de acompanhamento permanente dos agentes (SZTAJN; ZYLBERSZTAJN; AZEVEDO, 2005).

As falhas de mercado são fundamentais nesse tipo de análise porque representam o espaço de ação que deve ser ocupado pelas organizações. O conflito está no fundamento das relações sociais, mas conforme o avanço acontece são gerados mecanismos de ação coletiva que conduzem à maior abertura e isonomia.

Esses mecanismos também são chamados de mecanismos de coerção e têm a capacidade de resolver ou amenizar os conflitos que surgem das relações entre os agentes. O principal determinante das formas de governança é o investimento feito em ativos duráveis (ou específicos), cujo custo de oportunidade é maior que os custos dos ativos gerais - que possuem formas alternativas (substitutos) e são encontráveis com pouca dificuldade.

O risco e a incerteza envolvidos nas atividades são outro fator determinante. Os custos aumentam na presença de ativos específicos que possuam elevado grau de incerteza envolvido. Os agentes são incapazes de elaborar contratos perfeitos, que sejam capazes de prever todas as possíveis contingências. A racionalidade limitada e o oportunismo estão na raiz da incerteza, já que agravam a impossibilidade de previsão.

A frequência de ocorrência das transações também é importante com relação a este tema, já que sua repetição tende a diminuir a incerteza para as partes envolvidas. Para transações frequentes e com alta especificidade dos ativos a forma contratual (hierarquia) de relação é indicada; para as pouco frequentes e com baixa especificidade deve-se utilizar a coordenação via mercado.

3.4 O NEO-INSTIUCIONALISMO

Os Neo-institucionalistas buscam revigorar as ideias do Institucionalismo Original, revisitando as obras e as ideias daqueles economistas. Destacam-se nessa perspectiva os trabalhos de Herbert Alexander Simon, Geoffrey Hodgson, Malcolm Ruherford e Warren Samuels.

Em seu diálogo com a EIO são assumidas algumas posturas epistemológicas que lhes aproximam, sobretudo com Thorstein Veblen e John Commons. Podemos condensar essas posturas em três dimensões:

Crítica à organização e performance das economias de mercado, por se constituírem em mera abstração; na geração "corpo de conhecimento" em uma variedade de tópicos; e no desenvolvimento de um *approach* multidisciplinar para resolver problemas.(CONCEIÇÃO, 2000, p. 32).

A primeira dimensão se concretiza nas críticas feitas ao paradigma neoclássico e seu individualismo metodológico. O indivíduo atomizado e maximizador é uma abstração que pouco contribui para o conhecimento do funcionamento da sociedade e dos sujeitos que a compõem. Apesar de inicialmente os neo-institucionalistas tomarem os indivíduos como precedendo as instituições, ocorreu uma inflexão e convergência para a concepção atual de

mútua causação, mais próxima àquela adota pela EIO (HODGSON, 1998).

A segunda dimensão valoriza a historicidade das instituições e das interações sociais. Valoriza-se as organizações e suas interações competitivas como "forma de existência" dos mercados, sendo a tecnologia vista como força motriz na transformação dos sistemas econômicos. As diversas culturas e as relações de poder que lhe perpassam ganham relevância nessa composição de "corpo de conhecimento" já que as instituições são sempre situadas historicamente.

A terceira dimensão está relacionada com a perspectiva holística adotada, buscando incorporar a contribuição que os avanços científicos desenvolvem com o passar do tempo. Esse ponto fica evidente nos trabalhos de Veblen que aplicam na economia ideias originárias da biologia, mas também nas pesquisas desenvolvidas por Herbert Alexander Simon sobre os processos de tomada de decisão que dialogam de perto com elementos da psicologia cognitiva.

O projeto neo-institucionalista é entendido como possuidor de um poder explicativo bastante amplo, sendo capaz de integrar inclusive perspectivas que tradicionalmente estão separadas. Isso, no entanto, não é uma questão pacífica, com relação ao referencial neoclássico, por exemplo: há posturas como as de Geoffrey Hodgson que criticam e ao mesmo tempo entendem o neoclássico como um caso especial e restrito do institucionalismo, o qual é mais geral (HODGSON, 2007). Paralelo a essa, há posturas como as de Jairo Parada que entendem existir uma lacuna crescente entre essas diferentes escolas (PARADA, 2003).

Uma definição ampla de instituições contempla as seguintes características:

- *Todas las instituciones implican la interacción de los agentes, con retroalimentaciones cruciales de información.*
- *Todas las instituciones tienen varias características y concepciones, y rutinas comunes.*
- *Las instituciones sustentan y son sustentadas por concepciones y expectativas compartidas.*
- *Aunque no son inmutables ni inmortales, las instituciones tienen cualidades relativamente duraderas, autorreforzantes y persistentes.*
- *Las instituciones incorporan valores y procesos normativos de evaluación.*

- *Las instituciones refuerzan especialmente su propia legitimación moral: aquélla que perdura se ve a menudo –correcta o incorrectamente– como moralmente justa.*” (HODGSON, 2007, p.68).

Os hábitos dos indivíduos reforçam e são reforçados pelas instituições. Além disso, elas proporcionam uma estrutura cognitiva que facilita a tomada de decisões e gera estabilidade no sistema. As instituições duram mais que os indivíduos e variam menos no tempo, por isso são escolhidas como foco privilegiado de análise. Os modelos matemáticos utilizados trabalham justamente o caráter estável dos hábitos e rotinas, servindo de apoio à teoria e não tomando o seu lugar.

A mudança que ocorre em rotinas e instituições pode ser compreendida através de duas analogias complementares. Ela é, ao mesmo tempo, darwinista (variedade, seleção e hereditariedade) e lamarckiana (aquisição de características). E essas analogias⁴ não se aplicam apenas ao estudo dos fenômenos econômicos, elas fazem parte de uma ontologia que serve de referência também para as outras ciências sociais (HODGSON, 2003).

As instituições fazem parte da condição humana e não apenas limitam e condicionam o agir. A linguagem e os valores aparecem nesse contexto, onde não é possível saber quem tem a precedência (instituições ou indivíduos) ou formular explicações satisfatórias em termos de um ou outro. Nesse sentido, o questionamento interessante de se fazer é sobre o funcionamento e inter-relação entre ambos. Por isso a reintrodução de temas como instinto e hábitos nos estudos econômicos são promissoras, pois eles permitirão o desenvolvimento de uma análise que contemple ao mesmo tempo o social e o natural (biótico). São níveis diferentes de análise, mas precisam ser compatíveis entre si (HODGSON, 2007).

3.4.1 Racionalidade dos agentes

O processo cognitivo humano é permeado por componentes afetivos e emocionais. Apesar da sugestão de que as pessoas realizam “suspensões” das dimensões não racionais, na prática elas estão sempre presentes. E, ainda que a razão possa predominar, o modo como ela é

⁴ O que se estende para outras ciências são as analogias. Não se pretende reduzir as ciências sociais à biologia, nem indicar que um nível possa ser explicado por outro (como a tentativa de buscar microfundamentos para a macroeconomia) (HODGSON, 2007).

compreendida não pode gerar a imagem enganosa de um instrumento otimizador que abstratamente encontra a solução de equações se utilizando de avançados conceitos matemáticos.

A racionalidade parece ser eficiente quando está dirigida a determinados fins e não há dúvida sobre a hierarquia de prioridades a serem buscadas, atitude que se refere a uma mente pragmática. No entanto, essa racionalidade pode não ser eficiente pela possibilidade de não explorar todas as alternativas possíveis a um objetivo, em outras palavras, pode-se atingir o mesmo resultado de formas diversas. Outro problema de uma mente pragmática é que ela pode se dar conta de que os meios necessários podem gerar consequências indesejadas. Isso tudo sem falar do elemento temporal que pode tornar um fim absoluto, num primeiro momento, em fim relativo, no momento seguinte ou os custos de oportunidade diferentes envolvidos na busca do mesmo objetivo em períodos conjunturais distintos.

O processo de decisão ideal envolve três etapas: primeiro são elencadas todas as estratégias possíveis de serem realizadas; em seguida são identificadas todas as consequências possíveis para cada uma das estratégias; por fim são avaliadas comparativamente todas as etapas anteriores e, a partir disso, as deliberações são feitas.

Outro aspecto importante de destacar na prática cotidiana dos agentes econômicos é a impossibilidade de um comportamento laboratorial. Apesar de simulações serem feitas em “laboratório” com situações ideais de ausência de gravidade, inexistência de atrito, com concorrência perfeita ou previsibilidade probabilística, no mundo real as decisões devem ser feitas na complexidade do real. O engenheiro civil constrói a ponte considerando a gravidade, o engenheiro mecânico projeta o veículo para um ambiente com atrito, os empresários tomam decisões em situação de concorrência não perfeita e os agentes econômicos vivem em um mundo de incertezas. “O profissional jamais pode ignorar deliberadamente os fatos ou consequências condicionantes simplesmente porque elas escapam ao alcance de sua teoria” (SIMON, 1970, p. 73).

O fato de os seres humanos conviverem em grupos é uma dimensão importante na constituição de sua condição. As expectativas que se formam entre as pessoas interagindo

pode condicionar e até mesmo determinar os processos de decisão. Exemplos de três tipos de procedimentos claramente condicionados pelo ambiente social são as atitudes colaborativas, as defensivas e as agressivas.

Dessa forma, as pessoas não são dotadas daquela racionalidade que Simon chamou de racionalidade substantiva. Ela seria o apanágio de um ser humano ideal, cuja razão é livre de preconceitos e esterilizada de toda influência irracional (tal como religião e sentimentos). É uma razão paramétrica que busca sempre a maximização dos benefícios e é também estratégica (tal como concebida pela teoria dos jogos).

Simon classifica tal racionalidade como substantiva (sem erros e acompanhada de um comportamento adequado à meta perseguida) e lhe opõe a racionalidade processual (uma forma de pensar que é adequada ao processo de deliberação) e limitada (há um esforço em ser totalmente racional, mas sem logr -lo). Nas palavras de Simon (1976, p.146): *“A body of theory for procedural rationality is consistent with a world in which human beings continue to think and continue to invent; a theory of substantive rationality is not”*.

De acordo com a noção de racionalidade processual, as tomadas de decisões seguem modelos parciais de funcionamento do mundo. Esses modelos são baseados em padrões recorrentes observados pelas pessoas e em informa es selecionadas. Ao invés de sobrecarregar-se com informa es, são selecionadas aquelas que dizem respeito aos temas cuja relevância   maior para as preocupa es circunstanciais. Nas palavras de Simon: "A propensão dos indivíduos de enxergarem aquelas cousas que são compatíveis com os termos de referência que tenham criado   bem conhecida na psicologia das pessoas" (MARCH; SIMON, 1972, p. 214).

Atualmente os trabalhos de Herbert Simon são utilizados de forma agregada aos novos avanços em estudos da cogni o. De modo especial os trabalhos de Daniel Kahneman (originalmente desenvolvidos em conjunto com Amos Tversky) são vistos como importante contribui o ao desenvolvimento dessa linha de pesquisa.

Apesar de opiniões que veem ruptura entre a "racionalidade limitada" de Simon e as "heurísticas e vieses" de Kahneman, Tversky e Sbicca (2014) demonstra a complementaridade

existente entre ambas. O primeiro utiliza a noção de heurística como atalho, conjunto de regras, que facilita a tomada de decisão num mundo complexo (alternativas e problemas demais). Os segundos partilham dessa mesma compreensão, detalhando as diferentes heurísticas, e acrescentam que, muitas vezes, essas facilitações podem levar a erros graves e sistemáticos – as regras simples e facilitadoras produzem vieses.

A partir da metáfora sobre duas formas de pensar, rápida e lenta, Kahneman (2013) aborda a importância da intuição e do planejamento nas decisões tomadas pelos indivíduos. Os hábitos e o ambiente social são as peças chave no entendimento de como funcionam os mecanismos que levam as pessoas a escolherem tal ou qual alternativa.

Nesse sentido, não basta a inclusão dos conhecimentos da psicologia nos modelos econômicos de otimização ou de escolhas probabilísticas. Os agentes não são guiados por decisões fruto da computação dos dados e sim por sua percepção no momento da tomada de decisão. A escolha é condicionada por fatores internos, como emoções e valores, e externos, como tempo ou forma de apresentação das opções.

3.5 CRISE

Com relação ao significado, ou noção, da crise, as três divisões do institucionalismo convergem para a tese de que tal fenômeno decorre de um desajuste institucional. Corresponde a um desajuste com desdobramentos mais ou menos dramáticos, de acordo com a classe social de quem a sofre, como observou Veblen (2007) ainda no início do século passado. Dado que as instituições são realidades dinâmicas, há o esforço constante das sociedades em encontrar a combinação adequada a seu contexto e que seja capaz de impulsioná-las em direção ao desenvolvimento.

Todavia, as três vertentes do institucionalismo apresentam interpretações divergentes no que diz respeito ao papel do Estado diante das crises. Basicamente, nota-se, de um lado, aqueles que entendem ser o Estado um importante ator na condução do processo de reorganização, seja no momento pós ocorrência da crise, seja uma reorganização visando evitar as crises, como postulam os neo-institucionalistas e os autores da EIO. De outro lado, notamos, por

parte da NEI, uma postura mais cética com relação a essa capacidade.

Os governos estão inseridos no mesmo ambiente de incerteza que os demais agentes e podem organizar um arranjo institucional que seja inadequado às necessidades de sua economia. Por mais que situações semelhantes possam ocorrer, as conjunturas nunca serão as mesmas. O desafio está no entendimento e elaboração de arcabouços institucionais capazes de fazer frente às demandas geradas pela mudança econômica (BOYER, 2001).

De modo geral os institucionalistas concordam que o capitalismo não segue uma trajetória linear de desenvolvimento, posto que esta é tortuosamente construída através do embate de interesses, pressões e projeção de força (ITOH, 2001). Desse embate são gerados arranjos funcionais que compõem o ambiente no qual os grupos de interesse buscam alcançar seus objetivos.

Assim, os indivíduos são considerados agentes criativos que promovem mudanças nas regras e hábitos, mudanças essas que não são necessariamente eficientes ou orientadas ao equilíbrio: *“the incremental evolution of institutions and human behaviours can lead to crisis, disruption, bifurcation and possibly to innovation”* (DULBECCO; DUTRAIVE, 2007, p.177). Mas, nem todas as instituições são igualmente flexíveis: os mercados são considerados exemplos de maior flexibilidade e adaptação às novas exigências, enquanto, em outro polo, as instituições jurídicas (constituição, leis) são apontadas como refratárias às mudanças e inovações.

Mas a origem das mudanças não está circunscrita apenas nos indivíduos, pois elas também ocorrer através da própria estrutura institucional. Mesmo assim, não é possível considerar os indivíduos e nem as instituições como categorias irreduzíveis (como princípios ontológicos separados). Ambas devem ser tomados conjuntamente porque

(...) changes in relative prices, in preferences and ideas, in the bargaining power of actors, or even exogenous shocks, can trigger changes in the institutional structure as the entrepreneurs in organizations (the agents of change) might perceive that altering (or even reinforcing) the institutional constraints on some margin could serve better their objectives.
(ARVANITIDIS, 2004, p.329).

Todas essas dimensões são permeadas pelos interesses de diferentes grupos, cuja prevalência

(de um ou outro) dará a tônica no momento da elaboração das regras básicas nas sociedades. O papel do estado e da moeda, por exemplo, são elementos cruciais no que diz respeito às regras básicas a serem definidas nesse jogo de interesses. Assim sendo, faz parte do sistema capitalista a instabilidade e mudança institucional.

Devido a essa instabilidade os países devem considerar inclusive essa dimensão no momento em que organizam sua estrutura administrativa. Conforme alguns trabalhos destacam (HOSHI, 2011; SWAGEL, 2015), para mencionar alguns exemplos de crises econômicas de elevada magnitude, as instituições estadunidenses⁵ eram inadequadas para lidar com a situação problemática de seu sistema financeiro em 2007 e 2008, quando ocorre a deflagração da crise do sub-prime, ou da Grande Recessão, da mesma forma que as instituições japonesas na década de 1990. Outrossim, corre-se o risco de, na tentativa de reforma do sistema de regulação financeira, focar nas lições aprendidas recentemente e não se preparar para situações imprevistas.

A esse propósito, portanto, seria conveniente relembrar que as regras e as rotinas comportam heurísticas, as quais, ao mesmo tempo em que agilizam o processo de tomada de decisão, podem gerar vieses que conduzem aos erros e equívocos. Além disso, os mecanismos de governança, e os conflitos que eles envolvem, revelam os atritos que surgem em qualquer deliberação feita em contextos institucionais (CORIAT; DOSI, 2002).

Isto posto, vamos nos deter mais demoradamente acerca dos trabalhos daqueles autores institucionalistas que mais extensivamente trataram do tema da crise e dos ciclos, a saber, Thorstein Veblen (1975, originalmente publicado em 1904) e Wesley Mitchell (1913). Ambos foram escritos nos Estados Unidos utilizando dados desse país e de alguns outros países europeus.

3.5.1 Veblen e Mitchell

Para Veblen há uma oscilação entre bons e maus tempos na economia, apesar de (com a

⁵ Exemplo dessa inadequação é o fato de o Tesouro não estar autorizado, à época, para injetar liquidez nas instituições privadas. Da mesma forma que o banco central estadunidense (Fed) não possuía mecanismos para lidar com a situação.

industrialização) o nível de qualidade de vida médio tender a melhorar. Para Veblen, com o início do período em que o sucesso nos negócios foi associado ao êxito no comércio houve uma mudança importante: os preços passaram a governar as relações econômicas. A sociedade acostumou-se a medir seu bem-estar a partir do nível de preços e não mais através do nível de sua qualidade de vida.

Crises, depressions, hard times, dull times, brisk times, periods of speculative advance, "eras of prosperity," are primarily phenomena of business; they are, in their origin and primary incidence, phenomena of price disturbance, either of decline or advance. (VEBLEN, 1975, p.214).

As oscilações nos preços só afetam a indústria, segundo Veblen, porque ela e toda economia passaram a ser geridas como um comércio, em termos de margens e lucros. Ao mesmo tempo em que a industrialização avançava em meados do século XVIII, os preços tornaram-se a referência para toda atividade econômica. Dessa forma, através dos preços, ocorre a difusão das oscilações entre os diversos setores e atividades.

Nos períodos anteriores à industrialização, as crises e colapsos não eram fruto de ações especulativas de natureza inflacionária, pois estavam associadas a especulações comerciais, apostas erradas ou problemas gerados por clima e guerras. Entretanto as coisas mudaram. Os estímulos econômicos não surtirão efeito se não houver um canal para o qual se possa direcionar os produtos resultantes da oferta que não foi realizada (exportações, desperdício, guerra, colonização ou qualquer gasto situado numa esfera extraindustrial). Os governos devem assumir suas responsabilidades⁶ nessa função de estabilização, já que os agentes privados precisam atender suas próprias necessidades.

Além disso, Veblen constatou que os períodos de crise e depressão estavam se tornando cada vez mais frequentes e prolongados, o que era diferente dos períodos anteriores. Ele entende que as depressões crônicas não estiveram presente antes de meados do século XVIII, mas se tornaram persistentes a partir do início do século XIX. Antes, os negócios conheciam períodos de bonança e carestia, mas, no entanto, eram mais espaçados e se comportavam como ciclos que se seguiam uns aos outros.

⁶ Responsabilidades essas que já foram previamente estabelecidas nas leis e regras que regem as sociedades.

Por isso, seria um engano os economistas buscarem a origem das crises nas empresas apenas, pois o funcionamento destas já é bem conhecido e previsível: “*Business depression and exaltation are, at least in their first incidence, of the nature of psychological fact, just as price movements are a psychological phenomenon* (VEBLEN, 1975, p.219). Para uma compreensão mais adequada do fenômeno é preciso investigar a nova forma de relação estabelecida entre as companhias e o capital financeiro, inaugurada na Inglaterra do século XVIII. A origem das crises modernas deve ser buscada no funcionamento dessa nova etapa da história econômica.

Desde essa época os empresários passaram a ver suas empresas apenas através do retorno que podem proporcionar como razão do investimento que precisaram fazer. Desse modo, não existe mais uma diferença importante entre uma empresa e a especulação com ações, já que, de fato, o que importa é o retorno sobre o investimento – o preço de um negócio com relação a outro.

As relações entre as empresas passam a ser apenas de tipo pecuniário, uma relação de barganha através da qual busca-se sempre o preço mais vantajoso. Atrela-se os contratos às expectativas de lucros futuros e à disponibilidade conceder crédito no momento da transação. O crédito deve tornar-se pervasivo a todas as etapas do processo produtivo e colocar-se como um requisito para a performance: sucesso ou fracasso nos negócios.

Os financiadores são basicamente os bancos que, além de emprestar para empresas, emprestam para o público em geral e sempre com prazos curtos. Isso pode gerar um descasamento entre as datas de vencimento do ativo e passivo das empresas, piorando sua situação em momentos de turbulência. Do lado dos bancos há sempre incerteza sobre qual o nível prudente de alavancagem e sobre o perfil de suas carteiras. Em resumo, a incerteza é um elemento ineludível no processo de tomada de decisão.

É possível verificar nesse ponto a convergência entre os pensamentos de Veblen e Mitchell. Este último, ao desenvolver seu estudo sobre as crises, destaca as causas que são internas aos ciclos econômicos e também aquelas que lhe são externas. Como exemplos do primeiro grupo são citados: mudanças organizacionais e tecnológicas, integração, poder de mercado e

descoberta de novos materiais. Exemplos de causas externas são: efeitos climáticos, mudança em padrões monetários, guerras, políticas governamentais, revisões tarifárias e novas tecnologias produtivas.

Mitchell concentra sua explicação nas crises geradas pelos ciclos econômicos, pois estas são características do período pós Revolução Industrial. “*Even in the eighteenth century most English crises arose from other than business sources... This brief recital indicates that business cycles are much later in appearing than economic, or even strictly financial crises*” (MITCHELL, 1913, p.584). A principal característica do período moderno é a orientação ao lucro e não à satisfação das necessidades.

Durante um período essa orientação gera prosperidade nos negócios, mas essa mesma prosperidade atinge um limite que é então seguido por um declínio.

The optimistic temper which prevails disposes most men to under-rate the risks and to over-rate the probable gains. Even the active and experienced men of affairs do not escape this infection of over-confidence, and the mass of investors are especially subject to it. Indeed, the credulity of the latter class offers a tempting opportunity to enterprising promoters, who launch plausible schemes, sell them out to the general public, and abandon them to their fate. (MITCHELL, 1913, p.498).

São as expectativas otimistas de que o nível de preços permaneça elevado e os custos de financiamento baixos que impelem os agentes a assumirem riscos cada vez maiores. Por outro lado, há sempre os investidores que ficam atentos aos sinais do fim dessa fase e procuram se proteger reduzindo sua exposição (alavancagem) e cobrando dívidas enquanto os devedores possuem recursos.

A exuberância é uma fase carregada de tensões, as quais decorrem do aumento dos custos que pode ser originado por diferentes fatores: queda na eficiência do trabalho, aumento de salários, obsolescência das máquinas etc. A incerteza e o desconhecimento de uma fórmula que impeça o avanço dos custos sobre o lucro refletem o quão limitado é o domínio que as pessoas têm sobre a economia. Essa realidade sofre uma tentativa de precificação nos mercados de juros e crédito, o que é de grande importância dado o crescimento da estrutura financeira nas economias modernas.

Isso pode ser observado no comportamento das taxas de juros de longo prazo cobradas pelos bancos. Elas são mais altas, pois envolvem maior insegurança e isso desestimula investimentos mais vultuosos entre os empresários, fazendo os mesmos se voltarem para horizontes de curto prazo, onde as projeções são mais favoráveis. No entanto, mesmo durante as crises, algumas pessoas saem ganhando. Há oportunidades para aquisições a baixo custo e para ocupação de mercados ociosos. Apesar de as pessoas experientes nos negócios poderem incorrer em erros de avaliação, como todos, elas não deixam escapar as oportunidades de lucro rápido que aparecem, o que acontece, sobretudo, em períodos de exuberância.

Além disso, Mitchell (1913) chama a atenção para a elevação das taxas de retorno e nível de financiamento em períodos de prosperidade. Os empresários investem e os bancos emprestam na expectativa de que esse ambiente favorável irá perdurar, o que pode deixá-los muito expostos para o caso de um arrefecimento. A situação se agrava ainda mais quando as taxas bancárias aumentam mais rapidamente que as taxas de investimento, gerando um descolamento entre o mercado financeiro e o mercado produtivo.

O fato é que em determinado momento os lucros prospectivos sofrem uma queda em determinado setor e, a partir daí, se espalha de forma generalizada. Para se entender uma crise é preciso encontrar esse setor onde tudo se originou e os mecanismos que conectam todos os setores. *“To understand this development, it is necessary to examine the bearings of the rate of prospective profits upon outstanding credits”* (MITCHELL, 1913, p. 504).

De uma maneira geral os institucionalistas entendem que os processo de crise não podem ser evitados. As incertezas são incontornáveis e encontram-se na origem das oscilações e mudanças pelas quais passam as instituições. Mas há um espaço para as sociedades escolherem a maneira como esses períodos serão vivenciados, quem arcará com os prejuízos e quem ficará com os lucros.

4 A CRISE ECONÔMICA NO PARADIGMA NEO-SCHUMPETERIANO

Schumpeter se esforçou para desenvolver a Economia como uma estrutura teórica sólida e abrangente. Utilizando a contribuição de outras ciências, ele construiu um projeto interdisciplinar que buscava compreender os fenômenos econômicos. Seu legado foi retomado pelos economistas chamados neo-schumpeterianos, que reconhecem como seminal a obra do economista austríaco e, embora levantando ressalvas a esta, ao mesmo tempo, avançam suas pesquisas em novas frentes. Entre os neo-schumpeterianos pode-se destacar: Christopher Freeman, Mário Murteira, Carlota Perez, Mariana Mazzucato, Nathan Rosenberg, Richard Nelson, Sidney Winter, Giovanni Dosi, Gerald Silverberg e Peter Soderbaum.

4.1 O PARADIGMA SCHUMPETERIANO

Em seu esforço por analisar a sociedade como um todo, Joseph Alois Schumpeter (1883-1950) conserva um entendimento hierárquico sobre ela: devido às suas realizações, os empreendedores são os líderes - figuras próximas dos gênios ou heróis. Por esse motivo, na obra “Capitalismo, Socialismo e Democracia” (1961), ao explicar sua posição que afirma a instabilidade e insustentabilidade do capitalismo ele aponta como algumas das causas para essa realidade: o ressentimento das pessoas que não alcançaram o êxito financeiro e daquelas que perderam sua posição de conforto; a formação de grupos de intelectuais que se dedicam a criticar o sistema e fomentar a insatisfação social.

4.1.1 Schumpeter

Esse pensador austríaco entendia que os economistas deveriam se dedicar a esclarecer a população acerca de seus temas de estudo. Como os assuntos econômicos dizem respeito e interessam a toda sociedade, seria tarefa dos profissionais dessa área o desenvolvimento de pesquisas científicas que colaborassem para o desenvolvimento econômico.

Ele reconhecia a diversidade de opiniões, contudo entendia que o estudo científico dos problemas econômicos não permitiria a fragmentação em diferentes paradigmas. Apesar de identificar duas fortes tradições intelectuais na história do tratamento dado à questão do valor,

o economista austríaco era contrário à formação de escolas no interior da Economia, pois isto levaria à politização das posições defendidas (SCHUMPETER, 1964).

As duas tradições intelectuais na questão do valor são abordadas em sua obra *História da análise econômica* (1964). A primeira é chamada de tradição do trabalho, remontando a textos do período medieval, sobretudo nos trabalhos de Santo Tomás de Aquino. O valor é visto como uma medida objetiva, já que seu conteúdo essencial é o trabalho envolvido em sua produção. O mais destacado economista nessa esteira é Karl Marx.

A segunda é a tradição da utilidade, remontando aos escritos de Aristóteles. Segundo essa perspectiva, os interesses diversos dos indivíduos interagindo no mercado são o fator fundamental na formação do valor. Essa é a mesma esteira da qual participou o economista Böhm-Bawerk (professor de Schumpeter).

Schumpeter concebia o capitalismo como um sistema dinâmico e, para bem compreender seu funcionamento, utilizava largamente recursos de Sociologia e História. Segundo ele, as mudanças sociais ocorrem devido a três tipos de fatores: externos, crescimento e inovação. Os externos são aqueles que independem das relações que ocorrem nas sociedades, como as mudanças climáticas. O crescimento diz respeito a fatores que se modificam continuamente como o aumento da população ou da produtividade. As inovações geram desenvolvimento e desequilíbrio (SCHUMPETER, 1997).

No que tange às inovações, segundo Schumpeter, é possível inovar a partir de descobertas científicas em campos que não estejam relacionados a atividades destinadas a comercialização, contanto que elas se mostrem economicamente viáveis. A forma mais rápida de auferir retornos, no entanto, ocorre quando se inova a partir de situações geradas no interior da atividade econômica. No arcabouço teórico de Schumpeter, portanto, o processo inovativo desempenha um papel central para a determinação do dinamismo da economia capitalista.

Por conseguinte, a fonte de dinamismo do sistema é a inovação efetivada pelos empreendedores - os agentes (empresários) que inovam em produtos (ou serviços), em

organização ou distribuição. A inovação é caracterizada pela *Destruição Criativa*, já que os novos produtos, as novas formas de organização ou distribuição substituem aqueles que eram considerados os padrões adequados e vigentes até então (SCHUMPETER, 1997).

É preciso notar que há uma diferença na abordagem desse tema em períodos distintos da evolução do pensamento schumpeteriano. Na sua “Teoria do Desenvolvimento Econômico” o foco recai sobre os indivíduos e pequenas empresas. Mais tarde, porém, em “Capitalismo, Socialismo e Democracia”, o foco é colocado sobre as grandes empresas e sua capacidade de investimento em pesquisa e desenvolvimento.

Em sua Teoria do Desenvolvimento Econômico de 1911, Schumpeter viu os “empresários” como os principais atores da inovação. Suas “firmas” eram basicamente os contextos usados pelos empresários, e os demais tomadores de decisões tinham que se adaptar às mudanças forçadas pelos empresários inovadores ou sucumbir a elas. Na época em que escreveu *Capitalismo, Socialismo e Democracia* (1942), o ponto de vista de Schumpeter sobre as fontes da inovação tinha mudado – ou melhor, pode-se dizer que houve uma transformação das principais fontes de inovação desde a época anterior e sua visão do processo refletiu essa transformação. As empresas modernas, equipadas com laboratórios de pesquisa e desenvolvimento, tornam-se os atores centrais da inovação na teoria de Schumpeter. (NELSON, 2006, p.179).

O aumento da produtividade resulta em menor necessidade de trabalhadores por unidade produzida, mas isso não significa que, de forma agregada, haverá menos pessoas empregadas. Novos produtos e métodos produtivos impulsionam a criação de novas possibilidades de emprego em áreas novas ou naquelas que se tornaram mais dinâmicas, resultando, portanto, em uma redistribuição de recursos entre os setores.

Fica claro, então, que o desemprego é causado por alterações ocorridas pelo lado da oferta, já que as inovações geram instabilidade e novos ciclos, aos quais as unidades produtivas precisam se ajustar. Esse ajustamento pode gerar desemprego, pois afeta diretamente as necessidades de mão de obra.

Mediante a iniciativa inovadora, os empresários inovadores estão em busca dos lucros extraordinários, que adquirem pelo sucesso em suas empreitadas, o que dá margem ao surgimento de monopólios temporários que permitem o auferimento dos ganhos extras.

Contudo, passado algum tempo, a difusão do conhecimento novo e a imitação levam ao fim do período de monopólio e ao reinício do ciclo inovativo, quer dizer, ao fluxo circular normal da vida econômica (SCHUMPETER, 1961).

Como a agricultura e a mineração possuem tendência a rendimentos decrescentes, estes se espalham para outros setores conexos e dependentes desses insumos (indústria, comércio e serviços). Mas, quando se inova, essa tendência aos rendimentos decrescentes é interrompida. Por outro lado, os empreendedores não possuem todo o dinheiro (capital) de que necessitam para efetivarem a iniciativa inovadora. Por isso, o crédito passa a ter uma importância decisiva para a dinamização econômica, já que é por meio dele que os recursos destinados à inovação chegam às mãos das pessoas dispostas a realizá-la. Nesse sentido, o sistema bancário é uma peça chave no funcionamento do capitalismo (SCHUMPETER, 1961).

Ao mesmo tempo, é importante salientar que a inovação econômica não pode ser identificada com a invenção, apesar de alguns inovadores serem também inventores. Enquanto os últimos estão focados na criação de novos produtos, os primeiros desenvolvem uma atividade muito mais abrangente. Os inovadores são capazes de criar novos mercados ao introduzirem melhoras nos produtos e processos, mas também quando geram novas necessidades nos consumidores (nova demanda).

A ação inovativa dinamiza e transforma o sistema, tanto pelo lado da oferta quanto pelo lado da demanda, do que decorre, com a aceitação desse caráter dinâmico da economia, a perda de importância da questão do equilíbrio estático. Assim, do ponto de vista metodológico, Schumpeter reconhece a importância da matemática, tendo sido, inclusive, um dos fundadores da *Econometric Society*, mas, ao invés de ancorar sua metodologia no princípio do equilíbrio derivado da Física, utiliza largamente as contribuições das ciências sociais em sua análise.

Para ele, não é possível compreender a ação dos inovadores através das noções neoclássicas de maximização ou utilidade marginal. É preciso utilizar os recursos de outras ciências e tentar entender as motivações que esses agentes encontram nos contextos onde desenvolvem suas atividades.

4.1.2 Neo-schumpeterianos

Como é bem notório, os economistas chamados neo-schumpeterianos tomam como referência na elaboração de seu pensamento as concepções teóricas e metodológicas de Schumpeter. Todavia, além disso, incorporam a noção de *evolução*, por corresponder a um processo histórico que contempla diversidade, mudança e irreversibilidade (BUENO, 1996). Nesse sentido, os termos “neo-schumpeterianos” e “evolucionários” são tomados neste capítulo como sinônimos, apesar das reservas e divergências que alguns autores apresentam (MAGNUSSON, 1994; POSSAS, 2008) e da consciência da existência de uma caracterização denominada “evolucionários neo-schumpeterianos”, que é mais precisa.

Um traço distintivo fundamental dos neo-schumpeterianos relativamente a outros autores que se dizem seguidores de Schumpeter diz respeito à crítica que os primeiros fazem a estes últimos, os quais incorporariam a noção de inovação em seus modelos sem o conteúdo fundamental deste conceito:

(...) com poucas exceções, os economistas que têm estudado a inovação tenderam a ignorar ou suprimir o mais consistente e elaborado argumento de Schumpeter sobre a inovação – o fato de ela fundamentalmente envolver um desequilíbrio, fazendo com que a teoria convencional do equilíbrio não possa lidar com a inovação e suas consequências econômicas. (NELSON, 2006, p.146).

Por esse motivo, não é suficiente a endogenização do progresso tecnológico nos modelos macroeconômicos que são elaborados presumindo o equilíbrio contínuo. O desafio é superar essa tendência equilibrista e tratar o caráter evolutivo das instituições.

Assim, temos aqui a presença de outro conceito importante no arcabouço neo-schumpeteriano, a saber, as *instituições*. Estas dizem respeito ao conjunto de regras formais e informais, incluindo as estruturas cognitivas que são partilhadas socialmente. Essa definição é mais ampla que a de organizações, pois estas últimas constituem um conjunto de regras juntamente com uma entidade coletiva. Apesar de sua amplitude, o institucional é uma das dimensões do social, sendo menos abrangente que ele (DEQUECH, 2013).

A interação entre as diversas instituições envolvidas no progresso tecnológico e industrial é a

responsável pela trajetória de crescimento em cada economia. Através das diferentes interações é possível explicar as diferentes trajetórias, pondo em relevo a particularidade de cada padrão de desenvolvimento. Ao mesmo tempo, nota-se, a este respeito, uma aproximação dos neo-schumpeterianos com os institucionalistas, mas não é possível falar em fusão das duas perspectivas, já que os primeiros não assumem as instituições como ponto central da análise.

Também é importante ressaltar que entre as próprias instituições de uma mesma sociedade existem ritmos diferentes no processo evolutivo, os quais dependem das características e estruturas de cada uma. Portanto, segundo este ponto de vista, a dificuldade em compreender as instituições seria um dos limites da Ciência Econômica em seu esforço por compreender a complexidade da realidade social:

A abordagem neo-schumpeteriana busca combinar teoria, história e evidências empíricas. O principal destaque da análise está no que se pode chamar de uma “economia da mudança tecnológica”, que trata a firma como elemento central na dinâmica capitalista. É na firma (nível microeconômico) que se realiza o processo inovativo. Este, por sua vez, é o motor das transformações estruturais no capitalismo, entendidas em seu nível mesoeconômico (conformação/mutação da estrutura industrial dos países) e macroeconômico (determinação do crescimento e desenvolvimento econômico). (AREND, 2009, p.23).

Visando a análise dessas interações, também são utilizados modelos matemáticos e simulações computacionais cujo desafio é reconhecidamente grande, os quais remetem à dimensão microeconômica (AZURMENDI; ARAMBURU; AMOZARRAIN, 2008; POSSAS, 2008; PYKA *et al.*, 2009; VERSPAGEN, 2002). No entanto, eles incluem pressupostos microeconômicos mais realistas que aqueles baseados em comportamento maximizador dos agentes, ou mercados racionais, e centram sua atenção na mudança ao invés do equilíbrio. Trabalham a mudança tecnológica de forma endógena e, teoricamente, se aproveitam de elaborações de outras correntes como a pós-keynesiana e a marxista (FLASCHEL, 2009).

Ao trabalhar de forma mais ampla, pensando no desenvolvimento econômico, utiliza-se de três pilares na elaboração dos modelos: formas de organização das indústrias, sistema financeiro e setor público. A esses pilares podem ser adicionados outros de acordo com as características das regiões de interesse nos estudos (AZURMENDI; ARAMBURU;

AMOZARRAIN, 2008).

Ademais, os neo-schumpeterianos utilizam o importante o conceito de *catching up*. A relevância deste decorre da evidência de redução histórica na diferença dos níveis tecnológicos e de graus de produtividade entre os países líderes (tecnologicamente) com relação aos demais. Importa entender os processos através das quais as tecnologias são desenvolvidas e difundidas, bem como as práticas necessárias para que o *catching up* seja implementado nas regiões que almejam uma aproximação ao padrão dos países líderes (BAUMOL; NELSON; WOLFF, 1994; REGO, 2014).

Um fator importante nessa busca é a capacidade de absorção que os destinatários da tecnologia precisam ter. A expectativa de superação das diferenças tecnológicas através da simples transferência de capital já se mostrou infrutífera (REGO, 2014). Para que exista sucesso é preciso que os atores sejam envolvidos num processo de aprendizagem que leva tempo, enquanto explora e desenvolve as habilidades necessárias. É por isso que se aposta no caminho do desenvolvimento das capacidades tecnológicas e dos sistemas nacionais de inovação além de tomar a imitação como forma de assimilação e aprendizado.

4.2 MICROFUNDAMENTOS

Poderia ser dito que o desafio dos evolucionários seria tentar construir uma teoria de crescimento que, simultaneamente, reconheça o avanço tecnológico e a formação de capital como o motor do referido processo, tal qual o faz o modelo neoclássico. No entanto, divergindo dos neoclássicos, essa teoria também seria capaz de explicar os modelos macroeconômicos com base em uma teoria evolucionária de mudança tecnológica - sem presumir equilíbrio contínuo.

De fato, um elemento fundamental da análise evolucionária é a ideia de desequilíbrio estrutural. A história é o pano de fundo sobre o qual todos os fenômenos aparecem e, por esse motivo, não é adequado lançar mão da hipótese da ergodicidade.

A dinâmica que envolve as organizações gera mudanças qualitativas que devem ser analisadas

través de componentes endógenos presentes nos modelos formulados. Esse é um desafio herdado dos esforços de Schumpeter, a construção de modelos dinâmicos, e retomado pelos economistas evolucionários. Nesse sentido, a incerteza, um elemento obrigatório desses modelos, é admitida como uma componente estrutural, portanto, não equivalendo ao risco probabilístico, apesar de existirem situações cuja dinâmica seja estável o suficiente para que seu comportamento seja modelado probabilisticamente.

Os sujeitos que são considerados na perspectiva evolucionária tampouco podem corresponder ao indivíduos atomizados e possuidores de capacidade infinita para o processamento de dados. Os agentes são dotados da racionalidade limitada e com tendência a erros, tal como demonstrado por Herbert A. Simon (1976) e Daniel Kahneman (2012). Ao invés de maximizadores, com uma racionalidade já pronta, os indivíduos são vistos como dotados de uma racionalidade procedural que é construída no decorrer do processo de aprendizado.

Desse modo, as firmas não são vistas sob a perspectiva da maximização e não possuem uma gama de tecnologias à sua disposição dentre as quais escolhem a ótima. Na realidade, seu conjunto de possibilidades é limitado e aparece como um processo de busca pelas tecnologias disponíveis. Não é possível saber qual delas é a melhor, mas as empresas que obtiverem mais sucesso nesse processo serão aquelas que irão prosperar.

Além dessa busca, que ocorre no mercado, as empresas podem inovar elas mesmas. Ao proceder assim, elas estão buscando uma diferenciação com relação ao mercado que lhes proporcione os ganhos extraordinários de monopólio. Para que isso aconteça, as firmas terão de sair de suas rotinas e buscar novas configurações, novos modos de agir e resolver problemas. Desse modo ocorrerá o aprendizado, que será incorporado à cultura da organização e se tornará, ele também, com o tempo, rotineiro (NELSON; WINTER, 2005).

As rotinas - padrões de comportamento às quais as organizações estão submetidas - são fruto das habilidades dos indivíduos e são utilizadas para dar respostas ágeis aos desafios que aparecem no decorrer do processo produtivo. Entretanto, essas mesmas rotinas (heurísticas) tendem a gerar vieses que comprometem a capacidade de perceber e responder às situações novas ou inusitadas.

Essas situações novas ou inusitadas são representadas pelas inovações (incrementais e disruptivas) que ocorrem em produtos, processos e formas de organização da produção. A esse respeito, ganham destaque os estudos acerca da dinâmica industrial, com a acentuada importância aos arranjos produtivos como resultado da interação dos agentes (LANGLOIS, 2007; CHANDLER; HAGSTRÖM; SÖLVELL, 2003).

Esses arranjos e, em maior escala, os mercados com suas flutuações, são o ambiente no qual as firmas se esforçam por se auto-organizarem com a finalidade de ali alcançar o êxito. O mercado aqui é visto como resultado da interação entre as firmas e não como entidade que as precede.

As condutas das firmas são condicionadas internamente pelos recursos heterogêneos que possuem, diferenciando-as umas das outras e, por isso, criam para si barreiras à entrada. Isso ocorre porque as mesmas adotam estratégias através das quais conseguem atender aos clientes ao mesmo tempo em que desenvolvem características de difícil imitação.

É importante que as empresas sejam capazes de identificar suas competências principais e a partir delas tomar as decisões estratégicas relevantes. É um processo dinâmico através do qual a organização interna é constantemente confrontada com a realidade de seu ambiente produtivo externo e estimulada a adequar suas capacitações a fim de assegurar sua sustentabilidade de forma lucrativa.

As competências centrais são as características que definem e diferenciam as firmas entre si, ao mesmo tempo em que permitem explicar o modo como evoluem. As interações entre as competências, ativos e rotinas em cada organização não são reproduzíveis, e é através delas que seu caminho evolutivo é traçado (NOTEBOOM, 2008).

As firmas precisam constantemente renovar ou mudar seus recursos e capacitações. Por esse motivo, as capacitações também são chamadas de dinâmicas, pois envolvem a estratégia, posição da firma e sua trajetória de expansão em ambientes que mudam rapidamente. No decorrer desse processo devem encontrar um balanceamento adequado entre os elementos a serem conservados e aqueles que serão abandonados ou modificados (TEECE; PISANO,

1994).

São as decisões administrativas em um ambiente de incerteza e interesses conflitantes que moldam a conduta das firmas. Essas decisões não são materializadas de forma imediata, dado que os recursos e capacitações oferecem resistência e realizam adaptações às orientações gerenciais que implicam em mudanças nas rotinas.

Portanto, a firma pode ser definida como um conjunto de ativos e capacitações coerentes, o que implica teoricamente em abandonar o projeto de encará-la como uma função destinada a realizar seu ponto ótimo ao ser maximizada. Nesse sentido, aparece a necessidade de encarar as empresas como agentes evolucionários dinâmicos que se adaptam a novas situações e aprendem de sua trajetória os mecanismos e processos necessários à sua manutenção (NELSON; WINTER, 2005).

A coerência das organizações significa que existe um processo de aprendizado interno a elas, que envolve sua história, sua trajetória, ambiente tecnológico e escolhas que são feitas pela equipe gerencial. Deve haver uma relação (coerência) entre a competência e ativos nas firmas para que o resultado dessa interação produza resultados satisfatórios, ao mesmo tempo em que é possível identificar também semelhanças entre as tecnologias e mercados dos produtos em seu portfólio.

O conceito de dependência do caminho (*path dependency*) expressa a importância da história na configuração das firmas. As escolhas com relação ao futuro dependem daquelas que já que foram feitas no passado ou - em outras palavras - aquilo que a empresa se tornará amanhã depende daquilo que é hoje e daquilo que foi ontem (MAGNUSSON; OTTOSSON, 2009).

No entanto, o processo de aprendizagem não é refém do passado. As firmas são capazes de assimilar novidades e aprender novos mecanismos enquanto eles se desenvolvem, capacidade que remete ao chamado *aprender fazendo* (*learning by doing*). Isso explica a possibilidade de uma diversificação coerente, já que a exploração de novas possibilidades não exclui a trajetória que as firmas já percorreram.

Os conceitos de *apropriabilidade*, *cumulatividade* e *oportunidade tecnológica* são importantes para se compreender as diferenciações que irão surgir nas trajetórias das organizações. A *apropriabilidade* se refere à capacidade que a firma possui de manter suas inovações sob seu domínio visando garantir pelo maior tempo possível os lucros extraordinários daí decorrentes. A *cumulatividade* diz respeito aos conhecimentos e habilidades técnicas que a firma acumulou no decorrer de sua existência, servindo de base para a criação de novas tecnologias. As *oportunidades tecnológicas* dizem respeito às possibilidades que as firmas podem almejar, já que elas estão condicionadas pelo ambiente (setor e acesso a tecnologia) e pelos recursos de que dispõem:

A concorrência pode ser vista não apenas como um conjunto de incentivos e pressões para manter em linha os preços com os custos mínimos possíveis, e para manter as empresas operando com baixos custos, mas, muito mais importante, como um meio para a exploração de novas, e potencialmente melhores, maneiras de fazer as coisas. Há muito tempo Schumpeter observou que a primeira dessas funções era insignificante em comparação com a segunda, em termos de sua contribuição para o bem-estar econômico da humanidade. (NELSON, 2006, p.193).

Dessa maneira, podemos encarar a trajetória de expansão das firmas como um movimento coerente que ocorre com base em sua experiência (*path dependent*) e nos novos desafios. Desafios esses que exigem o aprendizado de elementos novos através do envolvimento em seu processo de produção (*learning by doing*) ou estratégias de aprendizagem (*learning before doing*) (PISANO, 1996).

4.3 MESOFUNDAMENTOS

As grandes discussões que normalmente são observadas no âmbito da economia ocorrem em dois campos separados denominados de macro e microeconomia. A *mesoeconomia* tenta preencher o espaço entre esses dois campos, observando que entre os agregados e os indivíduos existem relações de mútua causalidade, formando um processo circular de influência. Esta iniciativa pode ser encarada como um esforço em compreender as relações econômicas, sem desconsiderar a política, os hábitos, regras e tradições, desdobrando-se, dessa maneira, em uma tentativa de captar as inter-relações existentes nesse nível intermediário de análise entre o micro e o macro.

Partindo de uma definição clara do que seja Economia, Kurt Dopfer entende os mesofundamentos como o espaço entre as esferas dos agentes individuais e os produtos (*commodities*) onde as transformações econômicas de fato acontecem, “(...) *we define economics as the science that studies the causes and consequences of the behavior of many individuals dealing with commodities in a macroscopic system*” (DOPFER, 2011, p.136).

Ao invés de agentes passivos diante das estruturas de mercado, a abordagem mesoeconômica procura enxergá-los em sua prática real. A destruição criadora e o acúmulo de conhecimento necessários para a inovação são processos invisíveis às tradicionais abordagens micro e macro. Os inovadores (micro) dão início a um processo que é rotinizado ou copiado e com o tempo se difunde (meso), chegando a causar mudanças em diversas instituições sociais (macro). O Quadro 1, abaixo, esquematiza essa relação entre as esferas micro, macro e meso:

Quadro 1 – Micro Meso e Macroeconomia

	Áreas e Tópicos	Elementos de Análise
Micro-economia	Famílias	Teoria da Demanda Teoria de Custos e Produção
	Firmas	Teoria de Mercados e Preços Teoria da Competição
	Mercados	Distribuição da Renda
Meso-economia	Indústrias	Teoria da estrutura econômica e da mudança Economia Regional
	Regiões	Economia Ambiental Teoria dos grupos e associações
	Grupos	Teoria Econômica e Política
Macro-economia	Macro-agregados	Economia das Contas Nacionais Estabilidade econômica e crescimento Teoria Monetária
	Toda Economia	Mercado Internacional Teoria da distribuição macroeconômica

Fonte: PETERS *apud* ANDERSSON, 2003, p. 52 (Tradução nossa)

As instituições são os fenômenos que ganham destaque nessa abordagem, porque é justamente nelas que se manifesta o encontro das partes (indivíduos) com o todo. Instituições são as regras e normas que condicionam o agir, estabelecendo limites, direitos e deveres, ao mesmo tempo em que capacitam e expandem as possibilidades de ação humana. Há nelas, duas

dimensões, portanto, uma restritiva e outra desafiadora (PESSALI; DALTO, 2010).

A perspectiva mesoeconômica aponta para uma superação da dicotomia surgida na discussão sobre a origem das instituições, uma divergência entre pensá-la a partir da reunião de indivíduos ou como condição para essa reunião. A superação se dá pelo processo de mútua causalidade já mencionado.

Quando o foco recai sobre o ambiente mesoeconômico (indústrias e setores), ao invés do micro (empresas individuais) e macro (agregados), é possível perceber que a competição existente em boa parte dos mercados ocorre através da inovação (social, organizacional, tecnológica e institucional). A competição através dos preços, embora não seja rejeitada, possui alcance e poder explicativos menores (HERMAN; AVRAM, 2011). Daí a ênfase em criatividade e conhecimento como fomento de novas ideias que conduzem a mudanças inovativas.

Apesar de Schumpeter ser a principal fonte inspiradora da noção micro-macro-meso, ele era cético com relação à capacidade das ideias transformarem a realidade. Novas ideias existem, mas sua força transformadora advém da adoção que delas é feita pelas “personalidades enérgicas” dos empreendedores (SCHUMPETER, 1997). Por isso os atuais desenvolvedores dessa perspectiva meso fazem suas reservas com relação à postura schumpeteriana.

The limitations of Schumpeter's methodological individualism lay not in its scope, but in its content. He viewed the individual one-sidedly only as an energetic personality, not as a knowledge and information processing agent. Though active, the agent he described is not involved in any systematic way in knowledge creation, knowledge adoption or knowledge communication. (DOPFER, 2013, p.23).

Dessa forma, as mudanças institucionais podem ocorrer, seja por ideias novas dos indivíduos, seja por cultura e mecanismos organizacionais. O processo de aprendizado se dá nos dois níveis e a negociação entre eles nas tomadas de decisão é o que fornece suas configurações (decisões individuais, grupos de trabalho, projetos e pesquisas operacionais etc).

Nesse sentido, a trajetória das instituições (*path dependence*) é tão importante quanto os novos desafios que seu contexto apresenta. Não se deve tomá-la, entretanto, em um sentido

restritivo, como limites que escapam do controle das organizações. Deve-se entender *path dependence* como elemento condicionador do aprendizado, como algo dinâmico, pois só assim “*it can be a useful label in order to describe different forms of rule-following and when a given path is chosen instead of other or new alternatives*” (MAGNUSSON; OTTOSSON, 2009).

As tentativas de formalização com esse tipo de abordagem conduzem a uma revisão dos métodos empregados. Como se pode observar em Foster; Potts (2007) ou em Elsner; Heinrich (2015) busca-se uma metodologia híbrida que envolve história, estatística, simulação e estudos de caso. Uma perspectiva que procura tratar a economia como um sistema complexo adaptativo, onde o mercado é apenas mais um elemento.

Os mercados são instituições formadas pelo encontro dos agentes econômicos, sendo um recorte⁷ de instituições no interior de instituições. É nos mercados que as trocas são realizadas e a produção organizada, visto que no sistema capitalista as empresas detêm a tarefa de produzir a quase totalidade dos bens e serviços.

Os mercados são o resultado de diferentes estruturas sociais e devem ser entendidos dentro dos contextos específicos em que se estabelecem. Sua configuração obedecerá ao arcabouço jurídico, às normas legais e aos valores que concorrerem em sua configuração. Não é possível pensá-los como estruturas atemporais que seguem regras universais e eternas sem deixar-se “contaminar” pela história.

Dentre as diferentes estruturas de mercado, Schumpeter via as grandes empresas como sendo aquelas responsáveis pelo maior potencial inovador. Entretanto, desde então tem-se observado que inovação e porte não necessariamente se implicam, pois há outros fatores que são tão ou mais importantes, como políticas, incentivos, domínio da tecnologia, informação, mecanismos de governança e acesso ao crédito.

Grandes empresas, na busca de maior controle de seu mercado, podem ser um entrave no processo inovativo:

⁷ Recorte porque os mercados também estão inseridos em instituições maiores, os estados.

Os monopólios ou os rígidos oligopólios com fortes barreiras de entrada podem ser vistos como um problema econômico sério, não tanto pelo fato de tais estruturas permitirem uma grande distância entre preços e custos, mas porque são pouco propensas a gerarem a variedade de novas rotinas e os deslocamentos associados na destinação dos recursos de que o progresso econômico depende. (NELSON, 2006, p.193).

Não apenas pelas dificuldades de coordenação via mercado, mas pela necessidade de organização, assunção de altos riscos e distribuição, torna-se fundamental a ação do Estado. Seja através dos Sistemas Nacionais de Inovação, incentivos ou empreendedorismo estatal, o sucesso no *catching up* tecnológico dos países tem ocorrido através da liderança dos agentes públicos (CHANG, 2002; MAZZUCATO, 2013; FIANI, 2013; FERREIRA JUNIOR; SANTOS FILHO, 1990).

Na mesoeconomia estão as regras e rotinas que estão na base da atividade econômica. “A meso unit, therefore, consists of a rule with a population of adopters (or carriers) that may vary from stable and homogeneous to changing and heterogeneous.” (FOSTER; POTTS, 2007, p. 8). Nela encontram-se os fundamentos das análises micro e macroeconômicas evolucionárias.

4.4 MACROFUNDAMENTOS

Para os neo-schumpeterianos, o capitalismo representa um sistema instável, o que resulta em um esforço desses autores em compreendê-lo; por conseguinte, suas descrições procuram expressar esse conteúdo. Assim, os agregados econômicos são compreendidos em seu contínuo processo de mudança, que expressam a dinâmica capitalista, a qual é explicada através dos conceitos de paradigmas tecnoeconômicos, revoluções tecnológicas e ondas de desenvolvimento.

4.4.1 Paradigmas tecnoeconômicos

Os paradigmas são uma forma de olhar a realidade e identificar as trajetórias de desenvolvimento das sociedades. Eles são os esquemas mentais que os indivíduos utilizam para a compreensão do mundo que os rodeiam. Funcionam como lentes que condicionam a maneira como os agentes irão mapear as questões relevantes em seu ambiente.

Esses paradigmas geram a necessidade do desenvolvimento de heurísticas, competências e procedimentos que estarão diretamente relacionados em sua trajetória tecnológica. O ambiente cognitivo, formado nesse contexto, apontará para as questões que devem ser abordadas e indicará quais devem ser contornadas ou evitadas. Dessa forma, são conformadas as possíveis direções das mudanças técnicas.

Quando essas mudanças trazem consigo melhorias (aperfeiçoamento), então elas podem ser chamadas de progresso. Essa mudança qualitativa revela a impossibilidade de criação de um algoritmo para prever e conduzir a dinâmica desse processo, sobretudo quando ele envolve a passagem de um paradigma a outro, mas também na criação de novidades dentro de um mesmo ambiente.

Por outro lado, os próprios paradigmas e as instituições a eles ligadas proporcionam uma certa regularidade aos processos e eventos, tornando possível uma previsibilidade proporcional à regularidade conseguida. As regras que foram institucionalizadas servem de parâmetro para a construção dos programas de ação que compõem as tarefas rotinizadas.

In general, the features of the process of search and selection of new technological paradigms is such that the institutional and scientific contexts and public policies are fundamental insofar as they affect (a) the bridging mechanisms between pure science and technological developments; (b) the criteria and capabilities of search by the economic agents; and (c) the constraints, incentives and uncertainty facing would-be innovators. (DOSI, 1988, p. 8).

Além disso, as mesmas instituições são a referência para toda reação exigida por situações imprevistas que se apresentam. Essa é a relação entre o chamado progresso técnico normal (a inovação incremental com continuidade nas técnicas) e a mudança de paradigma ou progresso técnico radical (que gera descontinuidade técnica).

Essa mudança radical não ocorre apenas por necessidades decorrentes de impulsos econômicos. Ela depende também de bastante pesquisa científica e do ambiente institucional que permeia a sociedade. A complexidade e alcance desse tipo de mudança são bastante difusos, atingindo as instituições, relações de poder e o modo de pensar das pessoas.

A depender do contexto institucional as firmas serão mais ou menos estimuladas à inovação. A mudança gera oportunidades para seus desenvolvedores ou para aqueles que conseguem incorporar rapidamente e com menores custos o progresso tecnológico. Ao mesmo tempo essa dinâmica gera insegurança, pois aquelas firmas que não conseguem incorporar os avanços rapidamente ou continuam investindo em tecnologias ultrapassadas possivelmente não sobreviverão.

4.4.2 Revoluções tecnológicas

As inovações são realizadas em sistemas interdependentes que se conectam para que ocorra uma simbiose entre novas tecnologias, indústrias e infraestrutura (MAZZUCATO; PEREZ, 2014). Apesar disso, elas não repercutem de forma homogênea em todos os setores; verifica-se um desajuste que demora um tempo (maior ou menor de acordo com o arcabouço institucional) até serem assimilados.

Nesse período pode ocorrer alguma elevação nas taxas de desemprego devido às fricções resultantes das adaptações. Ou o desemprego também pode ocorrer devido a algum aumento do nível salarial. O ideal, na visão de economistas neo-schumpeterianos, seria atrelar os aumentos salariais a aumentos de produtividade de modo que a variação de ambos seguisse o mesmo compasso. No entanto, a plena flexibilização de salários não é uma alternativa aceita (DATHEIN, 2000).

A teoria desenvolvida por Schumpeter não fornece explicações para todos os acontecimentos do mundo do trabalho, pois essa não era sua preocupação central. Por isso, algumas perguntas ficam sem respostas:

His argument is that a decrease of the prices of the means of production will lead to an increase of their demand and hence to an increase in the demand for labor. This is the 'efficient break'. The consequence is that a demand lack for labor and the means of production is impossible. Unemployment has no explanation in pure (dynamic) theory, only temporary, frictional and local unemployment is possible. (PEUKERT, 2003, p. 226).

É importante destacar esses mecanismos porque revelam a possibilidade de o desemprego tecnológico existir. Ele também depende de outros fatores que podem estar dentro ou fora da

esfera produtiva, mas de qualquer forma é um desemprego involuntário.

Esquemáticamente, Perez (2002) apresenta a trajetória histórica das revoluções tecnológicas em dois períodos: instalação e desprendimento. Dentro do primeiro ocorre a inovação propriamente dita (irrupção) e o crescimento do setor relacionado a ela, acompanhado de aumento do valor dos ativos e grande aporte de recursos financeiros (frenesi). No segundo período há um crescimento mais coerente, com predominância do capital produtivo (sinergia) e finalmente a fase onde já não restam expectativas elevadas (maturidade) e parte-se em busca de novas oportunidades de investimento.

Em outro lugar, a mesma autora (PEREZ, 2007) defende a ideia de que a característica fundamental de uma revolução tecnológica está em sua capacidade de difusão, capaz de formar um novo paradigma tecno-econômico, que ditará uma nova lógica organizacional a ser seguida por toda a economia. Neste contexto, as finanças têm um peso grande, já que são os investidores aqueles que assumem o risco ao investir nas potenciais inovações, funcionando como os facilitadores e articuladores que tornam possível a implantação do novo paradigma.

Schumpeter entendia que o governo não tinha muito o que fazer diante das ondas longas de desenvolvimento, que eram o resultado das revoluções tecnológicas e ajustes nos mercados. Já os neo-schumpeterianos veem que há bastante espaço para a ação governamental, antes, durante e depois dessas eclosões (MAZZUCATO; PEREZ, 2014).

Nesse sentido, caberia aos governos a condução de políticas educacionais, ensino técnico, seguridade social, normas trabalhistas, regulação de mercados e propriedade. As revoluções normalmente se materializam com o aparecimento de *clusters* ou uma gama de produtos associados à produtividade e ganhos potenciais elevados. As inovações incrementais continuam a ocorrer durante esse processo, mas as oportunidades que acompanham a nova tecnologia, processo ou produto são bem mais promissoras. Isso não significa que haverá uma uniformização entre as firmas e organizações; o mais provável é que ocorra um desajuste que pode ser superado por cada instituição de acordo com suas próprias habilidades e experiência (LOUÇÃ, 2007, p.769).

4.4.3 Ondas de desenvolvimento

A inovação é vista como virtuosa, pois pode gerar empregos menos insalubres, maior qualidade de vida, bem-estar, aumento da produtividade, em uma palavra, desenvolvimento. Para usar um jargão conhecido – a inovação não é suficiente para o desenvolvimento, mas é uma condição necessária.

Os países cujas taxas de investimento em Pesquisa e Desenvolvimento são mais elevadas⁸, tendem a alcançar mais rapidamente altos níveis de desenvolvimento. Atualmente, entre esses países estão os detentores de maiores níveis de inovação – medidos por número de patentes – como Suécia, Alemanha, Japão, Finlândia e Estados Unidos. Aqueles, onde essa taxa é mais baixa, tendem a ficar para trás na incorporação das novas tecnologias inovativas (ARBIX, 2010).

Ao se tentar analisar essa situação, tomando como referência alguma noção de equilíbrio, aparece a dificuldade em captar a mudança qualitativa que é gerada nesse processo. Esse tipo de abordagem precisa tomar pontos de referência distintos (equilíbrios distintos) que, mesmo sendo capazes de perceber que algo acontece (o quê), não conseguirão captar o seu processo (o como). Conforme destacou Schumpeter (2003, p. 68): *“Instead of revealing the deeper causes of development, it only partly uncovers superficial phenomena which are either by-products or consequences of [real] development”*.

Assumindo uma perspectiva mais adequada, constata-se que as mudanças qualitativas acontecem através de desequilíbrios introduzidos no processo produtivo. Uma primeira faceta disso se revela na destruição criadora que, através da introdução de inovações, transforma em obsoletos os produtos e processos que até então eram os habituais. A segunda faceta está relacionada à geração de um fluxo circular novo, combinando os fatores de modo a estabelecer uma dinâmica que se torne o novo processo regular (COSTA, 2011).

Por esse motivo, o conhecimento é um elemento que ganha destaque na perspectiva neoschumpeteriana. As capacidades de desenvolver tecnologias novas, manejar ou assimilar as já

⁸ Investimento sobre Receita/Faturamento.

existes e utilizá-las economicamente se relacionam diretamente com as possibilidades de avanço para as regiões. É através das inovações que a trajetória desenvolvimentista tem início, além de ser uma forma de escapar das situações de recessão ou depressão econômicas (FAGERBERG; SRHOLEC; VERSPAGEN, 2009).

Um ator fundamental na condução dessas trajetórias é o governo, atuando através de políticas consistentes de estímulo ao empreendedorismo. Através do planejamento e escolhas de políticas toda sociedade é implicada, formando um estado empreendedor (MAZZUCATO, 2013). Como há uma relação que não pode ser minimizada entre fatores econômicos e não econômicos na vida social, as políticas podem traçar um caminho de atribuição de estabilidade institucional a esses fatores.

A estrutura capitalista é vista como hierárquica e no topo da escala econômica e social ficam aqueles que alcançam a melhor performance. *“This can be identified as a hierarchical and even authoritarian worldview”* (PEUKERT, 2003, p. 230). Os empreendedores são esses sujeitos que alcançam um alto nível através de seus méritos. Há uma disputa generalizada no interior do sistema, não apenas opondo capitalistas e trabalhadores, mas também entre capitalistas e empreendedores. O funcionamento do capitalismo gera insatisfação e ressentimento, pois sempre há os que perdem, tanto econômica quanto socialmente (perda de status).

Por isso o interesse no chamado “capítulo perdido” da Teoria do Desenvolvimento Econômico. Nos estudos sobre o entendimento schumpeteriano do desenvolvimento não é difícil encontrar referências ao sétimo capítulo de sua obra, cujo título era “A Economia como um todo”. O capítulo que fez parte apenas da primeira edição versava sobre os aspectos sociológicos do desenvolvimento, tratando-o como um tema teórico ou de história econômica, sem a conotação de progresso ou evolução que recebe habitualmente (BACKHAUS, 2003; HANUSCH; PYKA, 2007; HAGEMANN, 2008).

O desenvolvimento pode ocorrer sem que aconteçam mudanças estruturais, com modificações apenas em uma parte da sociedade. Através da imitação e necessidade de adaptação pode ocorrer a difusão, mas não é algo determinístico. A dinâmica desenvolvimentista envolve

aumento de lucros e receitas, mas também quebra de unidades produtivas e desemprego.

As mudanças econômicas sempre geram perdas e ganhos que podem ocorrer ambos na mesma região ou em regiões diferentes, ou seja, uma região pode beneficiar-se com os ganhos e outra sofrer as perdas. A nível global, um país pode se desenvolver e outro não. A nível micro, nas sociedades, há os inovadores que lideram o processo de mudança e se beneficiam com ele e a massa da população que precisa se adaptar a seus efeitos.

4.5 CRISE

De acordo com a perspectiva neo-schumpeteriana, as crises não devem ser explicadas como casos isolados, e suas causas não devem ser procuradas em períodos anteriores de prosperidade ou de depressão. As crises devem ser estudadas como componentes estruturais do capitalismo.

Schumpeter vivenciou crises, já que presenciou o período pós Primeira Guerra na Áustria e Alemanha e escreveu sobre as formas como os governos deveriam reagir naquela situação. Ele recomendava uma política industrial que buscasse preservar as empresas com potencial de crescimento e deixasse que desaparecessem as demais.

Advogava a criação de uma reserva destinada a estimular o investimento e a inovação, já que é essa atividade aquela capaz de dinamizar o sistema como um todo. Considerando que as atividades inovativas são o motor do crescimento, para garantir sua manutenção são recomendadas inclusive a criação de cartéis para sua proteção (sobretudo quando são indústrias nascentes) (REISMAN, 2004).

Em *Business Cycle* (1939) ele procura descrever o funcionamento do capitalismo delineando seu movimento a partir de cinco níveis: empresas, mercados, instituições, valores culturais e líderes sociais. Cada um desses níveis move-se segundo regras que não são conhecidas e de acordo com seu próprio ritmo.

Nessa obra, Schumpeter defende a ideia de que os ciclos fazem parte do capitalismo, e podem

ser considerados sua forma de ser. A ideia de que a economia deixada a si mesma seria um mar de tranquilidade (*laissez-faire*) é abandonada, ao tempo em que é assumido o pressuposto de que a atividade econômica se expressa como um movimento incessante. Sua teoria do desenvolvimento econômico passa a ser elaborada como uma teoria dos ciclos.

Por outro lado, remetendo a noção de crise a um episódio concreto, no que diz respeito à atual crise, inaugurada com os acontecimentos do mercado subprime nos EUA, em 2008 e 2009: de acordo com autores neo-schumpeterianos, tal evento deve ser considerado como parte de um conjunto de outros processos de transformação que constituem a dinâmica do capitalismo. Como recorda Perez (2012, p. 6), “In essence, the sequence installation-bubble crash-deployment describes the process of assimilation of a technological revolution and the full reaping of its fruits”. Esses processos repercutem em cada país conforme as organizações existentes para lidar com seus efeitos. Já que as crises sempre ocorrem, ao invés de lutar contra ela, os estados devem direcionar seus esforços no sentido de tornar suas instituições mais eficientes no estímulo à inovação e seu gerenciamento.

Nevertheless, the consequences of these particular bubbles that occur at mid-surge driven by a radically new set of technologies are not all negative. By the time the collapse happens, the new industries and infrastructures will have been fully installed in the territory and the new paradigm will have become the new common sense for innovation and competitiveness. By then, the new and renewed production capital will be better able to lead the economy and to decide on investment. (PEREZ, 2012, p. 6).

A característica eminentemente financeira da recessão que se iniciou em 2008 aponta para várias inovações e preponderância que as finanças passaram a ter nas últimas décadas. As (des)regulações dessa atividade propiciaram a escalada do risco e comportamentos fraudulentos que fragilizaram as economias nacionais; contudo, retornar ao tema regulatório e deixar a economia real sem revisões significaria desviar o foco do principal (PEREZ, 2012).

A figura abaixo mostra as diferentes fases dos ciclos numa perspectiva histórica:

Figura 1 - Maiores bolhas, recessões e eras de ouro

Grande Onda	PERÍODO DE INSTALAÇÃO	PONTO DE INFLEXÃO		PERÍODO DE IMPLANTAÇÃO
		“Era Dourada” Bolhas	Recessões	
1ª	1771 Revolução Industrial Grã-Bretanha	Mania dos Canais	1793 – 1797	Grande Salto Britânico
2ª	1829 Era do Vapor e dos Trilhos de Trem Grã-Bretanha	Mania dos Trilhos de Trem	1848 – 1850	Boom Vitoriano
3ª	1875 Era do Aço e da Engenharia Pesada Grã-Bretanha/EUA/Alemanha	Mercado Global Financiado por Londres; Construção da infraestrutura (Argentina, Austrália, EUA)	1890 – 1895	Belle Époque (Europa) “Era Progressista” (EUA)
4ª	1908 Era do Petróleo, Carros e Produção em Massa EUA	Os exuberantes anos vinte Carros, moradias, radio aviação, eletricidade	Europa 1929 – 1933 EUA 1929 – 1943	Era de Ouro do Pós-Guerra
5ª	1971 Revolução das Tecnologias da Informação e Comunicação EUA	Mercados Emergentes; Mania das pontocom e da internet; Cassino Financeiro;	2007 - ???	Sustentabilidade Global “Era de Ouro” da Sociedade do Conhecimento?

↑
Estamos Aquí

Fonte: PEREZ, 2012, p.3 (Tradução nossa)

Utilizando os conhecimentos de história dos ciclos econômicos, espera-se que em seguida (nas próximas décadas) surja uma nova “era de ouro” com predomínio da indústria já adequada a um novo paradigma tecnológico. Há expectativas de que a próxima onda seja conduzida globalmente para a nanotecnologia, biotecnologia, algum novo material ou tecnologias verdes. Espera-se esse direcionamento pelos impactos do aquecimento global e limites dos recursos que afetam a todos no planeta.

De qualquer modo, há o entendimento de que devem ser estimulados e orientados os investimentos para a inovação na esfera produtiva. Os períodos de financeirização das crises mostram uma tendência de maior concentração de renda na camada mais enriquecida da sociedade. Cabe, então, ao governo o papel de orientar os fluxos para a economia real e implementar políticas redistributivas de acordo com suas necessidades e características institucionais.

Por isso, são vistas sem muita efetividade as recomendações supostamente válidas universalmente que entendem que todas as economias funcionam da mesma maneira em todo tempo e lugar. Na verdade, para os neo-schumpeterianos, cada região precisa descobrir seu próprio caminho considerando as dinâmicas mais importantes em seu espaço, o

posicionamento que ocupa em relação às novas tecnologias e o funcionamento de suas instituições. A crise é inevitável, mas como ela repercute (seus efeitos) pode ser modificado.

At the turning point, after each of these major crashes, governments face three main tasks: The first is to rapidly perform “intensive therapy” for the financial world. The second is to thoroughly examine and redesign financial regulation and architectures. The last --and very far from least--is the induction of a structural shift in the real economy that will reshape market conditions to fully exploit the installed innovation and growth potential for the benefit of all. (PEREZ, 2012, p.12).

Ainda nesse mesmo artigo, a autora destaca que devem ser seguidos os conselhos de Keynes, mas não esquecendo Schumpeter. O problema da atual crise é que a ajuda governamental foi tão generosa que acabou transferindo o custo, originado no sistema financeiro, para o bolso dos cidadãos. Como Mazzucato (2013) argumenta, a sociedade precisa participar dos ganhos que as novas tecnologias proporcionam – superando a fase de serem apenas os financiadores e tomadores de risco em áreas que a iniciativa privada não quer se arriscar.

Dessa forma, a atual fase do capitalismo é vista como uma oportunidade que pode ser aproveitada se os governantes se dispuserem a isso e tomarem as medidas adequadas a esse propósito. É uma fase de transição caracterizada pela incerteza. Nas palavras de Perez (2010, p. 9) “*In sum, the crisis has opened a giant opportunity space for shaping the future into a global positive sum game between business and society and between humanity and the planet*”.

As quatro fases das flutuações econômicas que Shumpeter distinguiu em seu trabalho ainda servem como guia na interpretação da atual etapa do capitalismo: prosperidade, recessão, depressão e recuperação estão presentes nos diversos setores e suas trajetórias são imprevisíveis, assim como qual inovação encabeçará a próxima onda de “criações destruidoras”. Apesar dessa imprevisibilidade, alguns estudiosos do tema (como Carlota Perez) apostam em algumas atividades identificadas como potenciais líderes no futuro. As instituições que primeiro realizarem a tarefa inovativa terão vantagem sobre as demais e poderão gozar, ainda que temporariamente, dos privilégios decorrentes de seu arrojo.

5 A CRISE ECONÔMICA NO PARADIGMA PÓS-KEYNESIANO

Os pós-keynesianos propõem um resgate do pensamento de John Maynard Keynes e de sua revolução teórica de ruptura com os axiomas do paradigma econômico clássico. Em decorrência desse movimento de retorno às bases originais, eles também foram chamados de fundamentalistas keynesianos, uma definição, contudo, que pode ser considerada já abandonada. A abordagem pós-keynesiana é constituída através do resgate de noções consideradas fundamentais na construção keynesiana, tais como a incerteza, tempo histórico e a visão da economia capitalista como economia monetária da produção.

5.1 O PARADIGMA PÓS-KEYNESIANO

Segundo os autores aderentes a essa corrente do pensamento econômico, o elemento unificador do paradigma pós-keynesiano (PK) é o projeto iniciado por Keynes, e voltado para a construção de uma análise sólida da realidade econômica, de tal modo que represente uma fonte robusta para o planejamento e formulação de políticas orientadas para o controle da economia capitalista, a qual, entre outras características, diz respeito a um sistema onde a não neutralidade da moeda é um fato observado, tanto a curto quanto a longo prazo. Assim, a iniciativa pós-keynesiana, não corresponde a um esforço de emendas e qualificações distintas localizado no interior mesmo da ortodoxia econômica, mas, sim, a um projeto paralelo, autônomo e concorrente.

Para os PK a economia deve ser concebida como ciência moral ao invés de natural, implicando que a noção de equilíbrio (emprestada da Física) não pode ser entendida como resultado da interação de forças. O equilíbrio pode ser visto, no máximo, como um estado de repouso das expectativas, quando elas estão satisfeitas, o que não implica em decisão ótima ou igualdade entre oferta e demanda (ANDRADE, 1987; VERCELLI, 1991). Não obstante, este é um aspecto secundário no pensamento de Keynes, já que seu foco estava em contribuir para a superação dos problemas econômicos.

Ainda de acordo com os PK, o keynesianismo pode ser chamado de revolucionário justamente por seu rompimento com a influência ricardiana na economia, particularmente aquela

expressa pela abstração reducionista da realidade, que tornar-se-ia o *mainstream* da ciência econômica, o neoclassicismo, mas, denominado por Keynes de “clássicos”, cuja referência teórica mais expressiva era Lei de Say. Este foi o principal motivo que conduziu aos esforços, após a publicação da *Teoria Geral* (1996, publicada originalmente em 1936) em conciliar este autor e os clássicos, como almejavam os defensores da chamada *síntese neoclássica*. Evidentemente, para os seguidores de Keynes, faltava a esses economistas o reconhecimento de que a base axiomática de sua estrutura teórica era insuficiente e inconsistente com a realidade que se apresentava:

The origins of this approach in Keynes's logic are evident in the central importance given to the concept of uncertainty. But, more generally, Post Keynesianism may be defined methodologically as being based on a vision of the economy as being organic, requiring an emphasis on (irreversibly) evolving institutions, behaviour and knowledge. (...) Post Keynesianism can be understood as always having taken a methodological position consistent with that of Keynes. (DOW, 2002, p. 172).

Essa nova construção keynesiana se baseia, segundo Davidson (2011), em três princípios (axiomas) fundamentais: o princípio da não-neutralidade da moeda, o princípio da não-ergodicidade dos processos econômicos e o princípio dos contratos denominados em moeda (dinheiro).

O axioma da neutralidade da moeda foi explicitamente rechaçado nos escritos de Keynes. Segundo ele, a moeda não é um mero meio para a realização das trocas; ela afeta as decisões dos agentes e por isso precisa ser bem compreendida por quem queira entender o funcionamento da realidade econômica.

O axioma ergódico transforma toda incerteza em risco ao considerar que o futuro poderia ser estimado através da observação de dados do presente e do passado. Uma vez que os agentes tomam suas decisões num ambiente de incerteza, onde o futuro aparece como uma grande incógnita, qualquer pessoa interessada em compreender o mundo real deve se preservar dessas crenças.

O governo cria mecanismos para garantir a execução de contratos comerciais que habitualmente são expressos em termos de valor monetário ou outro ativo líquido. É o governo o garantidor das propriedades de liquidez dos ativos, assegurando assim que os

mercados continuarão funcionando. Uma função importante, pois as unidades de negócio trabalham com o princípio básico de acabar com mais dinheiro que o montante inicial investido. A posse de dinheiro é importante porque gera o chamado “conforto da liquidez”, ou seja, os agentes que detém a posse de ativos líquidos estão confortáveis para adquirir o que necessitam e fazer frente às suas obrigações contratuais.

5.1.1 Ontologia

De acordo com o ponto de vista de Keynes, a grande falha da economia clássica não é sua construção interna, mas sua visão de mundo e seu objeto de estudo. Essa crítica impeliu Keynes a fundamentar seus argumentos em outra base, a incerteza, e a utilizar um método diferente, qual seja, a observação da realidade (CARVALHO, 1989). A revolução que ele pretendia empreender conduz a uma forma diferente de se fazer e pensar a economia e não apenas a divergências pontuais. Por isso, os esforços em inserir determinadas conclusões keynesianas em modelos criados a partir de princípios axiomáticos de um mundo hipotético é um esforço considerado inútil pelos pós-keynesianos.

Ao conceber os indivíduos como seres maximizadores, sua liberdade e intencionalidade são suprimidas a fim de atender a uma exigência matemática. De acordo com os pós-keynesianos, essas duas dimensões não podem ser suprimidas, pois o entendimento da realidade é mais importante que o ofício de se construir simulações sobre ela.

O entendimento da estrutura econômica deve partir de uma concepção coerente do indivíduo humano. Ele precisa ser caracterizado pela intencionalidade que anima sua ação e pela imaginação que lhe possibilita antecipar em seu pensamento os caminhos e consequências de suas escolhas. Essa é uma concepção cuja centralidade reside na liberdade e a criatividade da intervenção humana sobre seu meio (DUAYER, 1995). Uma intervenção sempre mediada pelos condicionantes sociais que compõem a totalidade estruturada da vida social.

Os seres humanos não são entendidos como seres atomizados, separados de seu entorno. Quando a redação da Teoria Geral foi realizada, seu autor já havia adotado uma ontologia organicista da realidade social, concebendo-a como um conjunto de relações de

interdependência entre os indivíduos. Estes, ao invés de precedê-la, são o resultado das relações de tipo genética, onde tudo depende de tudo e não é possível compreender as partes sem o todo (DUAYER, 1995).

Essas relações ocorrem com múltiplas determinações que se estruturam de forma hierárquica, ficando no topo dessa hierarquia as determinações que vinculam os indivíduos à sociedade de maneira mais geral. Quando o indivíduo é definido como ser humano, isso representa o seu vínculo mais geral (no topo da hierarquia) com a sociedade. Quando ele é definido por alguma atividade que exerce, por exemplo, aparecem os níveis mais particulares de seu vínculo e menos estáveis.

No topo hierárquico estão as características mais amplas e estáveis dessas múltiplas determinações, representando o que elas possuem de mais fundamental. Nesse nível é possível suportar menor alteração qualitativa, dada sua estabilidade. Além disso, a cada nível de generalidade correspondem alguns determinantes principais, sendo possível, portanto, fazer um recorte epistemológico a partir desse subconjunto de fatores (DUAYER, 1995).

Uma outra forma de expor o entendimento pós-keynesiano da realidade é pensando-a como um sistema aberto, onde nem todas as variáveis relevantes são identificadas ou onde o relacionamento entre elas não segue uma estrutura fixa determinada (DOW, 2013a). Um sistema desse tipo requer uma abordagem que contemple diversos recursos de trabalho e uma capacidade de diálogo com métodos diferentes: um pluralismo metodológico.

5.1.2 Epistemologia

Um sistema social aberto é entendido como sendo análogo a um sistema orgânico, com uma pluralidade de regularidades parciais que não podem ser bem compreendidas se enquadradas num esquema de regularidade geral. A incerteza dos sistemas abertos é extensiva tanto ao “sujeito” quanto ao “objeto” da pesquisa, o que permite recorrer a mais de um método utilizando-os de forma crítica e coerente (é uma ontologia pluralista, não um ecletismo).

Dow (2013a) entende a heterodoxia econômica como um conjunto de diferentes

metodologias, mas todas elas com ontologias de sistema aberto (open-system ontologies). Essa proximidade entre elas deve ser utilizada como mote para a proposição de políticas econômicas e críticas epistemológicas que forcem a superação do *mainstream*⁹ econômico.

The overall methodological approach then is one of structured pluralism, whereby the plurality of approaches to economics is structured around an identifiable number of (overlapping) communities, each with their own ontology, epistemology and methodology. (DOW, 2013a, p. 90).

Diante das diferentes metodologias é possível assumir uma postura prioritariamente comunicativa, um pluralismo meta metodológico. A dimensão persuasiva das metodologias é importante também, mas a formulação de propostas comuns entre as heterodoxias é mais urgente. Essa é uma característica importante para a distinção entre a ortodoxia (monismo metodológico¹⁰) e seus críticos (DOW, 2008).

A ideia não é rejeitar a ortodoxia (*closed-system approach*) como não científica e sim reconhecê-la como inferior à heterodoxia (*open-system approach*) (DOW, 2008). As críticas entre os economistas heterodoxos nessa perspectiva pluralista são entendidas como críticas construtivas, ou um esforço conjunto por melhor compreender o universo social. Se um conjunto de economistas heterodoxos, por exemplo, estão sentados na mesa de decisão das políticas públicas, eles podem argumentar segundo suas próprias convicções e buscar formular propostas comuns; isso é considerado um avanço se considerarmos a realidade que prevalece há muito tempo, em que somente é permitido que se sente à mesa os partidários do mesmo paradigma, que somente eles publiquem, tenham acesso a financiamento de pesquisa etc.

Por esse motivo, quando tratou da teoria da probabilidade, Keynes utilizou a lógica do discurso ordinário ao invés da linguagem da lógica formal (CARABELLI, 2009). Enquanto a lógica formal trata com os binarismos de eventos atomizados, a lógica prática (da experiência ordinária) possibilita o tratamento de fenômenos que fazem parte de uma realidade orgânica (relacional). Uma probabilidade elaborada em linguagem matematizada só seria útil para um

⁹ O *mainstream*, de acordo com Sheila Dow (2013a), reúne os economistas que através de recursos matemáticos procuram soluções que gerem equilíbrio, baseando-se em princípios de comportamento maximizador de agentes atomizados.

¹⁰ Refere-se ao formalismo matemático como único método.

número bastante restrito de casos.

A construção keynesiana é feita sobre a lógica da opinião, mais do que sobre a lógica da verdade. A uma proposição sobre a realidade podem se opor diversas opiniões e tantas outras podem invalidá-la, tornando-se uma questão complexa e com diversos desdobramentos possíveis. Os argumentos da lógica formal possuem seu contrário e sua contradição, sempre formando pares.

Para fenômenos complexos como são os econômicos, a lógica prática possui um poder explicativo sem equivalente na lógica formal. Ao invés de se buscar, por exemplo, a explicação para o agir dos agentes em deduções baseadas em axiomas abstratos ou relações causais, seria mais coerente explorar os processos cognitivos e os esquemas mentais que orientam os julgamentos.

Por isso, a persuasão é um aspecto importante para o desenvolvimento das ciências, dado que, através dela, as diferentes opiniões se confrontam no esforço comum de melhor compreender os fenômenos. Cientistas e não cientistas possuem visões de mundo baseadas em crenças e convenções, e nenhum desses grupos possui algum tipo de acesso privilegiado a verdades eternas e inesgotáveis. As opiniões podem mudar, assim como mudam as realidades sociais e econômicas (CARABELLI, 2009).

5.1.3 Ética

5.1.3.1 Keynes

Keynes entendia que a moral predominante na cultura capitalista não é a correta. O amor pelo dinheiro faz com que as pessoas busquem sempre possuir mais bens que os demais, o que é contrário à boa ética (que gera a “boa vida”). A boa vida é uma condição que torna as pessoas melhores e, por conseguinte, torna o mundo melhor. Por isso, a forma como os países medem e comparam seu desempenho, através da magnitude do produto interno (PIB), não representa as reais condições da população. Além disso, esse estalão é inadequado porque estimula a competição internacional tomando por base o acúmulo quantitativo, sem estimular a paz e a

boa convivência.

A boa vida é alcançada através do cultivo de tudo aquilo que é bom em si mesmo, ou seja, os estados mentais. As ações não são boas em si, são consideradas boas à medida em que contribuem para alcançar os bens eticamente valiosos: “estar enamorado, experimentar emociones estéticas y la persecución del conocimiento” (SKIDELSKY, 2009, p.163)

Seguindo essa mesma linha, Keynes entendia que as pessoas racionais são capazes de perceber o que é bom, já que aquilo que é bom é também verdadeiro. Quando as pessoas buscam o que é bom, chegam à verdade e a verdade é entendida como sendo uma realidade objetiva à qual se pode acessar pelo uso das faculdades humanas.

É nesse sentido que, na Ética keynesiana, o egoísmo é um valor superior ao altruísmo, ao tempo em que se compreende que a liberdade política e econômica são meios adequados para garantir os interesses individuais. Tais preceitos estão associados a uma economia voltada à produção, cujo limite é a satisfação das necessidades (o suficiente para uma boa vida) e não uma economia voltada ao dinheiro (cujo limite não existe). Daí a necessidade de uma educação voltada ao liberalismo e que estimule o amor à bondade, acima do amor ao dinheiro.

Por esse motivo deve ser a Ética (ciência da moral) a conduzir o estabelecimento das regras e valores sociais. Os três conceitos que guiam a proposta keynesiana são eficiência, justiça social e liberdade individual. As pessoas precisam aprender a buscar aquilo que é bom, apesar de que, nem tudo que é bom seja também prazeroso. Ao afirmar isso, Keynes rejeitava a moral utilitarista então vigente, segundo a qual o fim último das ações individuais deveria ser a busca do prazer (SKIDELSKY, 2009).

5.1.3.1 Pós-Keynesianos

Partindo do Pluralismo metodológico, há o entendimento de que um conjunto unificado de valores e normas não seria viável. A epistemologia pluralista defende as diferentes metodologias e fomenta a convivência entre opiniões divergentes, sem a intenção de homogeneizá-las ao final. Diferentes metodologias geram diferentes éticas (DOW, 2013b).

De acordo com a linha desenvolvida a partir da noção de sistema aberto, os valores estão nos fundamentos das próprias ciências. Eles são pervasivos à ontologia, escolha do método, políticas sugeridas e também aos temas de estudo (DOW, 2010). Além disso, não se pode restringir as motivações dos agentes a uma perspectiva moldada pelo utilitarismo; as convenções sociais e as diferentes tradições culturais carregam outros valores que não os utilitaristas.

Desse modo, as discussões sobre Ética e valores não podem ser reduzidas a questões de risco moral, que aparecem quando os agentes se comportam oportunisticamente. As instituições sociais são criadas com base em hábitos e regras que se espera, sejam observados pelos participantes. Os incentivos para observar essas convenções são encontrados em diferentes fontes que não o autointeresse.

Crescimento econômico, pleno emprego e produtividade não são um fim em si mesmos, mas também não são os males da civilização. Eles são meios necessários para que as sociedades alcancem um razoável nível de vida, onde condições materiais sejam favoráveis. É uma postura bastante pragmática, onde há uma clara distinção entre benefícios públicos e benefícios privados (CHICK, 2012).

5.2 MICROASPECTOS

Em conformidade com a conhecida linha de formulação keynesiana, na economia monetária da produção, a finalidade das firmas é a acumulação de dinheiro, ou a realização de sua produção no mercado. Os empresários não buscam outra coisa, senão acabar com mais dinheiro do que possuíam no início de seu empreendimento. Eles buscam formas de se apropriar de fatias cada vez maiores da riqueza socialmente produzida e se dedicam a isso, onde quer que seja mais rentável (CARVALHO, 1989).

A teoria da escolha keynesiana (os microaspectos de seu pensamento) é construída em conformidade com as teorizações decorrentes da observação do comportamento dos agentes. Keynes já abordara as diversas motivações e reações por ele captadas no âmbito das

atividades econômicas e financeiras. Os conceitos de investimento, incerteza e risco são importantes porque representam características fundamentais para o entendimento do ambiente e do modo como atuam os agentes econômicos individuais. No capitalismo os investimentos são feitos a fim de gerarem lucros, mas há sempre um certo nível de risco envolvido e a incerteza que é irredutível em todo agir humano.

5.2.1 Investimentos

A decisão de investir em um setor qualquer, que corresponde a uma ação efetuada por um agente econômico determinante, o empresário, inicia um movimento que se propaga para outros setores através do mecanismo chamado de Efeito Multiplicador. Quando há um aumento de gasto para elevar a produção, mais trabalhadores serão contratados, aumentando a receita e o consumo dos agentes que se dedicam àquela atividade. Serão demandados bens e serviços de outros setores, além de permitir que uma parte da renda não utilizada seja guardada na forma de poupança.

Os trabalhadores, por sua vez, representam os agentes econômicos dependentes das decisões de investir dos empresários (capitalistas), situação social esta que faz do desemprego um fenômeno involuntário relativamente à vontade do trabalhador. Estes se dedicam à produção visando a aquisição dos bens de consumo necessários à sua própria manutenção. Assim, como já comentamos, o poder de decisão sobre o processo e ritmo produtivo concentra-se nas mãos dos proprietários, já que são eles que determinam o quando e quanto será produzido. São as suas escolhas de investimento que irão se materializar em níveis de emprego maiores ou menores. Apesar do importante papel ocupado pelo governo, Minsky (2008, p. 54) destaca que “A capitalist economy is characterized by private ownership of the means of production and private investment”.

Os incentivos para investir sempre se tornam positivos quando o rendimento esperado seja maior que o custo do capital aplicado, supondo-se que as expectativas para a demanda prevista sejam boas. Além disso, a taxa de juros possui um papel importante porque afetar o custo do capital que foi financiado, podendo ainda repercutir na demanda. Por isso, em todo investimento há um risco envolvido, cujas estimativas são feitas em bases muito frágeis, não

permitindo um cálculo com precisão. Confrontados com essa realidade os agentes procuram refúgio em crenças tais como a ergodicidade, ou supor que os outros estejam melhor informados, sendo razoável segui-los. Dessa forma, as expectativas são capazes de guiar o investimento e essa é uma informação fundamental, já que o investimento é o responsável por muito da instabilidade no capitalismo.

Assumindo esses aspectos, pode-se definir a firma “(...) *as a means of coordinating production from one centre of strategic decision making in a non-ergodic environment*” (DUNN, 2002, p. 70). A estratégia diz respeito ao esforço dos tomadores de decisão em dominar ou ter ciência do maior número possível de variáveis que afetam seu negócio. Já o ambiente refere-se sobretudo ao ambiente cognitivo que irá compor as heurísticas e psicologia dos diversos setores de negócio. Por isso, o abandono da racionalidade maximizadora e a utilização de uma noção mais realista utilizada no entendimento do cálculo dos agentes.

A ponderação que define a decisão pelo investimento é sempre realizada diante das diversas opções que estejam disponíveis no momento. A eficiência marginal do capital (EMgK) e a taxa de juros (i) são comparadas e sempre que $EMgK \geq i$, haverá o estímulo para investir. Ambas as taxas estão condicionadas pelas expectativas com relação ao futuro, sendo que EMgk depende diretamente das expectativas dos investidores quanto a rendimentos e i depende da propensão a entesourar e do estoque de moeda da economia (ANDRADE, 1987).

Tomada a decisão, chega-se ao momento de escolher o modo através do qual o investimento será financiado: reservas próprias, governo, bancos, venture capital, investimento direto externo etc. Quanto mais desenvolvido for o mercado financeiro da região, mais opções haverá para o investidor. Entretanto, o setor financeiro é uma faca de dois gumes, pois nos bons períodos facilita o investimento, mas agrava a situação nos períodos de recessão (DAVIDSON, 2002; JONES, 2008).

Do que foi dito acima, observa-se que o foco keynesiano da análise recai nos empresários e não nos consumidores. É reconhecido o poder, político e econômico, dos produtores em comparação à relativa ignorância dos consumidores. Isso é devido a Keynes ter escolhido como instrumentos de trabalho os conceitos da psicologia ao invés daqueles herdados da

tradição marginalista (MINI, 2002). Somente com os novos conceitos foi possível compreender o quão distante estão os agentes reais daquelas entidades maximizadoras típicas dos modelos matemáticos.

5.2.2 Incerteza e Risco

Conforme o paradigma PK, as decisões empresariais são efetuadas com base em expectativas sobre o futuro, tendo em conta uma demanda esperada. O ajuste entre a oferta e a demanda é algo que ocorre à posteriori, pois a produção antecede o consumo e este pode não se realizar ou ultrapassar o planejado (CHICK, 2002). Os consumidores podem decidir gastar mais, alterar seus hábitos de consumo ou, por uma razão qualquer, preferir reter seu dinheiro.

A forma mais conveniente que os consumidores possuem para conservar seu poder de compra é a moeda, já que, diferentemente dos bens produzidos, ela é fácil de ser trocada, não se deteriora e não incorre em despesas significativas para armazenamento (DAVIDSON, 2011). Na verdade, todos os agentes econômicos precisam encarar a incerteza, em maior ou menor medida, quando lidam com o futuro. Diante dessa realidade, o dinheiro é a forma mais imediata de busca por segurança; conseqüentemente, quando a confiança está em alta, a economia prospera, quando ela está em baixa, a economia cai. Quanto mais dependente for a prosperidade e o sustento das pessoas da visão que se tem sobre o futuro, maior será a importância da incerteza para os agentes.

Há algumas operações cuja frequência e repetição permitem uma certa previsibilidade. As atividades produtivas, de modo geral, são menos arriscadas que aquelas dedicadas à especulação, mas quando elas envolvem a aquisição de ativos de capital elas incorporam maior incerteza. As variáveis que determinam o rendimento futuro das atividades econômicas não são controláveis e previsíveis de modo a fornecerem informações relevantes (capazes de transformar a incerteza em risco).

Apenas alguns dos aspectos da realidade econômica podem ser computados. Os dados passados não podem fazer grande coisa com relação ao futuro, sobretudo num sistema onde a inovação joga um importante papel. Entre pontos diferentes no tempo e no espaço as relações

econômicas se alteram, sendo um equívoco tratá-las como se homogêneas fossem.

Nesse mundo, a experiência será a melhor referência para os agentes. Ela atua na formação das intuições, palpites e esperanças que são então incorporadas nas decisões. Naturalmente que as pessoas com conhecimentos em métodos de estimação de risco ou qualquer outro instrumento do tipo podem se utilizar dessas ferramentas, mas é um engano pensar que eles sejam capazes de suplantar nossa ignorância sobre o futuro. Diante da incerteza a forma mais racional de agir é utilizando as lições aprendidas com a experiência e observando as possíveis mudanças estruturais, que exigiriam novas abordagens (DUAYER, 1995).

Uma crítica que recebe essa perspectiva consiste em qualificá-la de irracional. Caso o comportamento do empresário, tal qual descrito keynesianos, possuísse alguma racionalidade ele poderia, de alguma forma, ser previsto e modelado. O problema dessa crítica é supor que só é racional aquilo que pode ser modelado; uma concepção bastante estreita e limitada como demonstrado por Vercelli (2002), uma concepção que retira do ser humano sua criatividade e liberdade.

O comportamento de cada agente com relação ao futuro é moldado pela forma de pensar comum a seu grupo. Haverá um paradigma a nortear as decisões do investidor industrial, outro para o especulador, outro para o formulador de políticas etc. (DOW; DOW, 2009). As informações e percepções são organizadas de acordo com visões de mundo diferentes, as quais são adotadas nas tomadas de decisão e na configuração das intuições.

As intuições e diferentes modos de pensamento são importantes porque compõem a estrutura de um mundo concebido como não ergódico, onde a história (irreversibilidade do tempo) está presente. Uma realidade que se transforma exige seres dotados de um tipo de raciocínio capaz de se transformar e criar novas configurações que se adaptem às mudanças.

Uma das formas mais imediatas de reação às transformações abruptas é a imitação. “Imitar, aqui, não consiste em reproduzir o comportamento dos outros, mas em adivinhar suas antecipações para assim prever os retornos do mercado”¹¹ (MOUREAU; RIVAUD-DANSET,

¹¹ No original: "Imiter, ici, ne consiste pas à copier le comportement d'autrui mais à deviner ses

2004, p. 91). Dessa forma, os agentes estarão empenhados em decidir conforme os demais ao invés de se amparar em suas próprias faculdades e informações.

Se existisse uma economia onde as pessoas demandassem apenas o indispensável, haveria menos incerteza e ela só seria agravada por fatores exógenos como a guerra ou o clima, por exemplo. No capitalismo a acumulação é fundamental, sendo que na esfera produtiva os bens de capital acumulados geram retornos apenas mais tarde. É racional, em casos de incerteza, apegar-se às convenções e comportar-se como os demais. Os agentes buscam a sensação de segurança que as instituições (comportamento médio) e as tradições (hábitos socialmente chancelados) podem oferecer.

5.3 MACROASPECTOS

5.3.1 Moeda, Juros e Poupança

Na economia monetária de Keynes a moeda é entendida como o ponto de referência para todos os agentes. Ela está presente em todos os momentos da análise das trocas, não sendo possível conceber um sistema capitalista de trocas diretas, ou onde a moeda seja mero meio de troca. Ela funciona como reserva de valor (poder aquisitivo) para os agentes, transportando seu poder de compra para o futuro (MOLLO, 2003).

As moedas são sempre uma opção viável para os agentes que não estão confiantes o suficiente para investir. Caso o conhecimento do futuro fosse uma questão de acesso à informação ou se as escolhas pudessem ser revistas e desfeitas sem custos, a falta de confiança seria contornável (CARVALHO, 1989). Mas, com relação ao futuro, a utilização de conjecturas e suposições é incontornável e o tempo avança sempre para a mesma direção.

Considerando o tempo histórico (e não o lógico) deve-se assumir que as decisões sob incerteza têm impacto sobre o futuro ao mesmo tempo em que são tomadas sob as expectativas com relação a ele. Assim, conforme o prisma de Keynes, o retorno que os agentes esperam pela manutenção ou produção de um ativo é resultado da soma algébrica do

anticipations pour prévoir les retournements du marché". Tradução nossa.

seu rendimento (q) mais o prêmio de liquidez (l), menos o custo de sua manutenção (c):

Deduz-se que a retribuição total que se espera da propriedade de um bem, durante certo período, é igual ao seu rendimento menos o seu custo de manutenção mais o seu prêmio de liquidez, ou seja, a $q - c + l$. Por outras palavras, $q - c + l$ é a taxa de juros específica de qualquer bem, onde q , c e l se medem em unidades de si mesmos como padrão. (KEYNES, 1996, p. 222).

A característica particular da moeda é que ela possui um rendimento nulo, um custo de manutenção insignificante e um elevado prêmio de liquidez. Ainda que se considere algum custo de manutenção para ela (como o de custódia), não há outro ativo cujo prêmio de liquidez exceda tanto esse custo. Sendo assim, longe de ser neutro, esse é um ativo estratégico no sistema econômico (LIMA, 2003).

Numa economia dinâmica, os ativos possuem diferentes rendimento e custos de manutenção, o que leva os investidores a buscarem a diversificação de seu portfólio como estratégia para garantir a lucratividade. Agora, se as expectativas de lucratividade (q esperado) fossem de baixa e os custos fossem positivos, então haverá um ponto onde não será viável a continuidade da produção.

Em caso de estagnação, ou expectativas negativas, é natural que as pessoas se protejam buscando a posse do ativo com maior liquidez (ou com liquidez resistente à queda) e menor custo de manutenção. Já que não existe uma mercadoria produzível cujo “ c ” seja insignificante e “ l ” resistente à queda, uma elevação na taxa de juros só faria retardar a produção dos bens, paralisando o investimento e piorando a situação.

São as propriedades essenciais da moeda que fazem dela esse ativo diferente dos demais ativos: ela possui uma elasticidade de produção zero ou quase nula, não sendo possível aos empresários a sua produção através da incorporação de quantidade de trabalho; sua elasticidade-substituição é nula, significando que apenas ela pode ser, ao mesmo tempo, unidade de conta, meio de troca e reserva de valor (KEYNES, 1996).

Além disso, seguindo Davidson (2011), podem-se distinguir três tipos de liquidez entre os demais ativos que não são moeda: completamente líquidos, líquidos e ilíquidos. Os ativos

completamente líquidos são os bens duradouros, que não o dinheiro, e que podem ser transacionados seguramente por um valor conhecido em qualquer momento até um futuro previsível. Os ativos líquidos são os bens duradouros cujo valor não permanecerá o mesmo, mas mudará de acordo com regras conhecidas. Os ativos ilíquidos são aqueles que não se pode transacionar facilmente; não há para eles um mercado à vista previsível. Em situações de insegurança os agentes procuram se proteger fugindo de ativos ilíquidos, buscando liquidez.

Como destaca Lima (2003), é possível ir um passo adiante e buscar as razões institucionais que garantem essa liquidez dos ativos e mantém a relativa escassez da moeda. As razões encontram-se na natureza das relações de produção características do capitalismo. O estado é o garantidor da moeda e, através dele, os produtores mantém o controle sobre sua oferta. O proprietário de bens de capital detém o poder de colocar ou não o dinheiro em circulação através da contratação de mais ou menos mão de obra. “A moeda entra em circulação por meio da remuneração dos assalariados pelas firmas e não por um *manah* ou um “bombardeio de helicóptero” como querem os monetaristas” (LIMA, 2003, p. 310).

A produção futura somente será realizada se os detentores desse poder acreditarem que esse montante retornará a eles após um determinado período acrescido de um excedente. Os proprietários não estão interessados em produzir para acumular seus produtos; seu interesse está em acumular dinheiro.

O aumento da poupança contribuirá para o arrefecimento da dinâmica dos mercados, levando ao baixo desempenho econômico. Além disso, não se pode esquecer que, nas economias onde a atividade especulativa ganha cada vez mais espaço, mais moeda pode ser demandada sem aumento da capacidade produtiva e muitas vezes agravando a situação através da formação de bolhas (CALLE, 2010). Os investimentos (gastos em ativos ilíquidos) só serão retomados quando as expectativas dos agentes novamente forem otimistas, quando a situação de insegurança evanescer.

Desse modo, para a retomada do nível de investimentos não é suficiente uma queda nos salários ou na taxa de juros. A queda nos salários pode inclusive piorar a situação, pois a redução na renda dos trabalhadores indica que a demanda agregada irá arrefecer. A taxa de

juros é um fenômeno monetário, sendo determinada pela oferta e demanda por moeda e pelas avaliações que os agentes fazem sobre os rendimentos futuros do estoque dos ativos, o que significa que sua queda não implicaria automaticamente em investimento (AMADEO; DUTT, 2003; MOLLO, 2003).

A taxa de juros também pode ser vista com uma função do preço monetário de um título não pagável à vista (LIMA, 2003). Por isso, o sistema bancário ocupa um papel importante na economia. Os bancos participam da criação monetária quando fornecem crédito e financiam os projetos de investimento. No curto prazo os investimentos produtivos deverão gerar receitas de cujo total haverá uma parte que será transformada em poupança.

Quando se trata de investimentos de longo prazo haverá a possibilidade de se recorrer às poupanças¹², mas isso só ocorre se os poupadores estiverem dispostos a emprestar. Normalmente essa intermediação é feita pelos bancos de investimento que transformam a liquidez dos poupadores em títulos de prazo mais longo, mas o garantidor último dessas operações é a autoridade monetária.

O governo tem a capacidade de influenciar o crédito e a taxa de juros a fim de atender à demanda por liquidez que se transformará em produção gerando emprego e renda. Na melhor das hipóteses a disposição do público e dos bancos em liberar liquidez pode corresponder à demanda por investimento na economia; caso isso não aconteça, a taxa de juros pode ser deslocada até que isso ocorra.

O nível de poupança depende diretamente da preferência pela liquidez e do nível de renda, devendo muito pouco à taxa de juros. Onde esta impacta diretamente é no nível de investimento, sobretudo se no período considerado não houver mudança tecnológica. Uma taxa de juros alta significa que a preferência pela liquidez das pessoas está alta, sendo necessário que a taxa seja empurrada para baixo a fim de estimular o investimento.

Keynes (1996) entendia que a poupança ocorre quando os agentes procuram entesourar

¹² Essa é a posição defendida por Davidson (2002) e Lima (2003), apesar de Mollo (2003) enfatizar que o investimento não tem nada a ver com poupança e Possas (2003) ser ainda mais categórico ao dizer que a poupança não deveria nem ser mencionada nesse contexto.

recursos na forma de ativos líquidos não produzíveis, como uma maneira de se proteger diante das incertezas. Sendo desconhecido o período de manutenção dessa poupança, priorizam-se os ativos com mais baixo custo de transporte e manutenção. Sendo não produzíveis, esses ativos são também não substitutos e, portanto, não intercambiáveis. Desse modo, aquilo que é poupado não tende a se transformar em investimento.

O futuro é sempre incerto, de nada adianta pensar que elevados níveis de poupança irão reduzir essa incerteza. Os investimentos privados dependem das expectativas que os empresários têm sobre o futuro. Quanto maior for o receio das pessoas sobre o amanhã, maior sua tendência a se proteger (poupanço). O governo tem enorme influência sobre essas expectativas através de políticas fiscais e monetárias, devendo ser sempre cauteloso na elaboração e execução das mesmas. Fica carente de sentido o esforço em criar teorias probabilísticas que procuram descobrir o futuro como dados do passado, já que elas não podem prever expectativas.

5.3.2 Emprego e Políticas Econômicas

É bem conhecido um dos elementos centrais de base metodológica presente no paradigma keynesiano acerca do funcionamento da economia monetária da produção: a incerteza. Sendo assim, se houvesse conhecimento pleno do futuro não haveria razão para que as firmas reservassem uma parcela dos lucros; ao contrário, elas poderiam investir todo esse valor e então haveria pleno emprego. Em um mundo de incertezas, no entanto, sempre haverá um movimento de resguardar-se. Daí a importância dos gastos do governo, que através de seu alto consumo tem a possibilidade de estimular um sistema claudicante:

The 1929-33 experience indicates that the size of government must be large enough to offset the effect on profits of a drop of investment to about 10 percent of its full-employment level. This implies that government must be at least the same order of magnitude as investment. A government whose spending is at least 16 percent and perhaps as high as 20 percent of prosperity GNP is necessary to protect the economy against a catastrophic decline in investment and profits. (MINSKY, 1986, p. 332).

Hyman Minsky, economista norte-americano, é um dos mais importantes autores pós-keynesianos, foi um teórico da ação governamental com a finalidade de impedir as recessões

ou depressões, ou estimular a economia a alcançar um desempenho que conduza ao pleno-emprego. Ele destacou a noção do Grande Governo, que, sinteticamente, significa que, para uma ação eficaz, o governo deve ser grande o suficiente para que suas políticas impactem onde for necessário. Além da eficácia, a eficiência é importante para que os períodos de crise não peguem também o governo em um estado de endividamento que obstrua sua capacidade de ação. Com a elevação e difusão de seus efeitos, as políticas monetária, tributária e fiscal afetam a propensão a consumir e a liquidez da economia.

A preferência pela liquidez, que orienta o comportamento dos agentes, leva à consideração de que é o gasto, e não a poupança, o responsável por gerar mais produção e emprego. Se uma sociedade deseja manter o pleno emprego (ausência de qualquer capacidade ociosa), precisa preencher a lacuna existente entre o consumo e a produção através do investimento. Se a decisão for por poupar mais, as empresas venderão menos e não terão incentivos para o investimento. Uma decisão em poupar hoje não implica em uma opção por consumir amanhã. Na pior das hipóteses as empresas podem ser fechadas e isso gerará aumento da poupança. Em outras palavras: poupança e investimento podem igualar-se sem que exista uma situação de pleno emprego.

A redução de investimentos como forma de proteção gerará mais desemprego involuntário. Isto não significa que os trabalhadores não aceitem trabalhar por determinado salário, mas, sim, que as vagas de emprego são cortadas em virtude da ação de proteção adotada pelos proprietários dos meios de produção quando o cenário econômico torna-se nebuloso. E essa decisão é tomada como reação quase reflexa – se todos fazem o mesmo – então, independentemente da existência ou não de sindicatos, contratos rígidos, salário mínimo etc. As empresas existem para gerar lucro, não empregos.

As expectativas negativas fazem com que a economia arrefeça e se as expectativas assim se consolidam esse estado pode se prolongar indefinidamente. Em um contexto orientado pela inatividade do Estado existe a tendência de agravamento da instabilidade, pois através do controle da demanda o governo pode limitar as flutuações. A política de gastos do governo deveria seguir o princípio “dinheiro barato, gasto inteligente”. As empresas públicas ou dependentes do poder público podem ser utilizadas para ajudar a manter o gasto total em um

nível elevado e a noção de dinheiro barato vai nesse mesmo sentido: funcionar como estímulo ao investimento privado. No entanto, as contas governamentais habituais deveriam manter-se com superavit (SKIDESLKY, 2009).

Nessa perspectiva, o foco deve ser colocado sobre o direcionamento dos recursos públicos. De nada adianta reduzir juros ou aumentar o nível de gastos se eles não forem alocados para estímulo e aumento da capacidade produtiva. Os projetos de investimento precisam ser discriminados com a finalidade de priorizar aqueles que servirão de suporte para a elaboração de outros projetos (infraestrutura, por exemplo).

Também precisam ser discriminados os investimentos externos entre aqueles destinados a entrar no circuito produtivo e aqueles destinados à especulação (HAWKINS; TORR, 2001). Os fluxos de recursos entre os países afetam as economias na proporção do nível de internacionalização dos setores. Quanto maior for esta integração, mais suscetíveis estão às flutuações internacionais. Desse modo, o resultado interno depende também das expectativas formadas nos países com os quais os setores econômicos se relacionam.

O mau desempenho da economia leva as pessoas a tentarem se proteger, a irem em busca dos ativos mais líquidos e evitar gastos. Isso repercute nas empresas que não conseguem vender a quantidade planejada e precisam reduzir sua atividade. Essa situação conduzirá ao desemprego e pobreza, que, ao contrário do que afirma a abordagem econômica convencional, não são gerados devido à rigidez em preços e salários, sindicatos fortes ou imperfeições de mercado.

Nesses momentos o governo deveria intervir ativamente para estimular a economia e evitar que essa situação se propague. A doutrina do *laissez-faire*, se aplicada, só faria agravar o estado de penúria da população sem gerar os benefícios apregoados por seus defensores: a eliminação dos ineficientes e o avanço para uma economia mais robusta (DAVIDSON, 2011).

À diferença dos empresários, os governos não realizam seus investimentos com a perspectiva de um lucro que compense os gastos. As políticas governamentais buscam garantir emprego e renda para a população, o que repercutirá em outros setores gerando estímulos para mais

contratações. Essa iniciativa é realizada em favor da economia como um todo e não em detrimento do setor privado, o qual não deve ser visto como um concorrente (KEYNES, 1996).

Além disso, a resistência do sistema bancário em conceder crédito e financiamento pode ser contornada pela intervenção da autoridade monetária incentivando ou concedendo a liquidez demandada pelos agentes dispostos ao consumo. Por isso, a moeda e a liquidez afetam o nível de emprego e a produção¹³. Nem a curto, nem a longo prazo, a moeda é neutra.

Outra questão importante é o uso de políticas governamentais no sentido de reduzir a desigualdade e garantir um determinado nível de renda para a população. Os conflitos entre os diferentes grupos de profissionais, e desses com os contratantes, geram os diferentes níveis salariais, indicando que as políticas são importantes para a limitação dessas diferenças e na implementação de políticas redistributivas (KING, 2002).

5.3.3 Economia internacional

Uma preocupação central na obra de Keynes está em contribuir para o projeto de tornar possível uma vida digna para todas as pessoas (DAVIDSON, 2011; SKIDELSKY, 2009). Daí a questão do emprego ser fundamental, já que é por meio dele que boa parcela da população adquire os recursos necessários à sua subsistência. Paz, propriedade e progresso eram valores bastante estimados por ele. A função dos governos seria trabalhar por esses princípios até que houvesse uma situação de bem-estar disseminada o suficiente para permitir a boa vida e o convívio pacífico.

Para aquele autor, essa preocupação não se limitava aos alcances das fronteiras nacionais, por entender que sua obra causaria um profundo impacto na política e na economia dos Estados, questionando as bases que eram até então utilizadas. Isso é possível vislumbrar em uma carta sua enviada a Bernard Shaw:

¹³ O impacto da política monetária no nível de preços (a longo prazo) é um tema de debate entre os pós-keynesianos e precisa ser analisado caso a caso (SAWYER, 2001; SKOTT, 2001).

Para perceber o meu estado de espírito, contudo, tens de saber que acredito estar a escrever um livro sobre teoria econômica que irá revolucionar grandemente, suponho que não imediatamente, mas durante os próximos dez anos, a forma como o mundo pensa sobre os problemas econômicos. Quando a minha teoria tiver sido devidamente assimilada e misturada com política e sentimentos e paixões, não consigo adivinhar qual vai ser o seu resultado final nas ações e nos assuntos, mas haverá uma mudança enorme e, em particular, os fundamentos ricardianos do marxismo serão postos de lado. (KEYNES *apud* DAVIDSON, 2011, p. 43).

A mudança em questão é o que motiva as críticas e divergências que compõem a base das propostas keynesianas para uma economia internacional sem os pressupostos das vantagens comparativas. Um acordo supranacional é necessário para que o sistema econômico internacional facilite a liquidez e deixe de ser tão volátil.

A fim de manter estimulada a demanda efetiva das nações, Keynes propôs a criação de um banco internacional (o banco central dos bancos centrais). Esse banco acompanharia os balanços dos países a fim de evitar desequilíbrios e estabeleceria uma taxa fixa de câmbio entre eles. Essa taxa seria ajustável e associada com o seguinte princípio: países credores são responsáveis pela ajuda aos países devedores.

Todavia, os pós-keynesianos entendem que um banco mundial não é factível politicamente e nem necessário. Seria preciso um acordo internacional que criasse uma instituição para acompanhar as trocas internacionais e o fluxo de liquidez, já que o regime de câmbio flexível é entendido como um sistema falho. Nesse sentido, há pelo menos três propostas: a primeira sugere a criação de uma taxa de câmbio de equilíbrio fixo (Fixed Equilibrium Exchange Rate - FEER). Uma FEER seria importante para combater o desalinhamento das taxas de câmbio com relação à taxa real de equilíbrio, a qual levaria à coordenação dos equilíbrios internos (dado pela TDNAI¹⁴) e externos (dado pela produtividade) à médio prazo (DAVIDSON, 2002).

A segunda proposta, que se afasta do keynesianismo por supor neutralidade da moeda, está baseada sobre a noção de paridade no poder de compra (PPP – Purchasing Power Parity). Nesse caso, os bancos centrais anunciariam metas para suas taxas de câmbio nominais de

¹⁴ Em português seria a Taxa de desemprego não aceleradora da inflação (TDNAI), mais conhecida pela sigla inglesa “NAIRU”, de Non- Accelerating Inflation Rate of Unemployment.

modo a garantir uma paridade do poder de compra, sustentável, entre elas. Cada país precisaria ajustar sua oferta de moeda a fim de manter a paridade dessas taxas e controlar sua inflação doméstica para os bens comerciáveis internacionalmente.

A terceira proposta, a de Paul Davidson (2002), fundamenta-se em alguns princípios que requerem uma unidade de conta e reserva para as transações internacionais. Essa unidade monetária seria mantida apenas pelos bancos centrais que aderissem às regras desse sistema e seria vedada ao público. As moedas nacionais seriam conversíveis nessa moeda mundial a uma taxa fixa, que seria flexibilizada conforme a necessidade ditada por níveis de inflação e produtividade. Países com maior produtividade teriam a moeda mais valorizada e países com maior inflação teriam desvalorizações monetárias. Além disso, haveria a necessidade da criação de regras sobre a forma de administrar os *déficits* e saldos nos balanços dos países. Fundamentalmente, países com excedente teriam a responsabilidade de auxiliar na estabilização de países deficitários e haveriam dispositivos para evitar acúmulo de saldos (DAVIDSON, 2002; 2011).

5.4 CRISE

Acreditamos que tenha ficado clara, na exposição efetuada até aqui, a opinião de Keynes e de seus seguidores a respeito da natureza cambiante do funcionamento da economia monetária da produção, outra designação para a economia capitalista. Particularmente, conforme a ótica de Minsky, um pós-keynesiano influente, as oscilações e ciclos fazem parte do capitalismo, ou a sua “dinâmica de montanha russa” deve-se sobretudo às inter-relações financeiras e à instabilidade dos portfólios de investimento. É desse autor a conhecida Hipótese da Instabilidade Financeira, que afirma que, nesse sistema, decisões importantes são tomadas com base em projeções sobre o futuro, as quais ocorrem em bases precárias, de tal forma que, basta uma mudança nas expectativas ou na composição da carteira para que todos os setores sejam afetados. A incógnita que acompanha os projetos de investimento é um corolário de um sistema erguido sobre essas bases (MINSKY, 2008).

Daí que os pós-keynesianos vejam as instabilidades econômicas como endógenas e não como choques exógenos ao sistema. Como já apresentado em seções anteriores, a taxa de juros e a

eficiência marginal do capital ganham relêvo numa realidade onde a moeda não é neutra. Por isso, o sistema bancário exerce uma importante função nas economias como fornecedores de liquidez e de meios de pagamento, uma função tão importante que a presença ativa do estado em seu meio visa garantir que ela se realize. É pelo suporte que recebem dos estados que os bancos ganham a confiança da população, que a eles confia seus depósitos à vista (DOW, 2010).

Mas os bancos são empresas que buscam lucros e, nessa busca, assumem maiores riscos. Isso acaba gerando uma cultura que os distancia de suas funções sociais e os faz negligenciarem as expectativas dos clientes. Para lidar com isso, as regulações do sistema financeiro têm se mostrado ineficazes diante da criatividade e transformações no setor. As intervenções e aquisições que os governos têm feito desde a última grande crise, deflagrada em 2008/2009, lhes possibilita ir além do esforço regulatório e promover uma mudança nessa cultura. Mudança para melhor se adequar aos valores que estão na base de sua relação de confiança com os clientes.

A diversidade de ativos que compõe o portfólio e riqueza dos agentes, não raro, é adquirida através de empréstimos monetários. Essas aquisições normalmente passam pelo sistema bancário, seja para o financiamento, intermediação ou guarda dos recursos. Ao mesmo tempo, entre o sistema financeiro, o setor produtivo e as famílias se estabelece uma relação imbricada, que conecta a todos, de modo que o mapeamento de seus pontos de conexão se perde no emaranhado.

A própria combinação entre receitas e obrigações é uma tarefa complicada, pois não há um indicador que determine seu nível ótimo para uma realidade estruturalmente incerta. As diferentes combinações são tipificadas em três posturas financeiras, chamadas hedge, especulativa e Ponzi. Chama-se hedge a posição do agente que é capaz de cumprir suas obrigações sem necessidade de financiamento, utilizando apenas seu caixa. Na posição especulativa o fluxo de caixa permite pagar apenas os juros das dívidas, mas não conseguem dar conta de seu principal. A postura Ponzi é aquela onde o caixa não chega nem para pagar os juros, necessitando ser amplamente financiada (MINSKY 1986; 1992; CALLE, 2010).

O sistema econômico possui maior estabilidade quando há predominância da postura hedge entre os agentes. A manutenção de períodos de estabilidade melhora a expectativa de ganhos dos indivíduos que, em busca de maiores lucros, passam de hedge a especulativos e Ponzi – aumentando sua fragilidade e conduzindo à crise. À medida em que os agentes assumem posturas especulativas e Ponzi, o sistema torna-se mais instável.

Uma vez que se observa a posição arriscada dos agentes, os credores buscarão restringir o crédito e garantir o recebimento de seus financiamentos. Os demais participantes dos mercados farão o mesmo movimento para evitar as perdas e isso gera uma corrida para ver quem recebe primeiro. Um clima de desconfiança e insegurança é estabelecido, levando o sistema de financiamentos à inação e restrição de projetos. Fatos ilustrativos disso ainda são observados em diversas economias desde a eclosão da chamada crise das hipotecas *subprime* em 2007.

Há uma interdependência complexa entre os agentes de tal forma que a mudança nas expectativas de um setor tende a se disseminar para todas as direções. Em uma economia onde o sistema financeiro ganha cada vez mais espaço e está presente em boa parte das trocas, seu poder de influenciar os demais setores também aumenta. As escolhas e posturas escolhidas por esses agentes passam então a afetar não apenas sua rentabilidade individual, mas o desempenho da economia como um todo.

Sistemas com predominância de posição hedge, onde os indivíduos utilizam-se de fluxos de caixa para fazerem frente a seus compromissos, são menos propensos a crises financeiras se comparados àqueles sistemas onde as operações de portfólio são utilizadas para esse mesmo fim. A difusão da intermediação financeira tende a aumentar o preço dos ativos, criando oportunidades de ganhos especulativos:

(1) the owners of capital-assets speculate by debt-financing investment and positions in the stock of capital assets; (2) banks and other financial institutions speculate on the asset mix they own and on the liability mix they owe; (3) firms and households speculate on the financial assets they own and on how they finance their position in these assets. (MINSKY, 2008, p. 121).

Durante os períodos de *boom* os agentes tendem a substituir seus ativos porque o ambiente de

otimismo é propício para a busca de investimentos mais arriscados que prometem maior rentabilidade. Bancos e instituições financeiras ampliam a escala de suas operações, permitindo que mais compromissos monetários sejam assumidos. As projeções e orientações nesses períodos tendem a subestimar as possibilidades de novas recessões e a sobrestimar as chances de ganho.

Além disso, há uma certa negligência entre os mais importantes operadores dos mercados bursáteis. As instituições financeiras gigantes já aprenderam que, em caso de dificuldade, haverá o socorro governamental para evitar sua quebra. Isso quer dizer que a instabilidade gestada em períodos de tranquilidade é um resultado das organizações e políticas das economias capitalistas financeiras (MINSKY, 1986).

Quando o limite de endividamento for atingido será preciso refinar o débito dos agentes ou vender ativos para honrar os compromissos de curto prazo. A nova orientação passa a ser no sentido de evitar débitos, pois eles levam ao desastre. A função do mercado de títulos mobiliários na visão keynesiana é contribuir para conceder liquidez à economia, uma função social que não pode ser exercida com os princípios do livre mercado (DAVIDSON, 2008).

Para Keynes, as recessões profundas (crises) sempre podem ocorrer quando os mercados são deixados sem regulação. Então, para um cientista moral, como ele se posicionava, não é possível que as Ciências Econômicas tratem como acessórios os temas que são centrais para o bem-estar geral. Uma economia com leis que regulem a estrutura de endividamento, em que os impostos sejam orientados para a distribuição de renda e os setores estratégicos sejam socializados, tende a se aproximar mais do pleno emprego sustentável e reduzir a instabilidade e inflação - agravadas desde a década de 1960 (MINSKY, 1986). O progresso econômico é o meio para proporcionar a todos o acesso a uma vida com dignidade e liberdade.

Assim, como se colocam os pós-keynesianos, não sendo possível confiar na eficiência dos mercados para essa tarefa, os governos têm o dever de regular as atividades financeiras. Eles não devem se deixar convencer por correntes econômicas que apregoam a ideia de mercados eficientes e a busca de posições equilibradas nos modelos irrealistas (custem o que custarem)

(SKIDELSKY, 2009; VERCELLI, 1991). Na compra e venda de títulos mobiliários há um espaço que pode ser ocupado pela figura do *market maker*, uma instituição responsável por acompanhar as negociações dos ativos a fim de garantir que seu preço não sofrerá oscilações capazes de afetar sua liquidez. Por isso, essa figura precisa ter riqueza suficiente para operar ou possuir acesso direto ao Banco Central e Tesouro. “*A market maker is someone who attempts to create public confidence in the belief that there will always be an orderly resale market*” (DAVIDSON, 2008, p. 47).

Keynes se opunha ao liberalismo smithiano, que entendia que a busca dos interesses individuais proporcionaria o melhor resultado para a sociedade, e não aceitava o argumento de que a desigualdade é necessária para a geração de poupança (= investimento). Como se pode observar no último capítulo de sua Teoria Gera, ele entende que o mundo não é governado por leis naturais e perpétuas que conferem sacralidade aos bens adquiridos. Para os keynesianos, a eficiência econômica (crescimento e produtividade elevada) deve estar sempre de mãos dadas com justiça social e liberdade individual.

The general view sustained by the following analysis is that while the market mechanism is a good enough device for making social decisions about unimportant matters such as the mix of colors in the production of frocks, the length of skirts, or the flavors of ice cream, it cannot and should not be relied upon for important, big matters such as the distribution of income, the maintenance of economic stability, the capital development of the economy, and the education and training of the young. (MINSKY, 1986, p. 112).

A política econômica precisa lidar com os três temas colocados como fundamentais: distribuição de renda, socialização do investimento e o conflito entre as nações (KEYNES, 1996). Não obstante, não é toda desigualdade que é criticada, mas sim aquela derivada de atividades rentistas e do recebimento de herança; não haveria problemas na busca do lucro, contanto que ele fosse fruto do esforço empreendedor. Em havendo garantia de pleno emprego e distribuição de renda, não há problema em socializar os custos nos quais se incorreu para garantir a continuidade dos investimentos; no entanto, se os investimentos não conduzirem ao pleno emprego, os gastos devem ser direcionados para financiar uma alteração na propensão a consumir. Ao direcionar seus esforços para as políticas e recursos domésticos, os países arrefeceriam seus impulsos em projetar força sobre os demais e a paz internacional não seria ameaçada.

6 A CRISE ECONÔMICA NO PARADIGMA MARXISTA

Como é bem conhecido, a obra de referência da teoria econômica marxista, ou da economia política marxista, é o livro *O Capital*, de Karl Marx, que é composto em três tomos. Embora seja uma obra de grande envergadura, escrita mediante a formulação de categorias e conceitos e a aplicação de uma orientação metodológica complexas, o tema da crise é abordado de forma sistemática apenas nas últimas partes do terceiro volume daquela obra, mas, sem, por isso, deixar de ocupar um lugar relevante na estrutura teórica elaborada por Marx acerca do funcionamento da economia capitalista. Dessa maneira, podemos deduzir que o conceito “crise” é uma importante chave de leitura porque permite compreender todo o processo envolvido nas relações sociais no contexto do capitalismo. Se a crise se manifesta plenamente nas relações mais abrangentes e complexas, como aquelas que demarcam contemporaneamente o mercado mundial financeirizado, sua inteligibilidade já pode ser apreendida desde o início da obra seminal de Marx, a partir de uma das formas mais particulares e simples de relação social presente no capitalismo, qual seja, a mercadoria.

6.1 A OBRA DE MARX E ENGELS

Karl Marx (1818 – 1883) e Friedrich Engels (1820 - 1895) acompanharam de perto as revoluções proletárias de sua época. Através de seu enfoque crítico, legado do pensamento hegeliano, dos teóricos da Economia Política britânica e da Ciência Política francesa, desenvolveram uma análise inovadora da sociedade e da história. A Obra *O Capital* (2008; 2013; 2014), portanto, representa um ponto alto desse desenvolvimento.

Dividida em três volumes, apenas o primeiro deles teve sua publicação supervisionada por Marx. Os demais volumes ficaram inacabados e ganharam sua forma definitiva nas mãos de Engels. A discussão travada por eles com as diversas correntes de seu tempo os levaram a uma crítica ao idealismo e às ciências da época. Toda essa crítica é feita com a utilização da lógica dialética como contraponto à lógica formal (analítica) que estava na base das elaborações teóricas ocidentais.

A história intelectual do século XIX foi marcada pelas ideias iluministas. Através delas

tornou-se pervasiva a crença no progresso do homem por meio do desenvolvimento pleno de suas capacidades racionais. Tal afirmação considera que apenas a razão seria capaz de superar a superstição e a opressão, as quais eram características dos antigos governos e da tradição. A história é vista como um processo ascendente onde: “*The natural rights of man were not merely life and liberty, but also ‘the pursuit of happiness’ (...)*” (HOBSBAWM, 2011).

A obra marxiana opõe a esse diagnóstico uma análise profunda e abrangente do sistema capitalista. Nela, as classes passam a ser entendidas como momento privilegiado das ações transformadoras, enquanto, por outro lado, assevera-se que o desenvolvimento pleno das capacidades humanas só será atingido com a superação de seu principal detrator, o próprio sistema, ou, o capitalismo. Por isso, toda exposição do funcionamento da dinâmica social tem como pano de fundo o desejo de transformá-la.

Mas, antes de tudo, o esforço marxiano por compreender o desenvolvimento do capitalismo, implicou na formulação de uma determinada noção do desenvolvimento das sociedades humanas, resultando, conseqüentemente, na chamada “concepção materialista da história”. Nesta, uma categoria crucial na perspectiva marxiana, o trabalho, aparece como um elemento fundante das relações sociais. Fundante pelo fato de ser a base para a autoconstituição do ser social e pela mediação que exerce para todas as relações (DUAYER, 2012). Além disso, na economia capitalista, esta categoria, que se expressa histórica e socialmente como trabalho simples, abstrato e socialmente necessário, é a substância do valor; apesar dos efeitos das mudanças científicas e tecnológicas, que tende a reduzi-lo a uma posição ancilar no processo produtivo.

6.2 O PARADIGMA MARXISTA

Para o pensamento marxista, tudo é história. As relações sociais que aparecem sob a forma da mercadoria (no mercado) só podem ser compreendidas adequadamente quando vistas em perspectiva histórica. Assim procedendo, é possível expor e interpretar quais fundamentos e dinâmicas realmente importam no funcionamento das sociedades. Logo, o marxismo propõe-se o desafio de perscrutar a realidade para melhor compreendê-la e, compreendendo-a, modificá-la.

6.2.1 O materialismo dialético

A realidade é histórica e a história é movimento. É uma configuração dinâmica que para ser melhor apreendida precisa ser observada com as ferramentas conceituais adequadas. O capitalismo representa uma realidade localizada na história da humanidade. Por esse motivo, a análise marxista desse sistema econômico é construída com uma abordagem que procura contemplar essa historicidade.

Entretanto, a história não pode ser entendida como uma simples sucessão de eventos num período de tempo; ela deve ser considerada como o resultado da interação de elementos diferentes, elementos contrários (ou contraditórios). À vista disso, a análise dialética revela as conexões entre os diversos conhecimentos (ciências naturais x ciências sociais) e seus momentos de desenvolvimento, inclusive as transformações entre quantidade e qualidade nas coisas. É por isso que o pensamento dialético nunca cessa sua trajetória, visto que o movimento da realidade é o que movimenta o pensamento: todo conhecimento adquirido é apenas mais um momento a ser integrado e superado pelo seu desdobramento que ocorre na história.

O materialismo dialético dá atenção inicialmente aos modos de produção, já que neles são encontrados os fundamentos do pensamento humano. É a infraestrutura (relações materiais) que determina a superestrutura (ideias) e não o contrário, como queriam os hegelianos. Há uma dinâmica interna em todas as coisas, um movimento progressivo cujo motor não são as ideias, mas as relações de produção e a luta de classes. Nas relações econômicas encontram-se os conceitos mais simples de relações mais amplas e complexas que compõem a vida social, em outras palavras: *“Dialectical materialism is not an economicism. It analyses relations and then reintegrates them into the total movement”* (LEFEBVRE, 2009, p. 73).

Por isso que n'O Capital Marx (2013) inicia sua análise pela mercadoria, situação em que ela assume a condição de categoria elementar da qual brotam as categorias mais complexas. Através da exposição sobre o modo de produção das mercadorias, decorre logicamente o conceito de capital e toda estrutura do capitalismo. As relações econômicas (relações de produção) estão implicadas em relações mais complexas, são parte de uma totalidade maior.

Partindo da percepção abstrata (do pensamento) deve-se chegar até a totalidade concreta como elaboração conceitual. A dialética é um método que se propõe a reconstrução (exposição) do concreto com suas leis e movimentos internos. Por detrás das chamadas relações de mercado (valores de troca) estão são as relações entre os grupos (classes) e os indivíduos (concorrentes), situados em um modo de produção localizado na história. Apesar de no capitalismo as relações humanas aparecerem como relações entre coisas, essa é apenas uma descrição parcial da realidade.

6.2.1.1 A realidade capitalista

O real está no plano do concreto cuja totalidade é uma síntese dialética de muitos elementos. Qualquer esforço de compreender o mundo que nos cerca é um esforço de pensar sua concretude, o que significa que pensar o concreto para retornar a ele em toda sua complexidade, já que parar na simples abstração gera um conhecimento parcial. Quando se abstrai o real, ele é particionado e o passo seguinte exige a reconstrução da totalidade a partir do princípio unificador (dialética) a ela subjacente.

Dessa forma, as relações de troca tomam seu lugar no quadro maior do processo histórico e revelam as diferentes épocas do capitalismo: comercial, industrial e financeiro. Dentro de cada época são reveladas as categorias (dinheiro, capital, trabalho, etc) que assumem seu lugar lógico na explicação da totalidade concreta do momento histórico. Nessa totalidade as pessoas redescobrem seu lugar como sujeitos da história, capazes de transformá-la e orientá-la por seus atos. Não obstante, as abstrações do capital parecem pairar e exercer sobre os sujeitos uma misteriosa (fetichista) eficácia (LEFEBVRE, 2009).

Marx compreendia que a realidade capitalista não é uma fatalidade absoluta, mas, sim, um momento histórico a ser superado como todos os demais momentos. Sua superação será a culminação das potencialidades criadoras humanas que ainda não despertaram para superar as opressões do sistema. De outro lado, as crises são amostras dessas contradições que o próprio capitalismo engendra, porquanto elas estão presentes desde o desdobramento do valor até os conflitos nas condições sociais de produção. As crises fazem parte da normalidade desse sistema e, ao mesmo tempo, possuem uma função normalizadora sobre ele. Através da

destruição de capital e de vidas humanas, são criadas as condições para novos ciclos de acumulação e atividades com rentabilidade “atraente” aos investidores: *“It is not the economic crisis that will destroy this system but the will of men”* (LEFEBVRE, 2009, p. 87).

Subjaz a essa argumentação dialética o entendimento de que o verdadeiro, o racional e concreto, não estão imediatamente acessíveis ao entendimento. Esses elementos da realidade somente são acessíveis através de um esforço do pensamento, o qual tem início com conceitos simples e abstratos, para só mais tarde se atingir a compreensão mais complexa e concreta das coisas. Daí o fato de a análise marxista iniciar na circulação, com suas categorias aparentes (dinheiro, mercadoria), para avançar até os conceitos mais essenciais e concretos (mais-valia, exploração, divisão do trabalho, etc.) (MÜLLER, 1982).

A dialética apenas expõe a lógica da sociedade, tal como ela é, funcionando sob a lógica de valorização do capital. Uma força que submete o trabalho e as relações humanas tratando de coisificá-las, o que nunca se concretiza plenamente. Nunca se concretiza porque não é possível prescindir da oposição existente entre capital e trabalho vivo, apesar de momentaneamente o capital conseguir subsumi-lo (o trabalho vivo) na forma de capital variável. O ideal irrealizável de dominação tecnológica sempre esbarra na imprescindível necessidade da única fonte de valorização, o tempo de trabalho (MÜLLER, 1982).

As relações sociais ocorrem nesses ambientes concretos, na ineludível materialidade do real, e não em ambientes metafísicos. O sistema capitalista é baseado na produção e na busca de lucros, o qual é gerado da extração da mais-valia (gerada pela força de trabalho empregada pelos donos dos capitais). O trabalhador é quem gera o valor que representa o pagamento do emprego de sua força de trabalho e também todo o excedente que ficará nas mãos do proprietário dos meios de capital (que pode ou não ser o empregador formal).

Estabelece-se assim uma luta entre os trabalhadores e os capitalistas para ver quem ficará com a maior fatia desse valor excedente, que foi gerado no processo produtivo. Essa é a origem da luta de classes, que permeia todas as dimensões da vida em sociedade no sistema capitalista.

6.2.2 A luta de classes

Na análise marxista, as classes sociais, um conceito de grande proeminência nesta estrutura teórica, difere acentuadamente da visão que conceitua as classes sociais em função da agregação de indivíduos em faixas de renda ou tipo de ocupação, por exemplo. Quando Marx utiliza esse conceito, ele se refere a grupos identificáveis na estrutura das sociedades, o que significa que haverá interação entre os indivíduos do mesmo grupo (classe), e entre estes e os dos demais grupos, uma consciência característica da classe e até comportamentos característicos de cada grupo.

Isso acontece porque a consciência de classe decorre da posição que determinado grupo ocupa na divisão social do trabalho e nas relações sociais de produção. Uma primeira grande distinção pode ser observada entre os proprietários do capital e os trabalhadores assalariados (os que possuem apenas sua força de trabalho), os quais, por definição, estão em oposição entre si, configurando, desta forma, uma contradição, ou uma luta entre os mesmos. É em consequência dos empenhos por defender os interesses correspondentes a cada classe que emerge a consciência (e a ideologia) individual de pertencimento a determinada posição na sociedade.

Não obstante a emergência da consciência individual, as classes são realidades objetivas. Isso quer dizer que existe uma dinâmica no funcionamento do sistema capitalista, como no funcionamento de qualquer sociedade, que independe da intencionalidade dos indivíduos. Apesar de serem capazes de modificar a história, há condições objetivas que preexistem e condicionam as ações dos atores.

A principal dessas condições é a exploração característica do capitalismo. Esse é justamente o conceito que permite a distinção da noção de classes entre marxistas e outros entendimentos (como os de Weber, Durkheim e Bourdieu). Por esse motivo, Wright (2005) esclarece que a situação de exploração está relacionada à desigualdade de direitos e poderes com relação aos recursos produtivos. No capitalismo, os exploradores se apropriam (legitimamente) das mais-valias produzidas pelos explorados, e podemos afirmar que toda exploração possui três princípios: 1. Exclusão (de certos recursos produtivos); 2. Apropriação (do trabalho produtivo

dos explorados, por parte dos exploradores); 3. Bem-estar inverso interdependente (seus interesses são antagônicos e interdependentes, ou seja, o bem-estar dos exploradores depende da submissão dos explorados).

As relações de classe, nesse sentido, são sempre tensas, explosivas. Há uma dominação social que requer a institucionalização e utilização de recursos para controle e supervisão da maioria assalariada, denotando que os grupos que estão em desvantagem podem encontrar na exploração um princípio de coesão para sua luta contra a submissão. O conflito entre as classes é gerado no interior do próprio sistema, é inerente a ele, uma vez que esse embate reflete o conteúdo das relações dialéticas entre os grupos, e faz com que elas sejam dinâmicas e geradoras de mudança. Por isso, em conformidade com a ótica marxista, a luta de classes é o motor da história.

Transposta para o plano superestrutural, a dimensão da luta de classes tem o Estado como a instituição onde é possível identificar mais claramente essas relações antagônicas de poder presentes no seio da sociedade (POULANTZAS, 1978). No âmbito do Estado se materializa a disputa entre os diversos interesses das classes; mas, antes de tudo, sua própria estrutura legal já é um reflexo dessa disputa. Através de leis e regras os grupos mais influentes do momento procuram garantir o consentimento dos outros grupos, e quando isso não é possível, sempre há a possibilidade do uso da coerção (inclusive a coerção física, através da força policial).

De mais a mais, uma forma encontrada para a redução dos custos da dominação é a ideologia (THALHEIMER, 1979), pois ela permite que se evitem algumas práticas que historicamente foram utilizadas para dominação e que, com o passar do tempo, tornaram-se moralmente condenáveis (como o genocídio de “negros fujões” ou de “índios selvagens”, para citar casos brasileiros). Acima de tudo, as ideologias contribuem para a formação de consensos e consentimentos facilitadores da manutenção da ordem estabelecida (sempre interessante para os donos do poder¹⁵).

Se os proprietários do capital já acumulado podem escolher a forma como se inserem nas relações de produção, o mesmo não ocorre com os trabalhadores. Os últimos têm apenas sua

¹⁵ Foi tomada emprestada a expressão, “os donos do poder”, da obra homônima de Raymundo Faoro.

força de trabalho para empregar e daí retirar seu sustento. As riquezas são produzidas socialmente, mas privadamente apropriadas.

6.2.3 A teoria do valor-trabalho

Consoante com o já mencionado acima, Marx inicia sua investigação a respeito do sistema capitalista a partir da mercadoria, porque a riqueza na sociedade aparece representada como um acúmulo de mercadorias (MARX, 2013). Mas, essa aparência possui uma realidade complexa por detrás, uma realidade que precisa ser exposta através do acompanhamento de suas várias etapas de desenvolvimento.

São incontáveis as mercadorias que diariamente são intercambiadas nas sociedades. Por isso, não surpreende a aparente contradição que aparece quando se pergunta por uma única substância comum a essa miríade de coisas. Essa substância não é encontrada quando as mercadorias são analisadas em sua composição material, mas ela possibilita que produtos diferentes possam ser trocados. Somente nas trocas aparecerá essa propriedade que torna, os diferentes, em comensuráveis.

Como o objetivo aqui não é reconstruir detalhadamente a exposição de Marx, resume-se: a mercadoria possui valor de uso (heterogêneo) e valor de troca (homogêneo) e este último é a representação do valor (tempo de trabalho socialmente necessário). O substrato que permite a comensurabilidade e a realização das trocas é o trabalho humano, o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção das mercadorias.

A dicotomia valor de uso x valor de troca é superada através do conceito unificador de valor. Através desse conceito outra dicotomia é revelada: trabalho concreto x trabalho abstrato. O trabalho humano gera o valor que possibilita a troca, mas o conceito de troca esconde a diversidade de trabalhos realizados (pedreiro, alfaiate, marceneiro, etc.), os trabalhos concretos de pessoas concretas. Essas operações concretas geram diversos valores de uso que são contrastados com a generalidade do chamado trabalho abstrato.

Esse contraste é superado pelo conceito de troca, que por sua vez revela uma terceira

dicotomia: forma relativa do valor x forma equivalente do valor; cuja superação ocorre através do surgimento da mercadoria dinheiro. O dinheiro é o equivalente geral para todos os produtos, uma mercadoria onde todas as demais mercadorias expressam seus valores. É o resultado de um processo histórico que chega a sua etapa de superação:

There is, therefore, nothing universal out there called "value" that after many, many years of struggling finally gets to be expressed through monetary exchange. Rather, there is an internal and co evolving relation between the rise of the money - and the value-forms. The rise of monetary exchange leads to socially necessary labor-time becoming the guiding force within a capitalistic mode of production. (HARVEY, 2010, p. 33).

Os trabalhadores incorporam nas mercadorias, mais valor que o valor cobrado para empregar sua força de trabalho. O valor de uso da mercadoria “força de trabalho”, que interessa ao capitalista decorre, sobretudo, de sua capacidade de gerar mais valor que o seu custo (o custo de reprodução da mão de obra). A exploração sobre os trabalhadores ocorre no momento da produção; por isso, é tão importante na análise marxista o entendimento das relações de trabalho e das condições históricas que as produzem.

No capitalismo, o valor é um conceito universal a todas as instâncias da vida em sociedade, por isso sua centralidade. Ao utilizar a questão do valor como pedra angular de sua obra, Marx está buscando uma chave interpretativa para o entendimento do sistema capitalista como um todo. Seu esforço não era no sentido de criar axiomas ou princípios a partir dos quais deduziria a realidade, mas sim um esforço para descrever a realidade da maneira mais adequada possível. A realidade deve ser encarada como o ponto de partida do pensamento e não o seu resultado (HARVEY, 2010).

Tendo em conta a dedução teórica enunciada por Marx acerca da dinâmica da economia capitalista, observa-se historicamente que os proprietários das unidades produtivas (empresas) ampliam a parte do trabalho morto (capital constante) empregada em sua produção (máquinas, equipamentos, etc.) a uma velocidade maior que a da incorporação da parte viva (força de trabalho, capital variável). Se, por um lado, essa prática amplia sua produtividade, por outro, pode ocasionar uma queda no valor produzido. O que de fato gera valor é a força de trabalho, e, por isso, a sua redução em relação ao capital constante pode gerar esse resultado adverso. Por consequência, a ampliação do montante de capital acumulado acarreta também o

crescimento dos gastos em sua manutenção e renovação, de forma que tal movimento também se constitui em uma das explicações da queda da lucratividade (KLIMAN, 2011).

Esta ação do capital é teorizada por Marx como uma das principais leis que governam o funcionamento do capitalismo, ou que fundamentam sua dinâmica. Assim sendo, trata-se de uma lei de movimento e reprodução sistêmica, a conhecida e polêmica, mesmo entre os seguidores de Marx, *Lei da queda tendencial da taxa de lucro*. A ausência de consenso entre os marxistas decorre da rejeição por parte deles de que a mesma seja de fato uma lei do funcionamento do capitalismo, ou mesmo uma das principais causas geradoras das crises. Mas, para aqueles que a advogam, ela representa o gatilho para a ocorrência das crises: os investidores percebem que seus ativos, enquanto capital acumulado, já não fornecem o mesmo retorno que gerava anteriormente, o que elimina qualquer incentivo para dar continuidade ao processo.

6.3 CRISE

Visando apresentar algumas das diferentes posições encontradas no âmbito da corrente marxista acerca das causas e formas das crises, adotaremos aqui a taxonomia elaborada por Eleutério Prado (2013), que as divide em duas linhas: a dos marxistas marxianos, e a dos marxistas keynesianos. Não obstante essa opção, cabe destacar a possibilidade de outras classificações, como as encontradas nas obras de Marcelo Carcanholo (1996) e Alexandre Taveira (2014).

6.3.1 Marxistas Marxianos

As explicações dos autores enquadrados nesta linhagem, retomam as explicações para a origem das crises desenvolvidas pelo próprio Marx no livro terceiro do *O Capital* (2008). Alguns trabalhos que desenvolvem essa linha argumentativa, conforme Prado (2013), pertencem aos seguintes autores: Andrew Kliman, Raya Dunayevskaya, Chris Harman, Michael Roberts, David McNally e Mick Brooks. A tendência de queda da taxa de lucro, observada nas economias, é o seu argumento fundamental. Ou, colocando de outra maneira: *“Profits are the lifeblood of capitalism”* (ROBERTS, 2009, p. 13).

A queda da lucratividade decorre do processo mesmo de acumulação. O aumento da composição orgânica do capital, dada uma taxa de mais-valia, leva à queda na taxa de lucro¹⁶. O fato é que a busca por lucros extraordinários e por melhora na produtividade aumenta a composição orgânica do capital e isso pressiona a taxa de lucro para baixo. Quando os lucros caem, os incentivos para o investimento diminuem.

Essa fórmula é uma derivação algébrica dos trabalhos de Marx e por isso seus críticos entendem não ser um elemento fundamental no pensamento marxiano. Os defensores da centralidade desse argumento, por outro lado, entendem que, sendo possível observar a queda na taxa de lucro, não há motivos para negar os corolários de sua argumentação (TAVEIRA, 2014; KLIMAN, 2007; CARCANHOLO, 1996).

Nesse sentido, McNally (2011) sustenta que a superacumulação e a queda na lucratividade são o pano de fundo sobre o qual a dinâmica das crises e ciclos deve ser entendida. Na busca em acumular cada vez mais capital na forma dinheiro e por reduzir sua dependência da mão de obra, a classe dos proprietários dos meios de produção acaba incorrendo na contradição de reduzir sua própria fonte geradora de lucros (a força de trabalho). Desse modo, a fonte de mais-valia tende a ser um componente cada vez menor das forças produtivas. Além disso, segundo o mesmo McNally, é possível observar historicamente uma aceleração desse processo de substituição da mão de obra por máquinas no período pós Segunda Guerra.

Para esse autor, a ruptura dos vínculos entre as moedas nacionais e uma mercadoria (ouro) desde a falência dos acordos de Breton Woods, gera uma situação sem precedentes na economia capitalista. Quando as diretrizes de Breton Woods caíram por terra, uma moeda nacional (o dólar americano), sem lastro algum, passou a funcionar também como o meio para as transações internacionais. Com isso inaugura-se uma era de enorme volatilidade nos mercados monetários, pois perde-se de vista um padrão de referência acerca do real valor do dólar e das outras moedas em relação a ele. Especula-se, ora com uma moeda, ora com outra,

¹⁶ A taxa de lucro pode ser formalmente representada da seguinte forma: $l' = m/c+v$, onde m é a mais-valia, c o capital constante e v o capital variável. Se dividimos numerador e denominador por v , obtemos: $l' = m/v / (c/v) + 1$, ou seja, l' em função da composição orgânica do capital (c/v) e da taxa de mais-valia (m/v).

e as taxas de câmbio passam a ser causa de insegurança e objeto de especulação.

Nesse contexto, aparecem os instrumentos financeiros chamados derivativos (swaps, opções, contratos futuros, contratos a termo etc.) que retroalimentam esse volumoso fluxo de divisas gerado em uma estrutura cada vez mais instável. Os investimentos efetuados em moeda estrangeira, afora os riscos da própria atividade, incorrem no risco da oscilação cambial. Contra esse risco, os derivativos são apresentados como instrumento eficiente de proteção, uma vez que surgem como um esforço para mitigar a incerteza característica dessa nova etapa do capitalismo.

Ao entrar em colapso essa estrutura e as instituições financeiras responsáveis por sua manutenção se veem em apuros, e recorrem aos governos nacionais pedindo socorro. Estes últimos lançam programas de socorro aos bancos enriquecidos que, em última análise, significam a transferência desse ônus para a população mais empobrecida. Redução de salários, fim da seguridade social, redução de empregos, fechamento de escolas, etc. O déficit dos bancos é incorporado pelos governos e, então, transferido para as classes menos organizadas (que não exercem seu poder). Toda crise de reprodução do capital é também uma crise na capacidade de reprodução da força de trabalho (envolvendo todas as capacidades humanas e não apenas reprodução fisiológica).

Não se deve perder de vista o sofrimento humano que acompanha toda crise e que se manifesta através do desemprego, queda real nos salários, fome, doenças, guerras etc. Como mencionado acima, somente os governos conseguem conter as tendências destrutivas desse sistema. Para compreender sua dinâmica é preciso ir além de sua manifestação como colapso e tentar compreender seu funcionamento

Segundo McNally (2011), a acumulação capitalista serve também como chave para o entendimento dos deslocamentos de trabalhadores e sua insolidariedade enquanto “exército de reserva”: divisões de gênero, sexo, raça, etnia e categorias profissionais, por exemplo; ao mesmo tempo essa força de trabalho é unificada em uma mesma lógica, a lógica da acumulação. O ponto de partida para a análise do sistema econômico precisa ser a dinâmica de acumulação do capital, já que ela é a fonte do poder para os atores. Nessa dinâmica, fica

patente a irracionalidade desse sistema de produção orientado para o lucro: *“It is not a psychological flaw that drives capitalism into crisis, therefore, but the very dynamics of an economy based on production for the market in order to maximize profit”* (MCNALLY, 2011, p. 67).

Kliman (2011) vai ao encontro desse argumento quando critica as interpretações sobre a crise que a veem como um desvio de uma trajetória virtuosa, ou cujo prognóstico aponta para soluções baseadas em escolhas simples, tais como dar dinheiro aos pobres ao invés de dá-lo aos banqueiros. Essas interpretações falham por não perceberem que o sistema como um todo é o problema e não apenas o setor financeiro, que é apenas uma de suas facetas. A queda persistente da taxa de lucro na economia estadunidense desde a década de 1990 e a difusão de seus efeitos se encaixa bem na teoria marxiana das crises. Estas são situações engendradas pelo próprio capitalismo e sua dinâmica não pode ser corretamente entendida recorrendo a leituras parciais do sistema, como fazem os trabalhos relacionados ao subconsumismo ou os trabalhos que recomendam a compressão dos salários.

O baixo dinamismo do setor produtivo estadunidense, epicentro da crise, deve-se à baixa rentabilidade que nele tem sido historicamente observada. É uma explicação que procura ser um contraponto à interpretação que atribui ao deslocamento de recursos do setor produtivo para o setor financeiro a causa central dos problemas enfrentados pela economia capitalista. É verdade que o volume e crescimento das finanças tem sido muito expressivo, e que a fatia da força de trabalho empregada em serviços vem aumentando. No entanto, deve-se atentar ao resultado histórico negativo na rentabilidade da esfera da produção para que se possa compreender o que de fato tem lá ocorrido; procurar suas causas em uma dinâmica de fora dessa esfera é um engano, segundo Kliman.

Com essa perspectiva, Kliman calcula a taxa de lucro para as corporações estadunidenses. Seu foco recai sobre elas por serem a parte dominante do setor privado para aquele país.

Gráfico 1 - Taxa de Lucro: Corporações Estadunidenses



Fonte: KLIMAN, 2011, p. 76

A crise de 2008 expôs uma nova realidade na dinâmica do capitalismo: o papel atribuído às instituições chamadas grandes demais para quebrar (*Too Big to Fail*). Ao entenderem como sistêmico o papel dessas instituições nas economias, os governos implicitamente estimulam que elas tomem riscos e ajam descuidadamente, pois sempre poderão recorrer aos cofres públicos em caso de necessidade.

Na opinião de Kliman, os impactos das mudanças nas economias desde a década de 1970 afetam de maneira diferente os diversos trabalhadores. Alguns grupos têm perdas, outros podem ter obtido ganhos no período, ou, ainda, recebido benefícios através de gastos privados ou estatais em saúde, previdência e educação, por exemplo. Em outras palavras: a crise não afeta todos os trabalhadores da mesma forma. Observa-se no capitalismo um tratamento diferenciado aos trabalhadores que pode ser observado nas diferentes remunerações e benefícios, de acordo com diferentes critérios: setor, o gênero, raça, etnia, etc. Os esforços e lutas para garantir a manutenção e melhora nos níveis de qualidade de vida dos trabalhadores traz conquistas que são atestáveis historicamente; por outro lado, elas também enfraquecem o processo de acumulação capitalista, o deixam fragilizado e propenso a crises cada vez mais

severas (KLIMAN, 2011).

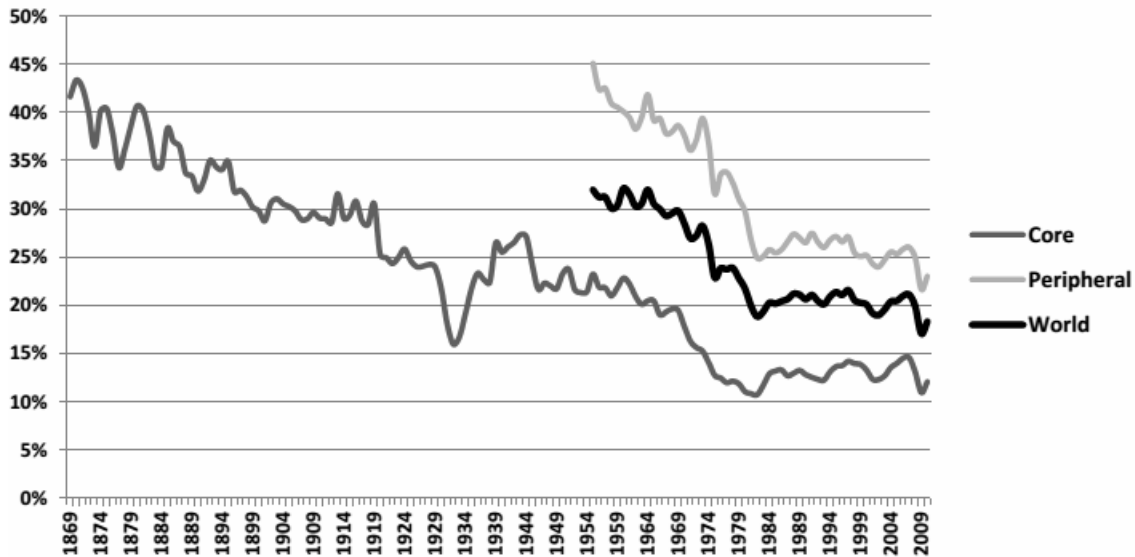
Os trabalhadores não conseguem concessões sem o esforço de classe, mas o capitalismo não se tornará melhor através das concessões. É possível que a renda melhore, que os níveis de vida sejam outros, que a proteção social se expanda, mas nem por isso o capitalismo, para Kliman, será um sistema melhor ou mais estável. O capitalismo é construído sobre a busca do lucro e da divisão entre as classes; a única forma de superar essas bases passa pela superação do próprio capitalismo.

Por esse motivo, Roberts (2009) chama a atenção para o contínuo fluxo que representa a produção no sistema capitalista. As atividades são realizadas apenas quando geram lucro no mercado e não para atender às necessidades dos consumidores ou outro objetivo qualquer que não esteja subsumido ao lucro. Nesse afã por ampliar suas margens nos mercados, as empresas fazem sua conhecida reengenharia: investem ou cortam investimentos, ampliam (deslocam) ou fecham suas plantas, forçam legislações para “flexibilizar” as leis trabalhistas, demitem pessoas, reduzem gastos etc. Até que chega um momento em que a lucratividade inevitavelmente cai e a recessão começa a se agravar. O desempenho da lucratividade se expressa como um movimento cíclico, o que significa que ela não cairá continuamente até um colapso final de todo o sistema.

Essa descrição apresentada por Roberts (2009) é recorrente na história desse sistema produtivo. A recessão iniciada em 2008 não é diferente nesse sentido; ela possui uma dimensão financeira concernente à irresponsabilidade praticada no sistema financeiro e à omissão das agências reguladoras, contando, além disso, com o “inevitável” resgate governamental, mas suas causas mais profundas não podem ser encontradas nessa descrição financeira.

Roberts utiliza o trabalho do economista Argentino Esteban Maito que verifica a mesma queda na taxa de lucro a nível mundial, conforme reprodução no Gráfico 2:

Gráfico 2 – Taxa de Lucro Mundial (World) e Taxa Média de Lucro para países centrais (Core) e periféricos (Peripheral) (1869-2010)



Fonte: MAITO, 2014, p. 14

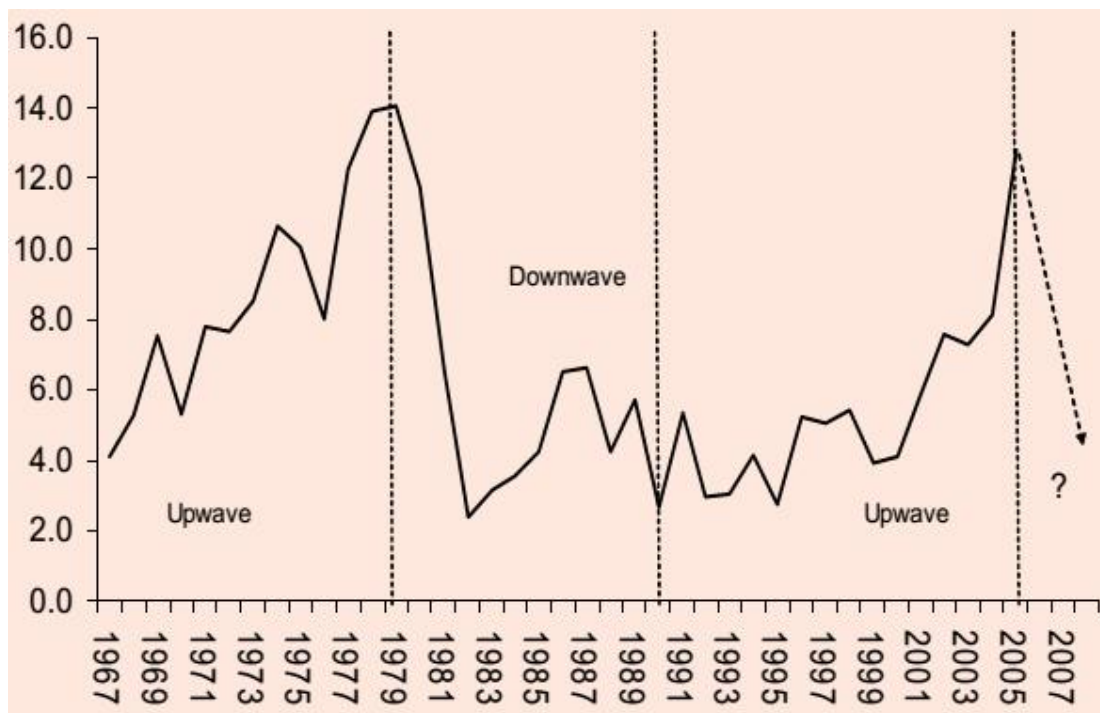
A lucratividade cai porque, com a recessão, o resultado da produção se efetiva, enquanto receitas, em mercadorias disponíveis não consumidas. Os ciclos de lucratividade coexistem, e são fatores causais, também com os ciclos do mercado de trabalho, de moradia, de produção e de preços. Estes diversos ciclos ocorrem concomitantemente, e sua combinação, no momento da fase de queda, dá a tônica e afeta a intensidade das crises. Conforme a perspectiva de Roberts, esse é o tipo de evento que não aconteceria num sistema planejado para atender às necessidades das pessoas, ao invés de gerar lucros.

O ciclo das moradias, por exemplo, possui uma dinâmica cuja duração é de cerca de 80 anos. Nessa última grande recessão experimentada pela economia capitalista, o final desse ciclo foi potencializado pelo aporte de recursos financeiros que buscam lucrar através da especulação nesse setor. Por isso, a bolha formada no mercado estadunidense foi tão grande e abrangente, uma vez que ela canalizou recursos de diversos agentes localizados em diversas regiões do globo (ROBERTS, 2009).

Esses ciclos podem ser observados no Gráfico 3 que mostra a variação percentual anual nos preços das moradias para a economia estadunidense. O Gráfico também mostra a correspondência entre sua ocorrência e a eclosão da crise do subprime, o que tornou mais

agudos seus efeitos nos negócios ligados ao setor (moradias) e dramática a situação das famílias que hipotecaram suas residências no período de euforia e crédito fácil.

Gráfico 3 – Preço das moradias nos Estados Unidos (variação percentual anual)



Fonte: ROBERTS, 2009, p. 62

Desse modo, os investimentos no setor produtivo assumem uma importância crucial, pois eles representam a ação mais “sadia” e garantidora da expansão da acumulação de capital, ou de acionamento do nível de atividade econômica. Corresponde aos meios mais capazes de estimular o crescimento e dinamizar a economia; porém, o que se observa atualmente é uma destinação cada vez maior dos recursos aos setores não produtivos. Por conseguinte, em termos lógicos atinentes à dinâmica capitalista, pode ser afirmado que as economias onde os lucros são utilizados para ampliação da produção se mostram historicamente mais estáveis e com taxa de crescimento positivas ao longo do tempo, à medida que apresentam um processo de inovações e melhoramentos que levam à redução dos custos e fornecem novo fôlego aos lucros. Todavia, esse resultado “virtuoso” não se prolonga indefinidamente, já que mesmo o reinvestimento não detém o afluxo de novos empresários em busca de lucro, o que também conduzirá a uma queda na lucratividade.

Michael Roberts vai ao encontro do pensamento desenvolvido pelo economista Henryk Grossman (1881-1950), segundo o qual, há uma piora progressiva nas sucessivas crises pelas quais o sistema passa; até que em alguma data futura chegue o momento de sua superação. Por alguma razão impossível de prever, deve ocorrer a passagem a um novo modo de produção desconhecido: não se sabe se melhor ou pior que o atual.

Chris Harman, outro autor marxista atuante neste debate, argumenta que o capitalismo histórico tem se mostrado um sistema gerador de crises (HARMAN, 1999). Em sua argumentação afirma que, para superar a queda na taxa de lucro, as empresas tradicionalmente forçam um aumento na exploração da força de trabalho ou gera-se uma destruição de capital. Alguns capitalistas vão à bancarrota e outros se beneficiam do barateamento dos recursos não utilizados (máquinas, matérias-primas, mão de obra), recuperado assim uma maior lucratividade.

As crises são a solução para os problemas gerados pelas contradições do capital e, ao mesmo tempo, engendram em si mesmas as condições presentes na fase seguinte de recuperação, as qual criarão as novas contradições que levarão à crise seguinte. Nesse sentido, Harman destaca que essas são lições aprendidas da história e não princípios aguardando verificação.

Em 2008 as ações dos governos seguraram a continuidade do colapso do sistema mediante injeções de recursos públicos, ressuscitando bancos já mortos, os quais foram mantidos funcionais. Esses são os zumbis (mortos-vivos) sobre os quais Chris Harman (2010) fala em seu livro “Zombie Capitalism”. As contínuas emissões de dinheiro dos governos seria uma tentativa de forçar a recuperação através da formação de bolhas que estimulariam a economia, ainda que artificialmente.

6.3.2 Marxistas Keynesianos

Nesta linhagem de autores que se reivindicam como integrantes do pensamento marxista, encontramos como explicação para o declínio e a crise uma argumentação centrada na contínua não realização do valor das mercadorias produzidas. Em outras palavras, o problema decorre da falta da demanda efetiva, o que aproxima essa formulação daquela defendida pelos

economistas keynesianos. Eleutério Prado (2013) situa alguns autores nessa perspectiva: Paul A. Baran, Paul M. Sweezy, David Harvey, Yanis Varoufakis, John B. Foster e Fred Magdoff.

Isso não significa que esses autores negam a queda da taxa de lucro. Eles apenas argumentam que a queda na taxa de lucro é uma consequência da estagnação e não a sua causa. Cabe um espaço para os governos agirem e minimizarem os aspectos negativos do sistema capitalista: Varoufakis destaca o papel dos mecanismos internacionais de governança, Baran e Sweezy dão atenção às políticas distributivas e incentivos ao investimento, enquanto David Harvey ressalta as diferentes formas históricas de manifestação das crises e a permanente luta de classes que se materializa em políticas públicas sempre alinhadas com os interesses do grupo social hegemônico do momento.

Varoufakis (2011), que se destacou recentemente, quando do ápice da crise da dívida da Grécia, ao assumir ao posto de Ministro das Finanças daquele país em um governo capitaneado pela coligação de esquerda Syriza, chama o capitalismo de um sistema gerador de crises (*crisis-generating system*). Considera que, nesse sistema, as empresas passam por ciclos de crescimento, consolidação, declínio e morte, sendo em seguida substituídas por outras empresas mais vibrantes e com maior capacidade para gerar lucros. No interior dessa dinâmica há uma disputa entre os trabalhadores e os empresários, que se reflete na disputa pelo nível salarial e nas pressões sobre a taxa de desemprego. Esse processo segue se repetindo na história do capitalismo e as crises que dele decorrem são eventos recorrentes, os quais podem ainda serem agravados por operações monetárias e financeiras.

Baran e Sweezy (1974) e Baran (1960) argumentam que se localiza no interior no capitalismo monopolista¹⁷ uma tendência de crescimento do excedente. Devido ao poder que as empresas possuem em formar preços e repassar os custos aos consumidores, tanto os lucros absolutos, como os lucros tomados como parcela do produto total, possuem uma trajetória ascendente. O excedente é a parcela da mais-valia que é acumulada e se materializa em consumo, investimento ou desperdício. Ele pode ser compreendido de duas formas: o excedente efetivo, que corresponde à poupança corrente ou acumulação. E o excedente potencial, que é a

¹⁷ Como os autores explicam, capitalismo monopolista refere-se à fase do capitalismo caracterizada pela grande empresa que pode afetar os preços praticados e onde o estado está organizado a fim de beneficiá-la.

diferença entre o que poderia ser produzido caso a economia operasse em plena capacidade e o consumo indispensável.

A transformação do excedente potencial em excedente efetivo é uma tarefa que implica modificações estruturais na sociedade. Significa lidar com as quatro formas em que o excedente potencial aparece: trabalho improdutivo, desemprego, desperdício e consumo supérfluo. Além dessas formas, existe a questão posta pelo aumento da renda dos detentores do excedente, em que a parcela que é dedicada ao consumo tende a declinar. O desejável, portanto, pensando de uma maneira keynesiana, seria que um maior montante do excedente pode ser direcionado ao investimento, resultando em um crescimento mais rápido da capacidade de produção vis-à-vis o produto real. Contudo, em termos concretos, “Mais cedo ou mais tarde, a capacidade excedente torna-se tão grande que desestimula qualquer novo investimento” (BARAN; SWEEZY, 1974, p. 88). Ao cair o investimento, cairão com ele a renda e o nível de emprego, gerando recessões e depressões econômicas.

Essa realidade torna-se um pouco mais complexa quando analisada na perspectiva de uma economia dinâmica e inserida internacionalmente. A parcela do excedente disponível para investimento passa a ter outras possibilidades: novos métodos de produção e novos produtos, investimentos para atender às necessidades de uma população que cresce ou cujo poder aquisitivo aumenta e os investimentos no exterior (apesar de os retornos do Investimento Direto Externo representarem um maior volume de entradas no futuro).

Apesar dessas possibilidades, Harvey (2011) demonstra que esse excedente é cada vez menos direcionado para atividades produtivas e mais em ativos financeiros. Mesmo os lucros corporativos financeiros das empresas estadunidenses, por exemplo, como um todo, hoje superam seu lucro derivado da produção. Paralelamente a isso, a participação no PIB dos salários vem caindo consistentemente e são criados mecanismos para garantir que a renda seja concentrada nas mãos dos mais ricos, o que se traduz em um projeto de classe implementado globalmente e que recebe o nome de neoliberalismo (HARVEY, 2008).

Harvey afirma que, até a década de 1980, os petrodólares que inundavam Nova Iorque eram direcionados para países em desenvolvimento, mas a dificuldade de lidar com a dívida nesses

países fez com que esse fluxo fosse alterado. Esse tipo de situação, que dificulta a circulação, é sempre uma ameaça de crise “definida como uma condição em que os excedentes de produção e reinvestimentos estão bloqueados” (HARVEY, 2011, p. 45). A maior integração dos mercados financeiros e sua informatização deu um novo alento ao permitir que os capitais se movimentassem internacionalmente sempre em busca das melhores oportunidades de lucro. A desregulamentação das operações possibilitava inúmeras possibilidades: desde uma opção sobre mudança climática até uma aposta contra unidades monetárias ameaçadas.

Em outra esfera, o fortalecimento do FMI nessa década e seus programas de ajuste forçavam os países a realizarem reformas austeras para garantir o pagamento das instituições financeiras. Sua cartilha busca garantir que o sistema neoliberal funcione, daí os epicentros da crise (EUA e Europa) continuarem a ver os bancos lucrando e novos bilionários aparecendo, enquanto as rendas e propriedades dos trabalhadores são reduzidos. Há grupos, como os financistas, para os quais a crise atual não representa uma situação problemática, e sim uma grande e obscena oportunidade de lucrar; o argumento mais usado para justificar sua lucratividade afirma que essas pessoas devem ganhar mais porque serão elas que farão os investimentos que aquecerão a economia (HARVEY, 2011).

Esse investimento é direcionado para destinos mais rentáveis que as atividades produtivas: títulos mobiliários, obras de arte e criação de novos mercados através dos quais o dinheiro possa gerar mais dinheiro. Os excedentes acumulados no decorrer dos anos se deparam com a dificuldade de encontrar novas oportunidades para investir e esses limites incluem restrições de natureza física. Quase não há lugar no globo onde o capital não esteja em busca de valorização. A necessidade de controlar o crescimento é cada vez mais imperativa e a maneira como tem sido implementada na perspectiva neoliberal ocorre através da associação entre estado e finanças, em que o primeiro alimenta o segundo através da manutenção de débitos e pagamento de juros. Por isso, os ministros das finanças (da Fazenda) e os presidentes dos bancos centrais ganham tanto destaque, dado que eles são os mais expressivos representantes donexo Estado-finanças.

Ainda de acordo com Harvey, a única forma por meio da qual os governos conseguem impor sua agenda atualmente é quando conseguem coordenar o estabelecimento de diretrizes

internacionalmente. Os governos estadunidenses, por exemplo, são reféns dos interesses do capital financeiro e, apesar de utilizarem o discurso da democracia em sua política exterior, na prática comportam-se como uma plutocracia. E, na Europa, os governos democraticamente eleitos são pressionados a darem lugar para tecnocratas que se comportem de acordo com as expectativas mercantis (HARVEY, 2011).

Por isso, Harvey (2011) entende que não há uma única forma de manifestação das crises; em sua opinião, elas se manifestam de forma condicionada pelos fatores conjunturais responsáveis pelo bloqueio ao processo de acumulação. O capitalismo nunca resolveu sua tendência à crise, visto que os obstáculos são contornados através do deslocamento geográfico e da mudança entre setores da economia. As principais dificuldades presentes na história das crises são os limites naturais, as mudanças tecnológicas, a desproporcionalidade entre os setores, a escassez de capital-dinheiro, os problemas trabalhistas, a falta de demanda efetiva e a indisciplina no processo de trabalho. A única forma de tornar esse sistema funcional é através da implementação do controle social do excedente, algo que, como David Harvey destaca, constitui uma ideia defendida por Hyman P. Minsky desde décadas atrás:

A visão sinóptica da crise atual diria: embora o epicentro se encontre nas tecnologias e formas de organização do sistema de crédito e do nexos Estado-finanças, a questão subjacente é o empoderamento capitalista excessivo em relação ao trabalho e à consequente repressão salarial, levando a problemas de demanda efetiva acentuados por um consumismo alimentado pelo crédito em excesso em uma parte do mundo e por uma expansão muito rápida da produção em novas linhas de produtos na outra parte. (HARVEY, 2011, p. 100).

Segue disso que, a crise de 2008 não é um evento isolado na história do capitalismo, apresentando-se, portanto, como mais uma das muitas que já ocorreram e fazem parte de uma sequência de crises que têm ocorrido recorrentemente desde a década de 1990 (Ásia, Argentina, México). As maiores crises do século XX, décadas de 20 e 70, geraram mudanças no funcionamento do sistema: nos anos 1920 foi o papel do Estado como força dinamizadora; já no anos 1970 foi a maior liberalização para a movimentação do capital empresarial. Na crise atual não apareceram ainda ideias novas, embora os ricos continuem acumulando riquezas e a situação dos pobres vai se tornando pior, enquanto a acumulação agora ocorre através da expropriação dos imóveis (EUA, Irlanda, Espanha e Leste Europeu) e pela redução dos salários.

Retornando às contribuições de Varoufakis (2011), constatamos que ele vai ao encontro desse argumento quando entende que uma nova fase do capitalismo se inicia na década de 1970, coincidindo com o abandono do sistema de Breton Woods¹⁸ e a inauguração das reformas neoliberais. Os Estados Unidos representam o grande minotauro da atualidade, que necessita ser alimentado pelo superávit dos outros países. Enquanto aumenta continuamente o seu déficit, o minotauro utiliza os recursos estrangeiros para manter seu crescimento e gerar a demanda (consumo interno) que beneficia a todos.

Esses recursos são direcionados aos Estados Unidos, porque ali encontram maior lucratividade (sobretudo em Wall Street) e, dessa forma, gera-se um ciclo que realimenta o sistema e o mantém em pé. A paz e a prosperidade desse período são mantidas com essa espécie de tributo que os países pagam ao minotauro. Tal enxurrada de divisas motivou os banqueiros e operadores financeiros em seus esforços de engenharia financeira, a fim de garantirem sua parcela de rentabilidade. Toda essa estrutura desenvolvida (incluindo os derivativos) durante décadas criou novas formas de capital que, agora apropriados por atores privados, começam a funcionar como dinheiro. Toda essa estrutura começa a ruir em 2008.

A partir de então, os Estados Unidos tornam-se incapazes de proverem a estabilidade (com o nível de consumo) que a economia internacional requer. A Zona do Euro, construída sobre essa estabilidade, inicia também sua trajetória de desintegração. A economia alemã, construída sobre uma moeda forte e exportações líquidas, encontra-se em apuros devido a essa incapacidade generalizada de pagamento das economias nacionais. Fala-se muito em débito e déficit dos países membros da União Europeia (UE), mas não se menciona o enorme montante de riqueza que não é investido e, por isso, não estimula a produção dos recursos que preencheriam essa lacuna.

O sistema europeu foi desenhado supondo a manutenção da “reciclagem” feita por Wall Street e do déficit gêmeo (déficit orçamentário do governo e déficit no comércio internacional) que o governo estadunidense alimentou em suas próprias contas. Além disso, parte dos recursos dos países superavitários da UE era dirigido para seus membros deficitários como forma de

¹⁸ A vigência do sistema de Breton Woods corresponde à primeira fase do capitalismo pós Segunda Guerra.

estimular a demanda agregada desse sistema. Com a erosão desse mecanismo após a eclosão da crise, a UE encara uma situação que coloca em risco sua existência.

Não há, no interior da Comunidade Europeia, um mecanismo para substituir o minotauro americano. Por outro lado, os países deficitários europeus estão fazendo os ajustes que empobrecem ainda mais os trabalhadores ou lhes tira o emprego. Resta à UE tentar exportar sua deflação para o resto do mundo e buscar em outros continentes uma demanda que realize sua oferta ociosa. O Euro foi criado supondo o funcionamento do sistema americano e sem a constituição de uma unidade política suficientemente forte para lidar com problemas econômicos que exigissem maior convergência. A falta de união política e fiscal tem sido um detrator que atrapalha a implementação de um New Deal que estimule eficazmente os países da UE.

Os programas de recuperação para a superação da crise e a trajetória do capitalismo desde a década de 1970 impõem maior sofrimento e precariedade para uma crescente parcela da população mundial. Por isso, Varoufakis argumenta que a crise iniciada em 2008 é um risco, não apenas para as instituições existentes, mas também para a própria civilização. A persistência em procurar remediar a situação através de deduções tomadas dos mesmos modelos que a geraram é destituída de sentido. Não se pode esquecer a lição de John Maynard Keynes sobre a incerteza estrutural que subjaz a todas as decisões no sistema econômico.

6.3.3 As causas estruturantes das crises

Há também esforços no sentido de tentar explicitar as causas estruturantes das crises, um aprofundamento na compreensão formal que subjaz às explicações dos tipos apresentados nas seções anteriores. É uma tentativa de estudar a gênese desses fenômenos, buscando acompanhar sua formação desde seu estado embrionário na produção da mercadoria e do valor (uma investigação sobre a crise enquanto “informação genética” na estrutura do capitalismo). O trabalho de Ribeiro (2008) pode ser compreendido nesse sentido.

A forma como é conduzida a proposta de investigação das crises, na obra citada, permitiria entendê-la a partir da noção de “desproporcionalidades”; o que não significa ser ela uma

explicação “desproporcionalista”, segundo a classificação de Carcanholo (1996). Duncan Foley, referindo-se às desproporcionalidades, afirma: “*These theories naturally center on the idea of the anarchy of capitalist production within the framework of the two-department analysis of reproduction in Marx's work*” (FOLEY, 1986, p. 146).

Ribeiro refaz o caminho de constituição do sistema capitalista começando pelo estudo da mercadoria e do par de contrários formado entre Valor e Valor de Uso (VU): “a contradição entre o caráter social da produção e o caráter privado da apropriação” (LENINE *apud* RIBEIRO, 2008, p. 145). A partir desse par é gestado o capitalismo histórico e, com ele, as crises que lhe são inerentes.

Em termos aristotélicos, a crise faz parte da essência (ou substância) do capitalismo e pode assumir diferentes aparências (ou formas). A primeira forma da crise é o dinheiro como meio de circulação: a não realização (ou dissociação) da par compra x venda. A segunda forma é o dinheiro como meio de pagamento: a não realização do dinheiro ideal (unidade de conta) em dinheiro real (meio de pagamento). A terceira forma da crise é a oposição entre a produção e a circulação: quando essa oposição não é superada através da reprodução. A quarta forma é a oposição entre consumo e produção: que se manifesta na afirmação da independência entre a circulação e a realização.

O impulso dado pela busca de valorização do capital estimula os seus proprietários a ampliarem suas operações (sua oferta) em busca de uma lucratividade sempre maior. Mas o resultado disso é a abundância de seu produto que nem sempre encontrará os consumidores no mercado. Nessa perspectiva, toda crise capitalista é uma crise de superprodução: pela sua não realização. Visto de outra forma: uma das características do capitalismo é a produção de um número sempre crescente de mercadorias, cujo limite é dado pelo lucro dos capitalistas e não pelas necessidades dos consumidores.

Por isso é possível falar de um efeito saneador produzido pelas crises (RIBEIRO, 2008). Elas destroem os capitais e geram as recessões, criando assim as condições para o surgimento de novas oportunidades de empreendimentos lucrativos. A destruição do capital produtivo possibilita os saltos qualitativos e quantitativos que inaugurarão o começo de um novo ciclo

de acumulação do capital, o qual já está prenhe das crises vindouras. Enquanto subsistir o capitalismo, subsistirão as crises.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Decidimos, quando nos propusemos a estudar a temática da crise econômica, iniciar o trabalho que agora concluímos, trazendo à tona uma discussão de fundo epistemológico, proposta no primeiro capítulo, a qual trouxe a contribuição de autores importantes para o debate sobre metodologia científica da segunda metade do século XX. Como foi constatado, portanto, subjaz a esse debate o questionamento a respeito da possibilidade de um acesso objetivo e imparcial à realidade (física e social). A conclusão e resposta a esse questionamento é negativa.

Sejam os paradigmas (com a incomensurabilidade) ou os programas de investigação (com os inescrutáveis núcleos rígidos), há sempre o componente de irracionalidade/subjetividade (não objetividade) presente nas ciências. Toda atividade humana vem acompanhada de uma “visão de mundo” que condiciona, quando não determina, seus desdobramentos. Por isso as querelas sobre a objetividade dão lugar na epistemologia à disputa sobre a efetividade dos métodos (no que diz respeito a suas capacidades explicativas).

Nesse sentido, a hermenêutica é inserida no debate como alternativa meta teórica para a reconstrução dos argumentos das diferentes posições. Apesar de a meta narrativa também pressupor uma “visão de mundo”, optamos por suspender a discussão temporariamente em benefício do pluralismo metodológico. Assim, ao concluir nossa pesquisa acerca do objeto de investigação escolhido, podemos constatar que estamos diante de quatro elaborações teóricas que se mostram sólidas dentro de seus argumentos e pressupostos; quatro narrativas concorrentes e irreduzíveis a uma “grande síntese”.

Os institucionalistas entendem que os desajustes e avanços (evolutivos) institucionais geram as crises. Estas podem ser entendidas como mudanças nas instituições, mas também têm o significado mais corrente de recessão. Os gatilhos para esses movimentos podem ser os mais variados e cada Estado nacional precisa encontrar o arranjo adequado para funcionar em seu contexto. Aquelas regiões que conseguem as configurações mais capazes de estimular seus agentes econômicos são as que obtêm os melhores resultados.

Por sua vez, os neo-schumpeterianos, evidentemente, acompanham a argumentação de Schumpeter sobre a importância das mudanças tecnológicas na produção das crises. A destruição criadora representa bem essa dinâmica que faz parte do capitalismo, apesar de ela também se apresentar na forma financeirizada ao final de cada grande ciclo. A depender da abrangência da mudança tecnológica, o impacto das crises será mais ou menos profundo: gerando recessão, desemprego e obsolescência. O desafio, nessa perspectiva, está em cada Estado realizar os estímulos necessários para que os agentes econômicos possam se posicionar na liderança do desenvolvimento tecnológico. Não qualquer tecnologia, mas aquela que será a chave na construção da nova etapa de crescimento.

Quanto aos pós-keynesianos, estes atribuem elevada importância ao desenvolvimento das finanças para a explicação das crises, sobretudo as mais recentes. Dessa forma, a expansão das finanças corresponde a um estímulo para que os investidores assumam riscos cada vez mais ousados, o que gera o enfraquecimento dos fundamentos de seus negócios (através da alavancagem) e, conseqüentemente, produzindo as recessões. Isso abala a confiança dos agentes e os inibem de fazer novos investimentos. Nesses momentos o Estado é chamado a exercer um papel fundamental, pois deve assumir o papel de reanimador da economia através de políticas fiscais e monetárias expansionistas, as quais, se traduzirão em novas oportunidades para os investidores e, ao mesmo tempo, resultarão em expansão do nível de atividade e do emprego.

No âmbito da economia internacional, os trabalhos do keynesianismo postulam pelo princípio da coordenação como elemento fundamental para a obtenção da estabilidade. Na ausência de instituições capazes e dispostas a orquestrar o ajuste entre os balanços de pagamento dos países, bem como garantir uma moeda estável para as trocas internacionais, não seria possível pensar em um sistema sustentável.

No que diz respeito aos marxistas, podemos afirmar que a crise é justificada pela ação de fatores que fazem com que a mesma se apresente mediante várias formas, mas, incontornavelmente relacionada à esfera da produção. Particularmente, quanto à última grande crise verificada no capitalismo, que eclodiu em 2008, a mesma acabou sendo designada pelo adjetivo “financeira”, pelo menos nos meios acadêmicos e de comunicação

conservadores, caracterização que acabou por impor a falsa impressão de que a solução para os males do capitalismo se relaciona apenas à suposta necessidade de colocar as finanças “nos trilhos” a fim de que tudo o mais voltasse à normalidade (supostamente sem crises). Entretanto, para o marxismo, o discurso hegemônico esconde um fato fundamental: enquanto houver capitalismo haverá crises.

Entre os marxistas diferentes ênfases são apresentadas acerca dos aspectos mais relevantes para a deflagração dos processos recessivos. Constata-se, no entanto, uma convergência em torno da necessidade de superação do capitalismo para que as crises deixem de existir. Por conseguinte, esse sistema seria estruturalmente contraditório, significando que sua propensão à instabilidade não poderia ser sanada.

Foi possível verificar que todas as concepções estudadas entendem ser o capitalismo um sistema histórico, assim como aqueles que o precederam. Os casos de aparente fatalismo histórico são pontuais e sem repercussão nos trabalhos analisados. Apesar disso, apenas nos trabalhos vinculados ao marxismo percebe-se um esforço em pensar alternativas a esse sistema. Nas demais abordagens os esforços e propostas se encaminham no sentido de reforma para manutenção do mesmo.

Os paradigmas aqui analisados afirmam, de uma forma ou de outra, que o capitalismo, em sua história, assim como os Estados nacionais, passa por etapas ou ciclos, de forma virtuosa ou não, a depender da posição que ocuparem quanto a seu desenvolvimento tecnológico (shumpeterianos), nível de confiança na economia (keynesianos) ou eficiência institucional (institucionalistas). Quanto a essa questão, contudo, os marxistas vão mais longe e destacam a importância das relações de poder e a posição dos países na divisão internacional do trabalho como fatores que explicam as diferentes condições em que cada país se posiciona no contexto da economia mundial.

Divergindo dessa postura, os schumpeterianos e institucionalistas entendem que as crises podem ter um papel positivo: quando os Estados conseguem aproveitar esses momentos para se reformularem de modo a entrar no novo ciclo de maneira fortalecida, seja fazendo o *catching-up* tecnológico, ou tornando eficientes suas instituições. A crise será negativa quando

isso não ocorrer, ou quando o Estado sair desses períodos mais enfraquecido. Não obstante essa observação, o conceito de crise ainda é associado a recessões e piora geral nas condições de vida.

Por fim, ressalte-se que as quatro correntes aqui abordadas situam a Economia no campo das Ciências Sociais e escapam às fisicidades, desse modo, negando a Física como modelo ideal, posição esta ainda em voga. Tal postura abre espaço para posicionamentos de caráter ético (responsáveis) na escolha e condução das pesquisas, bem como no que concerne à seleção de políticas econômicas que daí possam decorrer. Cada uma destas teorias carrega valores, mais ou menos explícitos, que serão importantes à medida que as pesquisas começam a mostrar seus resultados e passam a servir como base para decisões que afetam a vida em sociedade.

REFERÊNCIAS

- AMADEO, Edward J.; DUTT, Amitava Krishna. Os Keynesianos Neo-ricardianos e os Pós-keynesianos. In: LIMA, Gilberto Tadeu; SICSÚ, João. **Macroeconomia do emprego e da renda: Keynes e o keynesianismo**. Barueri: Manole, 2003, 556 p. cap. 4, p. 77-144.
- ANDERSSON, Niclas. **A mesoeconomic analysis of the construction sector**. Lund: Lund University, 2003.
- ANDRADE, Rogério Pereira de. Expectativas, incerteza e instabilidade no capitalismo: uma abordagem a partir de Keynes. **Revista de Economia Política**, v. 7, n. 2, p. 81-95, abr./jun. 1987.
- ARBIX, Glauco. Estratégias de inovação para o desenvolvimento. **Tempo Social, Revista de Sociologia da USP**, v. 22, n. 2, p.167-185, nov. 2010.
- ARENA, Richard; DOW, Sheila; KLAES, Mathias. **Open economics: economics in relation to other disciplines**. London: Routledge, 2009.
- AREND, Marcelo. **50 Anos de industrialização do Brasil (1955-2005): uma análise evolucionária**. 2009. 252 f. Tese (Doutorado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, UFRGS, Porto Alegre, 2009.
- ARRUÑADA, Benito. La estructura contractual de la empresa. In: FEBRERO, R. **Qué es la economía**. Madrid: Pirámide, 1997, p. 583-615.
- ARVANITIDIS, Paschalis. The diverse traditions of institutional economics: conceptual and methodological underpinnings. **Discussion Paper Series**, v. 10, n. 12, p. 317-350, Volos, out. 2004. <http://www.prd.uth.gr/uploads/discussion_papers/2004/uth-prd-dp-2004-12_en.pdf>, Acesso em: 20 jan. 2015.
- AZURMENDI, Baleren Bakaikoa; ARAMBURU, Amaia Agirre; AMOZARRAIN, Anjel Errasti. The Neo-Schumpeterian model of economic development in the basque country: the role of social economy. **CIRIEC-España, Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa**, Espanha, n. 62, Special Issue, p.121-145, out. 2008.
- BACKHAUS, Jürgen. **Joseph Alois Schumpeter: entrepreneurship, style and vision**. New York: Kluwer Academic Publishers, 2003. 365p.
- BACKHOUSE, Roger E.; FONTAINE, Philippe. **The history of the social sciences since 1945**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- BARAN, Paul A. **A economia política do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1960.
- BARAN, Paul A.; SWEEZY, Paul M. **Capitalismo monopolista: ensaio sobre a ordem econômica e social americana**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

BAUMOL, William J.; NELSON, Richard R.; WOLFF, Edward N. **Convergence of Productivity**: Cross-National Studies and Historical Evidence. New York: Oxford University Press, 1994. 356p.

BOMBASSARO, Luiz Carlos. **As fronteiras da epistemologia**: uma introdução ao problema da racionalidade e da historicidade do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 1992.

BOYER, Robert A. The diversity and future of capitalisms: a régulationnist analysis. In: HODGSON, Geoffrey M; ITOH, Makoto; YOKOKAWA, Nabuharu. **Capitalism in evolution**: global contentions – east and west. Cheltenham: Edward Elgar, 2001. 219 p. cap. 7, p. 100-124.

BUENO, Newton P. Complexidade e evolução: uma nota sobre as estruturas dos modelos neo-schumpeterianos. **RBE**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 4, p.487-498, out./dez. 1996.

CALDWELL, Bruce. **Beyond positivism**: economic methodology in the twentieth century. Revised edition. London: Routledge, 1994.

_____. The case for pluralism. In: DE MARCHI, N. **The popperian legacy in economics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

_____. The methodology of scientific research programmes in economics: criticisms and conjectures. In: SHAW, Graham K. **Economics, culture and education**: essays in honour of Mark Blaug. Nothampton: Edward Elgar, 1991.

_____. The trend of methodological thinking. **Rivista Ricerche Economiche**, v. 43, p. 8-20, gennaio-giugno, 1989.

CALLE, Stella del Pilar Venegas. La crisis económica de 2008. Algunas reflexiones teóricas a partir de J.M. Keynes y H. P. Minsky. **Criterio Libre**, Bogotá, v. 8, n. 12, p. 93-114, jan./ jun. 2010.

CARABELLI, Anna. Keynes on cause, change and possibility. In: LAWSON, Tony; PESARAN, Hashem. **Keynes' economics**: methodological issues. Oxon: Routledge, 2009. 225 p. cap. 9, p. 115-138.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. **Causas e formas de manifestação da crise**: uma interpretação do debate marxista. 1996. 189 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1996.

CARVALHAL, Raquel Lourenço do; Bourdeaux-Rêgo, Ricardo. Teoria do agente, teoria da firma e os mecanismos de governança corporativa no Brasil. **Relatório de Pesquisa em Engenharia de Produção**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 13, 2010.

CARVALHO, Fernando J. Cardim de. Fundamentos da escola pós-keynesiana: a teoria de uma economia monetária. In: AMADEO, E. (Org.). **Ensaio sobre economia política moderna**. São Paulo: Marco Zero, 1989.

CASTELLI, Jonattan Rodriguez; CONCEIÇÃO, Octavio A. C. Instituições, mudança tecnológica e crescimento econômico: uma aproximação das escolas neo-schumpeteriana e institucionalista. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPEC, 42. , 2014, Natal. **Anais...** Niterói: ANPEC, 2014. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro/2014/submissao/files_I/i1-8ae46b512ac74c2172ab79ad32fe9800.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2015.

CECHIN, Andrei Domingues e VEIGA, José Eli da. A economia ecológica e evolucionária de Georgescu-Roegen. **Revista de Economia Política**, v. 30, n. 3, p. 438-454, jul./set. 2010.

CHANDLER, Alfred D.; HAGSTRÖM, Peter; SÖLVELL, Örjan. **The dynamic firm: the role of technology, strategy, organization, and regions**. Oxford: Oxford University Press, 2003. 488p.

CHANG, Ha-Joon. **Kicking away the ladder: development in historical perspective**. Londres: Anthem, 2002.

CHICK, Victoria. Theory, method and mode of thought in Keynes's general theory. In: BIENNIAL CONFERENCE, 2002, Atlanta. **Anais...** local: International Network for Economic Method (INEM), sept. 2002.

_____. **Economics and the good life: Keynes and Schumacher**. 2012. Disponível em:<<https://weaethicsconference.files.wordpress.com/2012/03/chick-ethics-feb121.pdf>>. Acesso em: 2 fev. 2015.

COASE, Ronald. The new institutional economics. **The American Economic Review**, v. 88, n. 2, p. 72-74, maio 1998.

_____. The nature of the firm. **Economica**, v. 4, p. 386-405, nov. 1937.

CONCEIÇÃO, Octavio A. C. Os antigos, os novos e os neo-institucionalistas: há convergência teórica no pensamento institucionalista? **Revista Análise Econômica**, Porto Alegre, v. 19, n. 36, mar. 2000.

_____. A contribuição das abordagens institucionalistas para a constituição de uma teoria econômica das instituições. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 23, n. 1, p. 77-106, 2002.

_____. Além da transação: uma comparação do pensamento dos institucionalistas com os evolucionários e pós-keynesianos. **Economia**, Brasília (DF), v.7, n.3, p.621-642, set./dez. 2007.

_____. A dimensão institucional do processo de crescimento econômico: inovações e mudanças institucionais, rotinas e tecnologia social. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 17, n. 1, p. 85-105, abr. 2008.

CORIAT, Benjamin; DOSI, Giovanni. The institutional embeddedness of economic change: an appraisal of the 'evolutionary' and 'regulationist' research programmes. In: HODGSON, Geoffrey M. **A modern reader in institutional and evolutionary economics**, Cheltenham:

Edward Elgar, 2002. 270p. cap. 6, p. 95-123.

CORIAT, Benjamin; WEINSTEIN, Oliver. Organizations, firms and institutions in the generation of innovation. **Research Policy**, v. 31, p. 273–290, 2002.

COSTA, Odorico de Moraes Eloy da. **Desenvolvimento na perspectiva estruturalista e neoschumpeteriana** – a inovação como elemento de convergência. Fortaleza: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará, 2011. (Texto para discussão, n. 96).

COUTROT, Jean. Les fluctuations économiques a longue période et la crise mondiale. In: CENTRE POLYTECHNICIEN D'ETUDES ECONOMIQUES. **De la recurrence des crises économiques**. Paris: Economica, 1982.

DATHEIN, Ricardo. **O crescimento do desemprego nos países desenvolvidos e sua interpretação pela teoria econômica**: as abordagens neoclássica, keynesiana e schumpeteriana. 2000. 256f. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) – UNICAMP, Campinas, 2000.

DAVID, Paul. Path dependence – a foundational concept for historical social science. **Forthcoming in Cliometrica — The Journal of Historical Economics and Econometric History**, v.1, n.2, jan. 2007.

DAVIDSON, Paul. **Financial markets, money and the real world**. Cheltenham: Edward Elgar, 2002. 276 p.

_____. Securitization, liquidity, and market failure. **Challenge**, v. 51, n. 3, p. 43–56, maio/jun. 2008.

_____. **John Maynard Keynes**. Trad. Maria Palma. São Paulo: Actual, 2011. 342 p. (Coleção Grandes Pensadores da Economia).

DEQUECH, David. Bounded rationality, institutions, and uncertainty. **Journal of Economic Issues**, v. 35, n. 4, dez. 2001.

_____. Instituições: questionando a divisão micro-macro da economia e de seu ensino. **Economia**, Brasília (DF), v. 14, n. 1C, p.1–21, set./dez. 2013.

DOPFER, Kurt. The origins of meso economics. **Journal of Evolutionary Economics**, v. 22, n. 1, p.133-160, jan. 2012.

DOSI, Giovanni. Institutions and markets in a dynamic world. **The Manchester School**, v. 56, n. 2, jun. 1988.

DOW, Alexander; DOW, Sheila C. Animal spirits and rationality. In: LAWSON, Tony; PESARAN, Hashem. **Keynes' economics**: methodological issues. Oxon: Routledge, 2009. 225 p. cap. 3, p. 34-48.

DOW, Sheila C. Keynes, post keynesians and methodology. In: DOW, Sheila C; HILLARD,

John. **Post keynesian econometrics, microeconomics and the theory of the firm**: Beyond Keynes. Cheltenham: Edward Elgar, 2002. 276 p. v.1, cap. 11, p. 162-75.

_____. Plurality in orthodox and heterodox economics, **The Journal of Philosophical Economics**, v. 1, n. 2, p. 73-96, 2008.

_____. Methodology and post-keynesian economics. In: HARCOURT, G.C.; KRIESLER, P. **Handbook of post-keynesian economics**. Oxford: Oxford University Press, 2013a. p. 80-99.

_____. Codes of ethics for economists: a pluralist view. **Economic Thought**, v. 2, n. 1, p. 20-29, 2013b.

_____. **Moral hazard and the banking crisis**. Disponível em: <http://www.boeckler.de/pdf/v_2010_10_29_dow.pdf> . Acesso em: 10 nov. 2014.

DUAYER, Mário. A ontologia social organicista pós-keynesiana: ruptura com o neoclassicismo? **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 190-217, 1995.

----- . Marx e a crítica ontológica da sociedade capitalista: crítica do trabalho. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 29, p. 35-47, jan./jun. 2012.

DULBECCO, Philippe; DUTRAIVE, Véronique. The meaning of the market: comparing Austrian and institutional economics. In: HODGSON, Geoffrey M. **The evolution of economic institutions: a critical reader**. Cheltenham: Edward Elgar, 2007. 314 p. cap. 9, p. 160-180.

DUNN, Stephen P. A post keynesian approach to the theory of the firm. In: DOW, Sheila C. ; HILLARD, John. **Post keynesian econometrics, microeconomics and the theory of the firm**: Beyond Keynes. Cheltenham: Edward Elgar, 2002. 276 p. cap. 5, p. 60-80. v. 1.

ELSNER, Wolfram; HEINRICH, Torsten. The size dimension of complex economies - towards a meso-economics: the size of interaction arenas and the emergence of meso-platforms of institutional coordination. In: ELSNER, Wolfram; HEINRICH, Torsten; SCHWARDT, Henning. **The microeconomics of complex economies evolutionary, institutional, and complexity perspectives**. San Diego: Elsevier, 2015. p. 419-447.

FAGERBERG, Jan; SRHOLEC, Martin; VERSPAGEN, Bart. **Innovation and economic development**. United Nations University. Maastricht: 2009. 74p. (Working Paper Series, 032).

FERNANDEZ, Ramon. A metodologia como argumento para uma economia pluralista. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 16., 2011, Uberlândia. **Anais... Niterói: ANPEC**, 2011. Disponível em: <<http://www.sep.org.br/artigos/download?id=1784>>. Acesso em: 10 maio 2015.

FERRARI FILHO, Fernando; CONCEIÇÃO, Octavio Augusto Camargo. A noção de incerteza nos pós-keynesianos e institucionalistas: uma conciliação possível? **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 11, n. 1, p. 99-122, jul. 2001.

FERRARIS, Maurizio. **Historia de la hermeneutica**. Tradução: Jorge Pérez de Tudela. Madrid: Akal, 2000.

FERREIRA JUNIOR, Hamilton de Moura Ferreira; SANTOS FILHO, Otaviano Canuto dos. Coréia do Sul e Taiwan: Notas sobre a política industrial. **Revista de Economia Política**, v. 10, n. 2, p.116-131, abr./jun. 1990. IMPRIMIR

FIANI, Ronaldo. **Arranjos institucionais e desenvolvimento**: o papel da coordenação em estruturas híbridas. Rio de Janeiro: Ipea, 2013. (Texto para discussão, n. 1815).

FLASCHEL, Peter. **The macrodynamics of capitalism**: elements for a synthesis of Marx, Keynes and Schumpeter. Berlin: Springer-Verlag, 2009.

FOLEY, Duncan K. **Marx's economic theory**. Cambridge: Harvard University Press, 1986.

FOSTER, John; POTTS, Jason. **A micro-meso-macro perspective on the methodology of evolutionary economics**: integrating history, simulation and econometrics. Queensland: School of Economics, The University of Queensland, 2007. (Discussion paper, n. 343).

FOXON, Timothy J. *et al.* Towards a new complexity economics for sustainability. **Cambridge Journal of Economics**, v. 37, p. 187–208, 2013.

GADAMER, Hans Georg. **Verdad y Metodo**. Trad. Ana Agud Aparicio e Rafael de Agapito. Salamanca: Sígueme, 1977. v. 1.

_____. **Verdad y metodo**. Trad. Manuel Olasagasti. Salamanca: Sígueme, 1992. v. 2.

HAGEMANN, Harald. Schumpeter on development. In: SHIONOYA, Yuichi; NISHIZAWA, Tamotsu. **Marshall and Schumpeter on evolution**: economic sociology of capitalist development. Cheltenham: Edward Elgar, 2008, cap. 11, p. 225-242.

HANUSCH, Horst; PYKA, Andreas. **Elgar companion to neo-schumpeterian economics**. Cheltenham: Edward Elgar, 2007.

HARMAN, Chris. **Explaining the crisis**: a marxist re-appraisal. Chicago: Bookmarks, 1999.

_____. **Zombie Capitalism**: global crisis and the relevance of Marx. Chicago: Haymarket Book, 2010.

HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

_____. **A companion to Marx's Capital**. New York: Verso, 2010. 357p.

_____. **O enigma do Capital**: e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011. 235p.

HAWKINS, Penelope; TORR, Christopher. Unemployment in a small open economy. In:

DOW, Sheila; ARESTIS, Philip; DESAI, Meghnad. **Money, macroeconomics and Keynes: essays in honour of Victoria Chick**. Oxon: Routledge, 2001, 238p. v.1. cap. 18, p. 182-192.

HENDERSON, Willie. Metaphor and economics. In: BACKHOUSE, Roger E. **New directions in economic methodology**. London: Routledge, 1994.

HERMAN, Radu; AVRAM, Remus. The contribution of the neo-schumpeterian approach to the development of the economic theory: emphasis on the meso-economic level. **Theoretical and Applied Economics**, v. 18, n. 7, p.111-132, 2011.

HOBBSAWM, Eric. **How to change the world: reflections on Marx and marxism**. New Haven: Yale University Press, 2011. 479p.

_____. **Sobre história**. Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

HODGSON, Geoffrey M. The approach of institutional economics. **Journal of Economic Literature**, v. 36, n. 1, p. 166-192, mar. 1998.

_____. The mystery of the routine: the darwinian destiny of an evolutionary theory of economic change. **Revue Économique**, v. 54, n. 2, p. 355-384, mar. 2003.

_____. **Economía institucional y evolutiva contemporánea**. Traducción: Mauricio Grobet y Alberto Malean. México: Universidad Autónoma Metropolitana, 2007.

HOSHI, Takeo. Financial regulation: lessons from the recent financial crises. **Journal of Economic Literature**, v. 49, n. 1, p. 120-128, 2011.

ITOH, Makoto. The evolutionary spiral of capitalism: globalization and neo-liberalism. In: HODGSON, Geoffrey M; ITOH, Makoto; YOKOKAWA, Nabuharu. **Capitalism in evolution: global contentions – east and west**. Cheltenham: Edward Elgar, 2001. 219 p. cap. 11, p. 179-194.

JAPIASSU, Hilton. **A face oculta da ciência moderna**. Rio de Janeiro: Imago, 2013.

JONES, John Philip. **Keynes's vision: why the great depression did not return**. Oxon: Routledge, 2008. 241p.

KAHNEMAN, Daniel. **Rápido e devagar: duas formas de pensar**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

KEYNES, John Maynard. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. 328p.

KEYNES, John N. **The scope and method of political economy**. Kitchener: Batoche Books, 1999.

KING, John E. Some elements of a post keynesian labour economics. In: DOW, Sheila C; HILLARD, John. **Keynes, uncertainty and the global economy: beyond Keynes**.

Cheltenham: Edward Elgar, 2002. 329 p. v.2. cap. 5, p. 68-87.

KLIMAN, Andrew. **Reclaiming Marx's "Capital":** a refutation of the myth of inconsistency. Lanham: Lexington Books, 2007.

_____. **The failure of capitalist production:** underlying causes of the great recession. London: Pluto Press, 2011.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas.** 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.

LAKATOS, Imre; MUSGRAVE, Richard. **Criticism and the growth of knowledge.** Cambridge: Cambridge University Press, 1970.

_____. **The methodology of scientific research programmes:** philosophical papers. Cambridge: Cambridge University Press, 1977. v.1.

LANGLOIS, Richard N. **The dynamics of industrial capitalism:** Schumpeter, Chandler, and the new economy. New York: Routledge, 2007. 133 p.

LAQUEUR, Thomas. **La construccion del sexo.** Madrid: Catedra, 1994.

LEFEBVRE, Henri. **Dialectical materialism.** Minneapolis: Minnesota Press, 2009.

LEIJONHUFVUD, Axel. Schools, 'revolutions', and research programmes in economic theory. In: LATSIS, Spiro J. **Method and appraisal in economics.** Cambridge: Cambridge University Press, 1976.

LIMA, Luiz Antonio de Oliveira. A teoria do dinheiro em uma economia monetária: a análise de Keynes. In: LIMA, Gilberto Tadeu; SICSÚ, João. **Macroeconomia do emprego e da renda:** Keynes e o keynesianismo. Barueri: Manole, 2003, 556 p. cap. 9, p. 301-338.

LOASBY, Brian J. The social science of economics. In: ARENA, Richard; DOW, Sheila; KLAES, Mathias. **Open economics:** economics in relation to other disciplines. London: Routledge, 2009.

LOUÇÃ, Francisco. Long waves, the pulsation of modern capitalism. In: HANUSCH, Horst; PYKA, Andreas. **Elgar companion to Neo-Schumpeterian economics.** Cheltenham: Edward Elgar, 2007, cap. 48, p.766-774

MADISON, G.B. Getting beyond objectivism: the philosophical hermeneutics of Gadamer and Ricoeur. In: LAVOIE, Don. **Economics and hermeneutics.** London: Routledge, 1990.

MAGNUSSON, Lars. **Evolutionary and neo-schumpeterian approaches to economics.** Detroit: Kluwer Academic Publishers, 1994. 323 p.

MAGNUSSON, Lars; OTTOSSON, Jan. **The evolution of path dependence.** Cheltenham: Edward Elgar, 2009.

MAITO, Esteban Ezequiel. **The historical transience of capital**: the downward trend in the rate of profit since XIX century. Munich: University Library, maio 2014. (MPRA Paper, n. 55894).

MÄKI, Uskali. The one world and the many theories. In: SALANTI, Andrea; SCREPANTI, Ernesto. **Pluralism in economics**: new perspectives in history and methodology. Cheltenham: Edward Elgar Publishing Limited, 1997.

MARCH, J. G.; SIMON, Herbert A. **Teoria das organizações**. Rio de Janeiro: FGV, 1972.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política, livro terceiro: o processo global de produção capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. v.5.

_____. **O capital**: crítica da economia política, Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **O capital**: crítica da economia política, Livro II: o processo de circulação do capital. São Paulo: Boitempo, 2014.

MAZZUCATO, Mariana. **The entrepreneurial state**: debunking private vs. public sector myths. London: Anthem Press, 2013.

MAZZUCATO, Mariana; PEREZ, Carlota. Innovation as growth policy: the challenge for Europe. Brussels: Science Policy Research Unit, jul. 2014. (Working paper Series 2014-13).

MCNALLY, David. **Global slump**: the economics and politics of crisis and resistance. Oakland: PM Press, 2011.

MÉNARD, Claude. Oliver E. Williamson: des organisations aux institutions. **Revue d'Économie Politique**, v. 120, p.421-439, mar. 2010.

MÉNARD, Claude; SHIRLEY, Mary M. New institutional economics: from early intuitions to a new paradigm? St. Louis: Ronald Coase Institute. St. Louis, set. 2012. (Working paper, n. 8).

MINI, Piero V. Keynes's 'microeconomics': some lessons. In: DOW, Sheila C; HILLARD, John. **Keynes, uncertainty and the global economy**: Beyond Keynes. Cheltenham: Edward Elgar, 2002. 329 p. v.2. cap. 2, p. 19-44.

MINSKY, Hyman P. **Stabilizing an unstable economy**. New Haven: Yale University Press, 1986.

_____. **The financial instability hypothesis**. New York: Levy Economic Institute of Bard College, maio 1992. (Working paper, n. 74).

_____. **John Maynard Keynes**. New York: McGraw Hill, 2008.

MITCHELL, Wesley Clair. **Business cycles**. Berkeley: University of California Press, 1913.

MOLLO, Maria de Lourdes Rollemberg; LIMA, Gilberto Tadeu; SICSÚ, João. **Macroeconomia do emprego e da renda**: Keynes e o keynesianismo. Barueri: Manole, 2003, 556 p. cap. 13, p. 451-498.

MOREIRA, Herivelto; CALEFFE, Luiz Gonzaga. **Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

MORIN, Edgar. **El método I**: la naturaleza de la naturaleza. Madrid: Catedra, 1977.

_____. **Ciencia con conciencia**. Barcelona: Anthopos, 1984.

_____. **O método III**: o conhecimento do conhecimento. 2. ed. Mira-Sintra: Europa-América, 1996.

MORIN, Edgar; LE MOIGNE, Jean-Louis. **L'intelligence de la complexité**. Paris: Editions L'Harmattan: 1999.

MOUREAU, Nathalie; RIVAUD-DANSET, Dorothee. **L'incertitude dans les théories économiques**. Paris: Éditions La Découverte, 2004.

MÜLLER, Marcos Lutz. Exposição e método dialético em "O capital". **Boletim SEAF**, Belo Horizonte, n.2, 1982.

NASCIMENTO, Emerson Oliveira do. Os novos institucionalismos na ciência política contemporânea e o problema da integração teórica. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 1, p. 95-121, jan./jun. 2009.

NELSON, Richard. **As fontes do crescimento econômico**. Trad. Adriana Gomes de Freitas. Campinas: Unicamp, 2006.

NELSON, Richard; WINTER, Sidney. **Uma teoria evolucionária da mudança econômica**. Campinas: Unicamp, 2005.

NORTH, Douglas C. Dealing with a non-ergodic world: institutional economics, property rights, and the global environment. **Duke Environmental Law & Policy Forum**, Duke, v. 10, n. 1, p. 1-12, 1999.

_____. Desempenho econômico através do tempo. **Revista de Direito Administrativo**. Rio de Janeiro, v. 255, p. 13-30, set./dez. 2010.

NOTEBOOM, Bart. In what sense do firms evolve? **Papers on Economics and Evolution**. Max Planck Institute of Economics. Evolutionary Economics Group. Jena, n. 812, nov 2008.

NUNES, Jacinto. Introdução à epistemologia e metodologia económicas contemporâneas: o post-positivismo. Lisboa: Instituto Superior de Economia e Gestão. **Boletim de Ciências Económicas**, Coimbra, v.39, p.11-41, 1996.

OLIVEIRA, Tiago Luís Teixeira de. Sobre a questão do progresso científico: verossimilhança ou incomensurabilidade? **Síntese: Revista de Filosofia**, Porto Alegre, v. 41, n. 129, p. 129-144, 2014.

PARADA, Jairo J. Original institutional economics: a theory for the 21st century? **Oeconomicus**, v. 5, p. 46-60, 2001.

_____. Economía institucional original y nueva economía institucional: semejanzas y diferencias. **Revista de Economía Institucional**, v. 5, n. 8, primer semestre, 2003.

PAULANI, Leda Maria. Modernidade e discurso econômico: ainda sobre McCloskey. **Revista de Economia Política**, v. 19, n. 4, p. 78-95, out./dez. 1999.

PENROSE, Edith. **The growth of the firm**. Oxford: Oxford University Press, 2009.

PEREZ, Carlota. **Technological revolutions and financial capital: the dynamics of bubbles and golden ages**. Cheltenham: Edward Elgar, 2002.

_____. Finance and technical change: a long-term view. In: HANUSCH, Horst; PYKA, Andreas. **Elgar companion to neo-schumpeterian economics**. Cheltenham: Edward Elgar, 2007. cap. 49, p. 775-799.

_____. **Financial bubbles, crises and the role of government in unleashing golden ages**. Brussels: European Commission, jan. 2012. (FINNOV discussion paper, n.2).

_____. **The advance of technology and major bubble collapses: historical regularities and lessons for today**. Engelsberg Seminar on “The future of capitalism, Axson Foundation, Sweden, jun. 2010. Disponível em: <www.carlotaperez.org>. Acesso em: 10 jun. 2015.

PESSALI, Huáscar; DALTO, Fabiano. A mesoeconomia do desenvolvimento econômico: o papel das instituições. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 20, n. 1, p.11-37, jan./abr. 2010.

PEUKERT, 2003. The missing chapter in schumpeter’s the theory of economic development. In: BACKHAUS, Jürgen. **Joseph Alois Schumpeter: entrepreneurship, style and vision**. New York: Kluwer Academic Publishers, 2003. Cap. 9, p. 221-232.

PISANO, Gary P. Learning-before-doing in the development of new process technology. **Research Policy**, n.25, p.1097-1119, 1996.

POPPER, Karl R. **Conjecturas e refutações**. Brasília: UNB, 1982.

POSSAS, Mario Luiz. Economia evolucionária neo-schumpeteriana: elementos para uma integração micro-macrodinâmica. **Estudos Avançados**, v. 22, n. 63, 2008.

POULANTZAS, Nicos. **Political power and social classes**. London: Verso Editions, 1978.

PRADO, Eleutério F. S. **Economia, complexidade e dialética**. São Paulo: Plêiade, 2009.

_____. **Complexidade e práxis**. São Paulo: Plêiade, 2011.

_____. Duas explicações marxistas para a grande falha do capitalismo. In: BARROSO, Aloísio Sérgio; SOUZA, Renildo. **A grande crise capitalista global 2007-2013: gênese, conexões e tendências**. São Paulo: Anita Garibaldi, Fundação Maurício Gabrois, 2013. p. 161-185.

_____. **Economia e complexidade**. São Paulo: Plêiade, 2014. t. 3.

PUTNAM, Hilary. **O realismo de rosto humano**. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.

PYKA, Andreas *et al.* **Recent advances in neo-schumpeterian economics: essays in honour of Horst Hanush**. Cheltenham: Edward Elgar, 2009.

RESENDE FILHO, Moisés A.; BRESSAN, Aureliano. Aplicações e implicações do modelo principal-agente à luz de sua formulação linear-normal-exponencial. In: ENCONTRO DA ANPAD, 32., 2008, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2008. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/FIN-B365.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2015.

REGO, Elba Cristina Lima. **How technological catching up matters to economic development today**. 2014. 167 f. Tese (Doutorado em Ciências, em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento) - UFRJ, Rio de Janeiro, 2014.

REISMAN, David. **Schumpeter's market: enterprise and evolution**. Cheltenham: Edward Elgar, 2004. 304 p.

RIBEIRO, Nelson Rosas. **A crise econômica: uma visão marxista**. João Pessoa: Universitária, 2008.

ROBERTS, Michael. **The great recession: profit cycles, economic crisis. A marxist view**. London: Haymarket, 2009. 334 p.

RORTY, Richard. **Objetivismo, relativismo e verdade**. Escritos filosóficos 1. Trad. Marcos Antônio Casanova. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

ROTHBARD, Murray. The hermeneutical invasion of philosophy and economics. **The Review of Austrian Economics**, v.3, p. 45-59, 1987.

RUTHERFORD, Malcolm. Institutional economics: then and now. **Journal of Economic Perspectives**, v. 15, n. 3, p. 173-194, Summer 2001.

_____. **Institutionalism between the wars**. Wien, 2011. Disponível em: <http://www.univie.ac.at/strv-vwl/wp/wp-content/uploads/2011/11/institutionalism_between_the_wars.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2015.

SAWYER, Malcolm. Economic policy with endogenous money. In: DOW, Sheila; ARESTIS, Philip; DESAI, Meghnad. **Money, macroeconomics and Keynes: essays in honour of**

Victoria Chick. Oxon: Routledge, 2001, 238 p. cap. 5, p. 35-44. v.1.

SBICCA, Adriana. Heurísticas no estudo das decisões econômicas: contribuições de Herbert Simon, Daniel Kahneman e Amos Tversky. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 44, n.3, p.579-603, jul./set. 2014.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Business cycles: a theoretical, historical and statistical analysis of the capitalist process**. New York: McGraw-Hill Book Company, 1939, 461p.

_____. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

_____. **História da análise econômica**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

_____. **Síntesis de la evolución de la ciência econômica y sus métodos**. Barcelona: Oikostau, 1967.

_____. **Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. Trad. Maria Sílvia Possas. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

_____. The theory of economic development. In: BACKHAUS, Jürgen. **Joseph Alois Schumpeter: entrepreneurship, style and vision**. New York: Kluwer Academic Publishers, 2003. Cap. 2, p. 61-116.

SHIOZAWA, Yoshinori. Economic theory and the complexity of capitalism. In: HODGSON, Geoffrey M; ITOH, Makoto; YOKOKAWA, Nobuharu. **Capitalism in evolution: global contentions – east and west**. Northampton: Edward Elgar, 2001.

SILVEIRA, Fernando Lang da. A metodologia dos programas de pesquisa: a epistemologia de Imre Lakatos. **Caderno Catarinense de Ensino de Física**, Florianópolis, v.13, n.3, p.219-230. dez.1996.

SIMON, Herbert. **Comportamento administrativo**. Rio de Janeiro: FGV, 1970.

_____. From substantive to procedural rationality. In: LATSIS, Spiro J. **Method and appraisal in economics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1976.

SKIDELSKY, Robert. **El regreso de Keynes**. Barcelona: Crítica. 2009.

SKOTT, Peter. Aggregate demand policy in the long run. In: DOW, Sheila; ARESTIS, Philip; DESAI, Meghnad. **Money, macroeconomics and Keynes: essays in honour of Victoria Chick**. Oxon: Routledge, 2001. 238 p. cap. 13, p. 124-139. v.1.

STEIN, Ernildo. Dialética e hermenêutica. **Síntese: Revista de Filosofia**, Porto Alegre, v.10, n.29, 1983.

_____. Compreender em vez de fundamentar – a hermenêutica filosófica de Gadamer. **VERITAS, Revista de Filosofia**, Porto Alegre, v. 47, n.1, p. 99-102, 2002.

_____. Em busca da linguagem para um dizer não-metafísico. **Natureza Humana**, v. 6, n.2, p.289-304, jul./dez. 2004.

SWAGEL, Phillip. Legal, political, and institutional constraints on the financial crisis policy response. **Journal of Economic Perspectives**, v. 29, n. 2, p. 107-122, 2015.

SZTAJN, Rachel; ZYLBERSZTAJN, Decio; AZEVEDO, Paulo Furquim de. Economia dos contratos. In: ZYLBERSZTAJN, Decio, SZTAJN, Rachel. **Direito e economia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. cap.6.

TAVEIRA, Alexandre Possidente. **Teorias marxistas da crise e a “controvérsia do colapso”**. 2014. 137 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - UFRGS, Porto Alegre, 2014.

TEECE, David; PISANO, Gary. The dynamic capabilities of firms: an introduction. **Industrial and Corporate Change**, v. 3, n.3, p. 537- 556, 1994.

THALHEIMER, August. **Introdução ao materialismo dialético**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

VAROUFAKIS, Yanis. **The global minotaur**: America, the true origins of the financial crisis and the future of the world economy. New York: Zed Books, 2011. 263 p.

VEBLEN, Thorstein B. **Theory of business enterprise**. Clifton: Augustus M. Kelley, 1975.

_____. **The theory of the leisure class**. New York: Oxford University Press, 2007.

VERCELLI, Alessandro. **Methodological foundations of macroeconomics**: Keynes and Lucas. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

_____. Uncertainty, rationality and learning: a keynesian perspective. In: DOW, Sheila C; HILLARD, John. **Keynes, uncertainty and the global economy**: Beyond Keynes. Cheltenham: Edward Elgar, 2002. 329 p. v.2, cap. 6, p. 88-105.

VERSPAGEN, Bart. Evolutionary macroeconomics: a synthesis between neo-schumpeterian and post-keynesian lines of thought. **The Electronic Journal of Evolutionary Modeling and Economic Dynamics**, n. 100. Disponível em: <<http://www.e-jemed.org/1007/index.php>>. Acesso em: 25 jan. 2015.

WIBLE, James R. **The economics of sciense**: methodology and epistemology as if economics really mattered. London: Routledge, 1998.

WILLIAMSON, Oliver E. **Organization theory**: from Chester Barnard to the present and beyond. New York: Oxford University Press, 1995.

_____. **The mechanisms of governance**. New York: Oxford University Press, 1996.

_____. The new institutional economics: taking stock, looking ahead. **Journal of Economic Literature**, v.38, p. 595–613, set. 2000.

_____. Empirical microeconomics: another perspective. In: AUGIER, Mie; MARCH, James. **The economics of choice, change, and organization**. Brookfield: Edward Elgar, 2002a.

_____. The theory of the firm as governance structure: from choice to contract. **Journal of Economic Perspectives**, v. 16 , p. 171-195, Summer 2002b.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tractatus logico-philosophicus**. Trad. José Arthur Giannotti. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

WRIGHT, Erik Olin. **Approaches to class analysis**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.